

José Iran Ribeiro

As "Sorpresas" de Chico Pedro,  
as astúcias de Moringue:  
Francisco Pedro de Abreu,  
o barão de Jacuí





### **José Iran Ribeiro**

Graduado em História pela UFSM, Mestre em História pela PUCRS e doutor em História Social pela UFRJ. Autor de livros, capítulos de livros e artigos sobre a História do Brasil do século XIX e ensino de História. Recebeu os prêmios de Pesquisa do Arquivo Nacional (2011), da Coleção ANPUH-RS (2011), dentre outros. Atualmente, é professor no Departamento de Metodologia do Ensino da UFSM e atua em cursos de graduação e pós-graduação na instituição.

Francisco Pedro de Abreu, na descrição de Sérgio da Costa Franco, o barão do Jacuí “ficou conhecido desde Porto Alegre [...] até à Fronteira Oeste e ao Uruguai, onde traficou e guerreou por conta própria” (*As “califórnicas” do Chico Pedro*, 2006, p. 9). Entretanto, suas características pessoais não se ajustam ao entendimento generalizado de que o principal extrato político da província no século XIX era originário e estreitamente vinculado à campanha e às atividades pecuárias, como também não era um pobre aventureiro em busca de riqueza e prestígio. Além disso, o personagem inverte a lógica normalmente esperada para os homens destacáveis do Rio Grande do Sul nos oitocentos. Seus serviços ao Estado iniciaram no espaço urbano e, só depois de alcançar notoriedade, passou a agir também no interior da província e nas zonas de fronteiras, em atividades com as quais angariou conceito e riqueza.

**As “Sorpresas” de Chico Pedro,  
as astúcias de Moringue:  
Francisco Pedro de Abreu,  
o barão de Jacuí**



**José Iran Ribeiro**

**As “Sorpresas” de Chico Pedro,  
as astúcias de Moringue:  
Francisco Pedro de Abreu,  
o barão de Jacuí**

**2ª edição**

**E-book**



São Leopoldo

2021

© José Iran Ribeiro – 2021  
jiranribeiro@gmail.com

Editoração: Oikos

Capa: Juliana Nascimento

Imagem da capa: “Convoi de diamans passant par Caiete” (Comboio de diamantes passando por Caeté), de João Maurício Rugendas. Dienner, Pablo; Costa, Maria de Fátima. Rugendas e o Brasil: obra completa. Rio de Janeiro: Editora Capivara, 2012, p. 519

Revisão: Rui Bender

Diagramação e arte-final: Jair de Oliveira Carlos

Impressão: Allprint

Conselho Editorial (Editora Oikos)

Antonio Sidekum (Ed.N.H.)

Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)

Danilo Streck (Unisinos)

Elcio Cecchetti (UNOCHAPECÓ e GPEAD/FURB)

Eunice S. Nodari (UFSC)

Haroldo Reimer (UEG)

Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)

João Biehl (Princeton University)

Luiz Inácio Gaiger (Unisinos)

Marluza M. Harres (Unisinos)

Martin N. Dreher (IHSL)

Oneide Bobsin (Faculdades EST)

Raúl Fernet-Betancourt (Aachen/Alemanha)

Rosileny A. dos Santos Schwantes (Uninove)

Vitor Izecksohn (UFRJ)

Editora Oikos Ltda.

Rua Paraná, 240 – B. Scharlau

93120-020 São Leopoldo/RS

Tel.: (51) 3568.2848

contato@oikoseditora.com.br

www.oikoseditora.com.br

R484s Ribeiro, José Iran

As “Surpresas” de Chico Pedro, as astúcias de Moringue: Francisco Pedro de Abreu, o barão do Jacuí [2. ed.; e-book]. / José Iran Ribeiro. – São Leopoldo: Oikos, 2021.

128 p.; 14 x 21 cm.

ISBN 978-65-86578-66-9

1. História – Rio Grande do Sul. 2. Francisco Pedro de Abreu – Guerra dos Farrapos (1835-1845). 3. História social da guerra. I. Título.

CDU 981.65

Catálogo na Publicação:  
Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

*Rodrigo mamava o seu cigarro de palha com visível delícia.*

*– Escuta o que vou le dizer, amigo.*

*Nesta província a gente só pode ter como certo uma coisa:  
mais cedo ou mais tarde rebenta uma guerra ou uma revolução. [...]*

*– Que é que adianta plantar, criar, trabalhar como  
burro de carga? O direito mesmo era nossa gente nunca tirar o  
fardamento do corpo nem a espada da cinta. Trabalhar fardado,  
deitar fardado, comer fardado, dormir com as chinocas fardado...*

(Verissimo, 2013, p. 178)





# Sumário

Observações iniciais .....	9
“Toda a família do barão, de irmãos e paes [sic], bem estabelecidos, abandonarão [sic] seus bens, para defender a legalidade”: as origens familiares do barão do Jacuí .....	21
“A poder de maneiras, ia amoldando o povo”: os guerreiros de Chico Pedro .....	32
Francisco Pedro de Abreu, o barão do Jacuí: de líder incontestável a problema para o Império .....	61
Um paralelo entre lideranças político-militares no contexto dos conflitos na região do rio da Prata na primeira metade do século XIX: Francisco Pedro de Abreu, Martin Güemes e Manuel Dorrego .....	81
Martin Güemes e seus “gauchos” .....	83
A liderança popular de Dorrego .....	86
Um paralelo entre Martin Güemes, Manuel Dorrego e Francisco Pedro de Abreu .....	91
Imagem e autoimagem no Brasil do século XIX: uma análise das <i>Memórias de Francisco Pedro de Abreu, barão do Jacuí</i> .....	97
Aspectos formais das <i>Memórias</i> ... ..	97
Aclarando as <i>Memórias</i> ... ..	101
Para além das <i>Memórias</i> ...: esforço teórico para a compreensão de uma autobiografia .....	113
Considerações finais .....	116
Referências .....	119



## Observações iniciais

Escrever uma biografia sobre alguém nunca esteve nos meus planos de pesquisador. Considero-me vinculado ao que se designa como história social, preocupada em analisar fenômenos mais vastos com a participação de coletividades sociais. Minha produção tem discutido contextos amplos, instituições armadas, grupos distintos de indivíduos envolvidos com situações militares, etc., algo que costumo descrever como uma história social da guerra.

Entretanto, por ocasião da sistematização das fontes consultadas para a produção do outro trabalho (Ribeiro, 2013), despertou minha atenção a trajetória de Francisco Pedro de Abreu, depois barão do Jacuí, também reconhecido pelas alcunhas de Chico Pedro ou Moringue<sup>1</sup>, especialmente sua ascensão rápida na hierarquia militar, o volume dos documentos que produziu, sua crescente importância durante o contexto da Guerra dos Farrapos (1835-1845), etc.

Posteriormente, fortaleceu-se a ideia de realizar um estudo específico a respeito desse personagem justamente pelo fato de que, apesar de sua inegável importância em boa parte do século XIX, o que resultava em constantes referências em inúmeros trabalhos acadêmicos, quase nada havia sido produzido a seu respeito.

---

<sup>1</sup> Moringue parece ter sido uma alcunha usual no período. É o que se pode deduzir de anúncios de falecimentos na imprensa de outros indivíduos também conhecidos dessa mesma forma. *Jornal A Federação: Órgão do Partido Republicano*, edição 059, 1887, p. 1.

O objetivo não é produzir uma biografia no sentido usual do termo. Ou seja, não pretendo esgotar todos os aspectos da vida de Francisco Pedro de Abreu nem mesmo analisar sua existência completamente. Em estudo recente, Benito B. Schmidt justificou a abordagem biográfica como a possibilidade de analisar a forma com que um personagem “construiu os seus projetos de vida de modo a influir no destino de seus contemporâneos, atuando, é claro, a partir das brechas e limitações do campo de possibilidades em que viveu” (2018, p. 186).

Assim, a partir da trajetória de Chico Pedro, pretendo refletir como num contexto de guerra ou de desordem social surgem oportunidades que poderiam ser aproveitadas por indivíduos para alcançar proeminência e destaque social, se fossem capazes de desempenhar os esforços exigidos nesses contextos. O exercício da guerra no Rio Grande do Sul já havia possibilitado que alguns homens construíssem patrimônios (Farinatti, 2010). O desejo de ocupar lugares mais altos na hierarquia social seria o principal motivador, mas não o único. Algo passível numa sociedade de estrutura social não tão rígida como era a sociedade brasileira dos oitocentos, mas nem sempre fácil.

Produzir uma biografia não é construir um modelo de escritura de uma vida ou de vidas, mas, através da ação individual, adentrar numa determinada situação, acessar determinada realidade cultural (Albuquerque Júnior, 2012). Então, a partir das fontes e referências possíveis, elegi situações que me parecem mais adequadas para alcançar o objetivo da análise. Talvez o esclarecimento de algumas dessas situações estimule ou contribua para que outros pesquisadores empreendam pesquisas a respeito de personagens que viveram em períodos tumultuados para nos auxiliar a compreender melhor como foram os processos de consolidação e construção de autoridades e de pode-

res novos ou existentes.<sup>2</sup> No caso, as ações de Moringue contribuíram para o fortalecimento da autoridade monárquica e a construção da sociedade oitocentista, embates e acomodações resultantes das ações de tantos indivíduos como Chico Pedro.

Entretanto, como é sempre o risco do historiador por saber o desenlace das situações, algo especialmente perigoso numa biografia, deve haver a preocupação de evitar a possibilidade de ressaltar a coerência ou a linearidade de determinado processo ou de alguma trajetória individual (Bourdieu, 1996). Decisões cotidianas, ações individuais ou dos grupos existentes é que constroem os processos históricos.

Personagens compreendidos como figuras positivas, que realizaram feitos entendidos como significativos, que defenderam ideais valorizados na contemporaneidade, além de receber homenagens públicas, despertam mais interesse dos interessados em geral. Entretanto, em parte por essa razão, estudar personagens tidas como pouco simpáticas aos olhos de seus contemporâneos, assim como dos historiadores e da historiografia, instiga a curiosidade e causa certo fascínio. Seja como for, a produção em história influi na escolha desses ícones, e os processos sociais influem na produção das versões historiográficas. Não obstante, para pesquisadores importa realmente definir e demonstrar quais trajetórias contribuem mais para a ampliação do conhecimento de determinada realidade, inclusive para assinalar a diversidade dos perfis.

Muitas vezes, constrói-se certo imaginário sobre sujeitos históricos a partir dos êxitos obtidos pela liderança, da importância adquirida em determinado contexto, da posição que alcançava no final da vida, dos testemunhos de admiradores, etc.

---

<sup>2</sup> Exemplos da riqueza de algumas análises recentes podem ser consultados em Di Meglio (2014), Doratioto (2008), Mata (2008), Schmidt (2018), Souza (2008).

Alguns exemplos de figuras bastante estudadas são Manoel Luis Osorio, Duque de Caxias, Bento Gonçalves, Giuseppe Garibaldi, para nos limitarmos a alguns proeminentes do século XIX no Rio Grande do Sul. Mas, considerando o mesmo recorte cronológico, o mesmo contexto, quase inexitem estudos sobre indivíduos controversos, como Bento Manuel Ribeiro, o barão de Caçapava, David Canabarro. Igualmente esses homens obtiveram muito reconhecimento em suas vidas, mas deixaram imagens controversas por comportar-se de formas questionáveis, alterar fidelidades, cometer atrocidades, agir imprópriamente. Ou por serem esses os aspectos ressaltados, não outros.

No caso de Francisco Pedro de Abreu, a carência de estudos a seu respeito também é resultado das animosidades e inimizades que construiu durante sua atuação como militar e político. Diferente de outras personalidades do passado do Rio Grande do Sul, Moringue não pode ser enquadrado com facilidade na condição de figura idealizada. O barão foi um dos grandes responsáveis pela manutenção e pelas vitórias das forças imperiais durante a Guerra dos Farrapos, sendo temido e respeitado pelas lideranças farroupilhas, assim como criticado por vários de seus camaradas. Entre muitas ações, foi o comandante da força que aprisionou os escravizados do esquadrão republicano dos “Lanceiros Negros”. Esses acontecimento continua sendo um desacordo historiográfico, conhecido como a “Surpresa de Porongos” ou a “Traição de Porongos”<sup>3</sup>. Por sua importância, Francisco Pedro de Abreu é referido em todas as obras sobre a Guerra dos Farrapos, mas as menções a seu respeito apenas reproduzem a imagem de uma liderança eficiente, temida e ardilosa.

---

<sup>3</sup> O trabalho mais importante sobre os integrantes dos Lanceiros Negros e o Porongos foi produzido por Carvalho (2013).

Mesmo que a veia heroicizante da historiografia esteja sepultada, ainda tendemos a ressaltar a atuação de sujeitos reconhecidamente alinhados a valores e a atitudes que nos causam alguma empatia. Muitas vezes, a motivação da escolha é política e deve ser valorizada. Entretanto precisamos saber mais sobre os indivíduos poderosos, cruéis, que agiram apenas em benefício próprio ou para manter, pela força, autoridades poderosas, que se justificavam através da preservação da ordem, da manutenção de desigualdades. A realidade histórica resulta da ação do conjunto de personagens.

Francisco Pedro de Abreu pode ser considerado um desses homens. Na descrição de Sérgio da Costa Franco – um dos poucos autores que lhe dedicou mais do que um ou dois parágrafos –, o barão do Jacuí “ficou conhecido desde Porto Alegre [...] até a Fronteira Oeste e o Uruguai, onde traficou e guerreou por conta própria” (2006, p. 9). Lutou e construiu notoriedade atuando contra um movimento em favor de liberdade, igualdade e fraternidade, conceitos do liberalismo do século XIX, que, usualmente, são compreendidos de forma equivocada, no sentido usual dos termos na atualidade.<sup>4</sup> Além disso, durante sua longa existência parece ter criado mais inimizades e oposições do que relações amistosas. Antes de morrer, escreveu as *Memórias de Francisco Pedro de Abreu, barão do Jacuí*, texto autoelogioso e amargurado, publicadas no primeiro e no segundo números da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1921), em que ressaltou as injustiças que entendeu ter sofrido e criticou companheiros de armas ao próprio Dom Pedro II.

Podemos intuir que o desinteresse dos pesquisadores pelo personagem deve-se a alguns fatores. Inicialmente, o papel fun-

---

<sup>4</sup> Para a melhor compreensão das ideias políticas dos farroupilhas, consultar Cesar Augusto Barcellos Guazzelli (2013).

damental que desempenhou lutando pelas forças do Império do Brasil durante a Guerra dos Farrapos. Pois, à medida que esse movimento foi transformado na gênese da identidade regional gaúcha, tanto por algumas versões historiográficas<sup>5</sup> como pelos entendimentos vinculados ao tradicionalismo gaúcho, os defensores da legalidade imperial tornaram-se mal-vistos pelo entendimento da população e até mesmo por parte da historiografia acadêmica, mais preocupada em discutir sobre as lideranças farroupilhas. Nesse mesmo sentido, outros indivíduos de importante atuação na defesa do Império também não receberam maiores atenções dos pesquisadores. Por exemplo, Francisco José de Sousa Soares Andrea (barão de Caçapava) e Antônio Elzeário de Miranda e Brito, importantes militares imperiais naqueles anos de guerra, que também ainda não receberam maior atenção dos pesquisadores, apesar da contribuição que estudos sobre suas atuações significariam para a compreensão do contexto farroupilha.

Em parte, outra razão para a inexistência de mais estudos sobre personagens semelhantes deve-se ao desinteresse dos pesquisadores, por décadas, pela chamada história militar. Temática bastante tradicional, a história militar perdeu seu status devido à ampliação das preocupações e das abordagens historiográficas que resultaram das críticas à ênfase factual e à linear das produções do gênero do passado político, essencialmente relacionadas à construção dos Estados nacionais. Recentemente, a história militar voltou aos círculos de debate, entretanto transformada. Atualmente, caracteriza-se por ser uma abordagem interdisciplinar, que não tem na guerra ou nos líderes militares seus objetos exclusivos; já não é mais tão atrelada à política e possui uma forte conotação antropológica (Teixeira

---

<sup>5</sup> Sobre as versões historiográficas gaúchas consultar Gutfreind (1992) e Klafke (2011).



ra, 1995; Soares; Vainfas, 2012). Com essas características gerais, tem sido chamada de “Nova História Militar”. Essa perspectiva já rendeu muitos resultados no Brasil, que podem ser dimensionados pela coletânea organizada por Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay (2004)<sup>6</sup>.

O reconhecimento social e a importância atribuída a um personagem do passado podem ser dimensionados pela presença de referências à sua existência, a seus atos, à sua pessoa em lugares públicos, em nomes de ruas, praças, bustos, edificações, etc. A escolha da denominação de uma via ou outro tipo de reconhecimento público tem como objetivo destacar e preservar a importância atribuída a determinada personagem.

Nesse sentido, é curioso que na “Leal e Valorosa cidade de Porto Alegre”<sup>7</sup>, cidade de nascimento e de falecimento de Francisco Pedro de Abreu, que a defendeu e supriu de gêneros durante os cercos republicanos, cuja resistência lhe valeu o título acima, não há sequer uma placa destacando o barão do Jacuí. Apesar de estar em muitas páginas da história do Rio Grande do Sul e de sua importância enquanto personagem, Francisco Pedro de Abreu não é reconhecido publicamente onde passou grande parte de sua vida. Que se saiba, nenhuma homenagem já foi proposta.

No Rio Grande do Sul, outra maneira de estimar o conhecimento e a admiração por personagens do passado é através das denominações de entidades tradicionalistas. O Movimento Tradicionalista Gaúcho tem a pretensão de inspirar-se na história para fundamentar sua versão de tradição (Oliven, 2006). Em razão disso, é muito usual que as entidades vincula-

---

<sup>6</sup> Consultar as coletâneas organizadas Eduardo Neumann & Luiz Alberto Grijó (2010), Paulo César Possamai (2010) sobre diferentes questões da história militar do Rio Grande do Sul, além de muitos outros trabalhos autorais, monografias, dissertações de mestrado e teses de doutoramento.

<sup>7</sup> Decreto número 103, de 19 de outubro de 1841.

das ao MTG recebam denominações de personagens históricos, e tais designações resultam dos entendimentos sobre a história regional de seus integrantes. Tais denominações talvez possam ser compreendidas como um sinal do conhecimento popular a respeito do passado, que pode ser obtido através de causos, da poesia, da literatura, da iconografia, das letras de música, da historiografia acadêmica ou memorialística, entre várias outras referências.

Na longa lista de entidades vinculadas ao MTG, pode-se encontrar denominações em homenagem a ex-presidentes da República (Tancredo Neves, Getúlio Vargas), a ex-senadores da República (Pinheiro Machado, Salgado Filho), a muitos líderes farroupilhas (Bento Gonçalves da Silva, David Canabarro, Giuseppe Garibaldi) e a maragatos (Gumercindo e Aparício Saraiva), assim como a militares que defenderam as cores do Império durante todo o século XIX, inclusive contra os farroupilhas, como Manoel Luiz Osorio (Marquês do Eral), entre muitas outras personalidades.<sup>8</sup>

Não há uma única entidade vinculada ao MTG denominada barão do Jacuí ou Francisco Pedro de Abreu. Sua existência não é desconhecida, pois foi contemporâneo e teve notoriedade semelhante a outros homenageados. Entretanto as informações a seu respeito não motivaram que tais entidades desejassem homenageá-lo publicamente. Então essa ausência de homenagens indica que Chico Pedro não figura entre os personagens admirados por quem sugere denominações às vias públicas ou entidades de representação cultural.

A ausência de referências ao barão do Jacuí no panteão de celebridades homenageadas tem significado para dimensionar como o conhecimento sobre o passado contribuiu, ou não,

---

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://www.mtg.org.br/index2.php/aentidade/304>>. Acesso em: 03 mar. 2020.

para a construção da imagem de Francisco Pedro de Abreu. É curioso que o barão parece ter tido preocupação nesse sentido ao deixar para a posteridade suas *Memórias*... Mais adiante, analiso essa espécie de autobiografia, enunciando seus aspectos evidentes e outros que podem ser considerados com o auxílio de outras referências.

Ainda assim, a necessidade de refletir sobre militares proeminentes como Chico Pedro no contexto do Rio Grande do Sul está no fato elementar da região ter sido um território em que a guerra e a movimentação dos exércitos eram constantes, e figuras desse passado guerreiro foram diretamente responsáveis pelos sucedidos. Muitos desses homens construíram fortunas e respeitabilidade, aproveitando-se dos serviços que prestaram nas guerras de fronteira. Alguns estudos têm demonstrado a complexidade da realidade social em que estavam envolvidos (Vargas, 2016; Farinatti, 2010).

No sentido desse entendimento, basta uma breve retomada da trajetória do barão para evidenciar características que não se ajustam ao modelo que durante muito tempo situou o perfil das lideranças político-militares daqueles tempos. Veja-se: Francisco Pedro de Abreu era filho de um comerciante urbano. A informação de que seu genitor prosperou no negócio indica que a família Abreu detinha grandes posses. Análises recentes têm destacado as vantagens financeiras obtidas por comerciantes na capitania e na província do Rio Grande do Sul, especialmente se envolvidos com os contratos de arrematação com o Estado (Osório, 2001; Miranda, 2009). Ainda que não haja registro de que a família Abreu tenha participado de negócios desse tipo, o contexto ajuda a explicar as possibilidades de um comerciante na região.

Entretanto as características dessa origem não se ajustam ao entendimento generalizado de que o principal extrato político da província no século XIX era originário e estreita-

mente vinculado à campanha e às atividades pecuárias, como também não era um pobre aventureiro em busca de riqueza e prestígio. Além disso, o personagem inverte a lógica normalmente esperada para os homens destacáveis do Rio Grande do Sul nos oitocentos. Seus serviços ao Estado iniciaram no espaço urbano, e só depois de alcançar notoriedade passou a agir também no interior da província e nas zonas de fronteira em atividades com as quais angariou conceito e riqueza.

Talvez tivesse sido diferente se aquele contexto não fosse caracterizado por constantes mobilizações e enfrentamentos militares. Considerando especificamente a Guerra dos Farrapos, além da construção folclórica e mítica do conflito, os anos de beligerância significaram mortes, destruições, como também construções de patrimônios econômicos e influência social, rearranjos políticos, entre outras consequências que podem resultar de um conflito. Além disso, a Revolução Farroupilha também foi uma oportunidade de alteração das realidades sociais. Algo sempre presente nas situações em que os parâmetros cotidianos que balizam a existência social necessitam ser reajustados, como nas guerras em geral.

Várias análises têm destacado que as tumultuadas décadas iniciais do século XIX produziram transformações significativas nas sociedades do continente americano.<sup>9</sup> A variedade das abordagens permite dimensionar a riqueza da temática. Essa historiografia tem em comum o objetivo de analisar a construção de lideranças políticas e militares durante os conflitos decorrentes das guerras e das revoluções resultantes dos processos de independência e de luta pela definição de maior ou menor autonomia das regiões frente aos desejos dos Estados em construção centralizarem o poder político. Histo-

---

<sup>9</sup> Entre outros, consultar Schmit (2004), Buchbinder (2004), Fladkin (2006), Puigmal (2006), Mata (2008), Frega (2007), Di Meglio (2014).

riar a trajetória de Francisco Pedro de Abreu contribui nesse esforço, além de suprimir a lacuna historiográfica da ausência de um estudo a seu respeito.

A dificuldade de produzir um relato biográfico deve-se, em parte, à dificuldade de obter fontes e interpretá-las no sentido de evidenciar como o processo de uma vida se desenvolveu durante o percurso. Nesse sentido, essa reflexão baseia-se num conjunto das fontes mais significativas para a história da guerra na província durante o século XIX. Consultei os Fundos Autoridades Militares, Guarda Nacional, Polícia, Requerimentos do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e os Anais publicados pela instituição, Livros de Arrendamentos do Centro Histórico-Cultural da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, o Acervo bibliográfico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, os Códices Gerais do Arquivo Histórico do Exército, a Série Guerra do Arquivo Nacional, alguns Registros de Batismos de Porto Alegre disponíveis na internet, memórias, diários, biografias, análises escritas por homens do século XIX, além da bibliografia disponível. Não obstante, é possível encontrar referências ao barão em registros de terras e documentações judiciais, o que foge ao recorte proposto.

É importante mencionar que os textos dessa coletânea não seguem qualquer ordem cronológica/temática/sequencial, e as primeiras versões foram apresentadas, discutidas e publicadas em anais de eventos diversos. Finalmente, agradeço às ajudas recebidas nesses anos da pesquisa. Muitos indicaram referências diversas, vários deram-se ao trabalho de copiar documentos para mim, leram parte ou a integralidade do texto, outros ouviram minhas considerações e contribuíram de inúmeras maneiras com preciosas informações e ideias. Ainda que possa esquecer outros, listo alguns colegas: Adriano Comissoli, Alejandro Morea, Beatriz Teixeira Weber, Cesar

Augusto Barcellos Guazzelli, Daniela Vallandro de Carvalho, Fábio Kuhn, Gabriel Santos Berute, Jonas Moreira Vargas, José Martinho Rodrigues Remedi, Luis Augusto Farinatti, Margarida Tiburi, Miguel Frederico do Espírito Santo, Miquéias Mugge, Paulo Roberto Staudt Moreira, Valentina Ayrolo e Véra Lúcia Maciel Barroso. Muito obrigado.

## **“Toda a família do barão, de irmãos e paes [sic], bem estabelecidos, abandonarão [sic] seus bens, para defender a legalidade”: as origens familiares do barão do Jacuí**

Francisco Pedro de Abreu nasceu e faleceu em Porto Alegre, respectivamente, em 23 de março de 1811 e 7 de julho de 1891. Viveu oitenta anos. Seu pai, Pedro José Gomes de Abreu, era originário da vila de Melgaço e veio para o Brasil aos dezesseis anos depois da morte dos genitores (Carvalho, 1937). O Melgaço faz parte da região do Minho, de onde entre os séculos XVI e XIX partiram os maiores fluxos emigratórios de Portugal para o Brasil, conforme Ana Sílvia Volpi Scott. De maneira geral, deixavam a região pela escassez de terra e devido ao sistema que privilegiava apenas um herdeiro, justamente para evitar a divisão das propriedades (Scott, 2012).

Pedro J. G. de Abreu parece ter sido filho de uma família de algumas posses, pois frequentou uma escola régia antes de vir para o Brasil (Carvalho, 1937), para o que, além do necessário envolvimento da família, era preciso condição financeira para custear a educação de um filho. Então, apesar do marquês de Pombal ter criado um sistema mais amplo de ensino, no século XVIII havia o entendimento em Portugal de que os filhos dos grupos dominantes deveriam receber educação diferenciada do restante da população como medida para garantir

a preservação da ordem (Fonseca, 2009). Talvez a família de Pedro fosse considerada parte desse grupo privilegiado.

Considerando as reflexões de Scott, além da morte dos pais, podemos inferir outras razões que podem ter influenciado na decisão de Pedro em partir. Apesar de já ser considerado um homem aos dezesseis anos, ainda era muito jovem para casar num contexto em que a média de idade dos matrimônios no Minho variava entre 25 e 28 anos e os índices de casamentos eram baixos. Além disso, a possibilidade de contrair matrimônio com uma mulher da colônia era amplamente concretizada por muitos vindos da metrópole, o que pode ter contribuído para que o jovem decidisse continuar sua vida fora de Portugal. Ao que tudo indica, soma-se a isso o fato de Pedro ter poucos parentes por parte de pai e mãe. Enfim, essas razões podem ter motivado Pedro a deixar o Minho<sup>10</sup>, assim como também não pode ser desconsiderada a disposição para a aventura característica dos jovens, algo já destacado por outros estudos (Loriga, 1996).

Há informações de que Pedro pode ter vindo para o Brasil acompanhado de um irmão (Azambuja, 1900) ou primo, chamado Luiz Ignácio de Abreu, que desempenhou várias funções como magistrado em Porto Alegre (Berute, 2011). Conforme Adriano Comissoli, Luis e Pedro José Gomes de Abreu viajaram juntos. Na ocasião, esse teria 15 anos, e aquele era ainda mais jovem. Vieram tutelados e logo se estabeleceram no comércio local, sendo que, inicialmente, Luiz ocupou-se com uma loja de fazendas e elegeu-se vereador três vezes a partir de 1806 (Comissoli, 2011). As características dos primos – região

---

<sup>10</sup> As informações a respeito de Antonio Gomes de Abreu e Caetana Maria de Abreu Guimarães, genitores de Pedro José Gomes de Abreu, pai de Francisco Pedro de Abreu, foram obtidas no site de genealogia: <<https://www.geni.com/home>>. Acesso em: 28 fev. 2017.



de origem, juventude, solteiros, aspirantes ao trabalho no comércio – eram as mais comuns dos chegados de Portugal ao Brasil na primeira metade do século XIX (Ribeiro, 2002). Entretanto, considerando que há informações sobre o nascimento do primeiro filho de Pedro em 1801, os primos devem ter chegado ao Rio Grande do Sul antes do final do século XVIII.

O pai de Chico Pedro e seu aparentado valeram-se da formação escolar que detinham para desempenhar atividades vinculadas ao comércio, à administração provincial, condição pouco acessível à maior parte dos nascidos no Brasil. No Rio Grande do Sul, Pedro José Gomes de Abreu foi um zeloso tesoureiro da contadoria provincial (Azambuja, 1900, p. 238). Depois dedicou-se ao comércio e, nas palavras de Mário Teixeira de Carvalho, prosperou “grandemente” no ramo (1937).

Essas informações permitem inferir que a qualificação que detinha e o trabalho a que se dedicou tornaram Pedro de Abreu um comerciante de alguma importância em Porto Alegre. A lista dos padrinhos de seus filhos parece atestar isso. Entre os homens que batizaram os nove filhos de Pedro e sua esposa há os avós maternos e figuras proeminentes, como um capitão, um desembargador, um padre e o intendente da marinha, Agostinho Antônio de Faria, padrinho do futuro barão do Jacuí.<sup>11</sup> Como será discutido adiante, no século XIX, o batismo era uma importante forma de estabelecer relações de proximidade e compadrio entre os indivíduos. Para o historiador, os registros são muito importantes para verificar as relações e os grupos de pertencimento dos personagens analisados.

Não obstante, no inventário de uma filha, é referido como alferes e não como comerciante.<sup>12</sup> Num ofício datado de Porto

---

<sup>11</sup> Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Folhas avulsas.

<sup>12</sup> Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Fundo Inventários (1876). Inventário de Ana Clara de Azambuja Abreu.

Alegre no ano de 1838, é citado um homônimo de Pedro, identificado como alferes das extintas tropas de Ordenanças.<sup>13</sup> A informação tem sentido, porque era bastante comum que comerciantes e outros profissionais, assim como homens de idade avançada, fizessem parte das unidades de Ordenança, tropas empregadas apenas em trabalhos que não exigissem grandes esforços e mobilizadas apenas nas localidades em que viviam seus integrantes (Ribeiro, 2005).

Há certa confusão sobre o nome da mãe de Francisco Pedro de Abreu. Existe a informação de que se chamava Maria Alves de Menezes (Carvalho, 1937), mas nos registros de batizados dos netos é referida como Maria Alves de Azambuja<sup>14</sup>; assim também consta numa matéria assinada pelo pesquisador Aurélio Porto numa edição de 1926 do jornal *A Federação*<sup>15</sup>. Maria era natural da vila de Triunfo e descendente de Jerônimo de Ornellas Menezes e Vasconcelos, um dos primeiros povoadores da região, que viria a se transformar na cidade de Porto Alegre. Seu pai era Antonio Alves Guimarães, conhecido por “Ceroula”, em cuja família, nas palavras de Antônio Alvares Pereira Coruja, “se contam titulares, grandes do império e membros da alta administração”, sendo “sogro de muitos genros” (Coruja, 1983, p. 75).

Confirmando a notoriedade de alguns membros da família, Aurélio Porto informa que entre os primos maternos de Chico Pedro havia José de Araújo Ribeiro, barão e visconde do

---

<sup>13</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares, Maço 130, Porto Alegre, 20/4/1838, capitão encarregado das provisões do 8º batalhão João de S. A. Leitão.

<sup>14</sup> Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Fundo Inventários. Ana Clara de Azambuja Abreu (1876); Centro de Estudos da Família da Igreja de Jesus Cristo dos Últimos Dias, Registro de Batismos de Porto Alegre (Igreja da Madre Deus), Microfilme 1390970 (Livro 2, registro de 26/6/1845).

<sup>15</sup> *A Federação*, edição 00084, de 14/4/1926, página 2.

Rio Grande. Personagem descrito por Carvalho como filho de charqueador comendador, pelo lado paterno era neto de rico fazendeiro, bisneto de povoadores paulistas. Bacharel em Direito por Coimbra, dedicou-se à carreira diplomática além de ter sido presidente de várias províncias do Brasil, inclusive do Rio Grande do Sul, foi deputado e senador pela província (Carvalho, 1937, p. 212).

Por essas informações sobre as origens e as condições dos pais de Francisco Pedro de Abreu pode-se concluir que o futuro barão do Jacuí nasceu numa família de bens adquiridos pelo trabalho, com membros atuantes na gestão pública e de certo reconhecimento social. Talvez seja a esse patrimônio que Chico Pedro descreve como “bem estabelecidos”, que usei no título desta sessão.

De acordo com as informações encontradas na documentação consultada, o casal Pedro José Gomes de Abreu e Maria Alves de Menezes, ou Azambuja, teve pelo menos cinco filhos, sendo quatro homens e uma mulher. Entretanto esboços genealógicos informam que a prole somava oito, sendo Chico Pedro o penúltimo a nascer.<sup>16</sup> Alguns dos irmãos serão referidos adiante na análise, tanto por serem muito citados no texto das *Memórias...* como por terem sido autores ou nomeados em vários documentos consultados. Refiro-me a Antonio Pedro de Abreu, João Pedro de Abreu e Paulo José de Abreu. Não há informações sobre o restante dos irmãos e irmãs na documentação verificada.

Francisco Pedro de Abreu era alcunhado “Chico Pedro” e também herdou o apelido “Moringue” do pai, “Pedro Mo-

---

<sup>16</sup> Os filhos do casal seriam Antonio Pedro de Abreu (1801), João Pedro de Abreu (1802), Reinaldo de Abreu (1803), Leonardo de Abreu (1803), Paulo José de Abreu (1805), Luiza de Abreu (1807), Ana de Abreu (1809), Francisco Pedro de Abreu (1811) e Fernando Abreu (1813). Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Folhas avulsas.

ringue”<sup>17</sup>, talvez pelo hábito de cavalgar com os punhos apoiados nas pernas, parecendo uma moringa, ou porque sua cabeça tinha o formato do objeto com esse mesmo nome, usado para guardar água; mas há outras versões sobre as razões do apelido (Pont, 1986).

Infelizmente, apesar de várias buscas em obras de referência e em instituições diversas, como nos acervos iconográficos do Centro Histórico Cultural da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, não encontrei nenhuma imagem do barão do Jacuí. Algo bastante surpreendente, considerando, por exemplo, seu título de nobreza e sua notoriedade.

Em 1841, Francisco Pedro de Abreu tornou-se irmão da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.<sup>18</sup> Essa condição, além das responsabilidades inerentes, fazia-o integrante da elite social da capital da província. Nas palavras de Beatriz Teixeira Weber, “as irmandades eram um tipo de confraria hierárquica com uma seletiva admissão de seus membros, delas fazendo parte apenas os indivíduos mais abastados, que podiam arcar com as despesas de inserção na entidade”. Um dos artigos do Regimento da Irmandade previa que o irmão “seja abastado de bens e pelo menos tenha comércio, emprego ou ofício rendoso de maneira que possa acudir ao servi-

---

<sup>17</sup> Graciano A. de Azambuja descreve da seguinte forma as razões do apelido Moringue: “O nome *Moringue*, que muita gente lhe dava, lhe vinha de seu pai Pedro J. G. de Abreu. Este, segundo me consta, era muito feio. Era baixo e fino de corpo; o pescoço também era fino, mas cabeça muito grande e com grandes orelhas e nariz. Aquelas, em vez de tangenciarem a cabeça, ficavam n’um plano secante à mesma e portanto muito salientes. D’ahi lhe veio o apelido porque a cabeça grande, com a sua base (pescoço estreito) e as orelhas salientes pareciam um *moringue*. Si não estou enganado, foram os seus cunhados que lhe pozeram o apelido” (1900, p. 238). Há informações de que também era chamado de “fuinha”, apelido usual no Rio Grande do Sul para os indivíduos reconhecidos como matreiros e arditilosos (Mariante, 1985).

<sup>18</sup> Centro Histórico-Cultural da Santa Casa, Livro 1, Entradas de irmãos (1825-1851).

ço da Irmandade sem cair em necessidade e sem suspeita de se aproveitar do correr por suas mãos” (1999, p. 135-139).

Por ocasião da morte do barão, resultante de uma “congestão cerebral”, o acontecido foi registrado no livro da Irmandade, e seu corpo foi transportado até o cemitério da Irmandade no carro da instituição.<sup>19</sup> Posteriormente, seus restos, assim como da esposa e alguns filhos, foram transferidos para o cemitério São Miguel e Almas em Porto Alegre. Abaixo a imagem da lápide do túmulo em que estão os restos da família.

**Figura 1:** Lápide do túmulo do barão do Jacuí, Francisco Pedro de Abreu



Fonte: Acervo do autor

<sup>19</sup> Centro Histórico-Cultural da Santa Casa de Porto Alegre, Inventário óbitos de livres, número 19 (17/4/1890-01/06/1893). O corpo do barão foi enterrado no cemitério da Santa Casa e permaneceu ali durante muitos anos (Centro Histórico-Cultural da Santa Casa, Livro Arrendamentos, Número 9, Livros 14, 16, 21 e 27 Arrendamento de Jazigos). Em 1927, os restos do corpo do barão foram depositados em um uma carneira no Cemitério São Miguel e Almas, onde também estão os corpos da baronesa do Jacuí e de vários filhos (Centro Histórico-Cultural da Santa Casa, Livro 36 Arrendamentos de Jazigos).

Em 1849, Francisco Pedro de Abreu casou com sua prima Amélia de Araújo Brusque<sup>20</sup> ou, conforme o registro da união, Maria Amália Brusque, filha do coronel e comendador Francisco Vicente Brusque, senhor de fortuna em campos, escravos e gado entre as regiões dos municípios de Uruguaiana e Quaraí, sobrinha por parte de mãe de José de Araújo Ribeiro, barão e visconde com grandezas do Rio Grande<sup>21</sup>, também primo de Francisco, como referido (Pont, 1986, p. 157). Os dados existentes sobre o casamento informam que o casal foi dispensado da consanguinidade de primos em terceiro grau, e os noivos não receberam os santos óleos porque o barão estava fora de Porto Alegre a serviço da nação, sendo testemunhado pelos pais da noiva.<sup>22</sup> Da união nasceram dez filhos, dos quais oito faleceram solteiros e dois se casaram. Desses, apenas Pedro Brusque de Abreu deu netos ao barão e à baronesa do Jacuí (Carvalho, 1937; Franco, 2010).<sup>23</sup>

O caso reproduz o que tem sido evidenciado em várias análises a respeito dos casamentos da elite sul-rio-grandense. Fábio Kühn, analisando as gerações anteriores da família de

---

<sup>20</sup> Achylles Porto Alegre fez questão de destacar “as heroínas” que se dispuseram a tratar dos voluntários da Pátria doentes de cólera chegados do Paraguai, entre as quais estava a baronesa do Jacuí (PORTO ALEGRE, 1994).

<sup>21</sup> José Araújo Ribeiro foi presidente da província do Rio Grande do Sul, nomeado em 18 de outubro de 1835, renunciou em 15 de fevereiro de 1836, nomeado novamente em 9 de julho de 1836, ocupou a função até 04 de janeiro de 1837 (Spalding, 1980).

<sup>22</sup> Cúria Metropolitana de Porto Alegre, Registros de casamentos (Igreja de Madre de Deus), Livro 6, folha 6v, 23.03.1849.

<sup>23</sup> Os filhos do barão e da baronesa do Jacuí foram Francisco Pedro de Abreu (1851), José Rafael de Abreu (1853), Maria Delfina Alves de Abreu (1855), Maria Aldina Alves de Abreu (1855), Francisco Vicente Alves de Abreu (1857), Maria da Glória Alves de Abreu (1858), Ana Gertrudes Alves de Abreu (1859), Maria Amália Alves de Abreu (1863), Francisco de Paula Alves de Abreu (1864), José Maria Alves de Abreu (1867) e Pedro Brusque de Abreu (1869). Disponível em: <<https://www.geni.com/people/Maria-Am%C3%A1lia-de-Ara%C3%BAjo-Brusque/6000000020439316321?through=6000000020488295194#/tab/timeline>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

Amélia, concluiu que, no período colonial, uma das estratégias que a elite social utilizava para consolidar sua importância era a prática de casamentos endogâmicos (Kühn, 2014). O que não se alterou posteriormente. Na segunda metade do século XIX, conforme Jonas Vargas, as elites continuaram dando importância às uniões intrafamiliares para garantir a posição social superior do grupo ao unir famílias, capacitando-as, ainda, a superar a mera influência local (2016). No mesmo sentido, Luis Augusto Farrinati evidenciou na região da Campanha a normalidade de membros de uma mesma família casarem, assim reunindo recursos e diferentes lugares de atuação na esfera política regional (2010). A união de Francisco e Amélia parece ter sido um exemplo disso; membros da elite provincial, parentes distantes, originários de regiões diferentes, de segmentos profissionais distintos, que, ao se unirem, tornaram-se mais fortes e mais influentes.

Na ocasião do casamento, o barão era um homem com 38 anos, e Maria Amélia chegava aos 25 anos. A diferença de mais de dez anos entre as idades dos noivos não era incomum. Entretanto Moringue poderia ser considerado um velho e Amélia uma mulher adulta, que poderia já estar casada há alguns anos, pois, especialmente dentro da elite, as mulheres contraíam matrimônio entre os 17 e 22 anos (Muaze, 2009).

Nas palavras de Mariana Muaze, no Brasil da metade do século XIX

o casamento dividia o curso dos anos de uma vida em duas etapas distintas. Esse acontecimento social fundava a continuidade social e familiar da elite oitocentista e originava um novo núcleo que uniria dois troncos anteriormente distintos. Essa união era intencionalmente calculada no sentido de proporcionar a manutenção dessas famílias como parte de um grupo seletivo e privilegiado. Contudo era preciso ir além e gerar novos elementos de poder e prestígio que as distinguisse e elevasse socialmente, atualizando disputas sociais intra e extragrupo. As exigências minuciosas feitas durante os proces-

sos de arranjos matrimoniais revelam o esforço de consolidação de novas alianças políticas, econômicas e sociais que objetivavam estruturar uma rede familiar complementar que, em última instância, ia dar continuidade às casas envolvidas. Dessa forma, ao final, acabava-se reproduzindo a dinâmica hierarquicamente fundadora da composição social do Império (2009, p. 54).

Considerando, de um lado, a notoriedade, o título nobiliárquico e a posição alcançados durante a luta contra os republicanos e, de outro, a condição e as propriedades e a importância política da família da noiva, o casamento reunia prestígio, proeminência e muita influência em vários sentidos. Além disso, o fato de os noivos serem aparentados fortalecia e agregava o grupo familiar, resolvendo ainda o problema de o barão encontrar uma esposa e a necessidade de um marido para Amélia.

O casamento também representou uma significativa mudança no horizonte de interesses do barão. Até então, Chico Pedro atuara nas proximidades de Porto Alegre, mas, à medida que guerra contra os farroupilhas passou a desenvolver-se no interior da província, especialmente na região fronteira ao Uruguai, o barão ampliou essa área, percorrendo os limites com a antiga Banda Oriental. O casamento foi um estímulo para isso pelo fato da família de sua esposa ter propriedades na fronteira. Conforme o escritor Raul Pont, ao menos desde 1848, Chico Pedro manteve acampamentos na vila de Uruguaiana e tropeava por toda a fronteira comprando animais. O dote recebido pela esposa e outras aquisições posteriores fizeram-no possuir uma das maiores fortunas da província. Então se tornou proprietário de várias estâncias na fronteira, sendo uma no departamento de Artigas, no Uruguai, e outras cinco no Brasil. Eram chamadas de Estância Grande, Estância Nova, Estância da Palma, Estância Velha e Estância Coqueiro, além de uma invernada de gado na costa do rio Jaguari. Se reunidas,



todas essas propriedades abrangeriam mais de 20 léguas quadradas de campo (Pont, 1986).

Antes de continuar, é importante destacar que, ao contrário da maioria dos proprietários de terra, dos líderes políticos, dos comandantes militares, enfim, da elite político-militar do Rio Grande do Sul da época – normalmente oriunda da região de produção pecuária, eminentemente rural ou, ainda que residente nos centros urbanos, que vivia da exploração de propriedades rurais –, Francisco Pedro de Abreu originava-se do meio urbano, sendo filho de um comerciante, e só depois de alcançar prestígio como militar e auferir vantagens decorrentes dessa condição estabeleceu ligação e interesses pessoais na Campanha. Portanto invertia a lógica normalmente evidenciada pela historiografia a respeito das lideranças políticas e/ou militares do período.

Entretanto, antes disso, Francisco Pedro de Abreu contou com o auxílio e os trabalhos de seu núcleo familiar original, especialmente de alguns de seus irmãos. Mesmo depois de obter o título de barão, do casamento e da mudança de seu horizonte de interesses e possibilidades, Francisco Pedro de Abreu continuou utilizando o prestígio adquirido na guerra contra os republicanos, mas então ainda mais influente para arregimentar homens e tentar ampliar seu poder e de seu grupo. Nas próximas páginas, conheceremos alguns de seus liderados e inferir as razões por que o seguiam.

## **“A poder de maneiras, ia amoldando o povo”: os guerreiros de Chico Pedro**

O historiador argentino Tulio Halperin Donghi formulou o conceito de “carrera de la revolución” para analisar as trajetórias de indivíduos que participaram das lutas decorrentes da Revolução de Maio de 1810 e que utilizaram o prestígio adquirido naqueles anos para construir trajetórias de reconhecimento social e influência política (Halperin Donghi, 2005). Em parte como decorrência disso, a historiografia argentina tem produzido algumas análises bastante interessantes sobre figuras proeminentes do contexto referido, que podem ser entendidas como exemplos de tais situações, por exemplo Martín Güemes (Mata, 2008) e Manuel Dorrego (Di Meglio, 2014), inclusive para personagens que desempenhavam funções não diretamente relacionadas à luta, como os eclesiásticos (Ayrolo, Lanteri & Morea, 2011).

Ainda que no Brasil tenham ocorrido inúmeras revoltas, especialmente no período regencial, inclusive algumas duradouras e sangrentas, nenhuma alcançou a dimensão das transformações da ordem social ocorridas nas antigas possessões espanholas do continente americano. Basta um breve paralelo para verificarmos as distinções entre uma e outra realidade. No Brasil, a autoridade monárquica foi mantida, a unidade territorial foi conservada, a estrutura social não foi alterada, entre vários outros aspectos. Diferentemente, o sistema republicano foi instalado na maior parte, senão na totalidade dos países surgidos, com o fim do domínio da coroa espanhola, e a radicalidade

dos enfrentamentos pôs em xeque as estruturas hierárquicas coloniais, assim como redefiniu novos territórios no continente.

Não obstante, talvez em algumas situações específicas, justamente nos contextos em que a autoridade da corte imperial do Rio de Janeiro foi questionada, é possível utilizar o conceito de Halperin Donghi como chave de compreensão para aprimorarmos o entendimento sobre alguns personagens que utilizaram serviços prestados na guerra para tentar obter reconhecimento social e prestígio para além das atividades de militares. Curioso é que, no caso do Brasil, ao contrário, os personagens vitoriosos e que tiveram mais oportunidades nesse sentido foram justamente, em sua maioria, defensores da ordem imperial, já que seus opositores foram derrotados, ainda que tal realidade não possa ser entendida de forma tão esquemática (Ribeiro, 2013).

Não obstante, o conceito pode ser muito útil para compreendermos a ascensão de Francisco Pedro de Abreu a partir de seus êxitos alcançados durante a Guerra dos Farrapos. Como já mencionado, as ações de Chico Pedro eram constantemente elogiadas pelos superiores. O comandante do Exército Imperial destacou, na ordem do dia em comemoração à vitória sobre as tropas de David Canabarro em Porongos, o valor dos militares envolvidos e as retribuições que poderiam esperar aqueles que demonstrassem a mesma capacidade.

Sua excelência [barão de Caxias] faz ver a todos os supracitados senhores oficiais [subornados ao coronel Francisco Pedro de Abreu] que seus nomes breves serão levados à presença de Sua Majestade O Imperador; para que seus serviços obtenham da Imperial Munificência a devida consideração (Ministério do Exército, 1943, p. 306).

Conforme indicado no final da transcrição, as vitórias obtidas em combates possibilitavam a Chico Pedro e seus subordinados receberem a atenção dos comandantes superiores e

do próprio imperador. Esse reconhecimento podia significar promoções, comendas, admiração pública e prestígio social e político, assim como a inveja de outros.

A citação utilizada no título foi registrada pelo barão do Jacuí ao descrever o momento em que uma importante liderança militar do Rio Grande do Sul aderiu aos farroupilhas e o então tenente Francisco Pedro de Abreu impediu a desmobilização de seus homens e de outros chefes militares. Sem relatar como procedeu, registrou que sua chegada “fez criar ânimo a todos, a bem de se aprontarem com suas famílias, e mais preciso e seguirem para a capital” (IHGRGS, 1921a, p. 26). Isso ocorreu nos primeiros anos da revolta contra o Império por parte da elite sul-rio-grandense.

Francisco Pedro de Abreu participou dos esforços da Guerra dos Farrapos (1835-1845) desde o princípio. Segundo suas *Memórias...*, lutou pela primeira vez contra os revoltosos em 31 de março de 1836, “aonde [...] deu provas de coragem” (1921, p. 22). Autointitulando-se paisano, definição antagônica à condição de milico ou militar profissional (Guazzelli, 2013), no início da guerra liderava um grupo de cerca de dez homens dedicados ao combate de partidas republicanas, à reunião de cavalos e gentes, ao abastecimento da capital da província, Porto Alegre.

Os registros informam que Francisco Pedro de Abreu tornou-se tenente da Guarda Nacional em 1836, capitão em 1837 e assumiu o comando do esquadrão da Barra em substituição ao irmão João Pedro de Abreu. A lei de criação da Guarda Nacional, de 1831, previa que os oficiais deveriam ser eleitos por votação dos membros da instituição. Isso indica que Chico Pedro tinha prestígio entre seus camaradas. Entretanto, em 1837, as eleições para a escolha dos oficiais foram suspensas no Rio Grande do Sul (Ribeiro, 2005).

Em 1838, Moringue recebeu a patente de major; no ano seguinte, tornou-se tenente-coronel, e o esquadrão foi transformado em 5º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional sob seu comando; alcançou a patente máxima possível da Guarda Nacional ao tornar-se coronel-chefe de legião em 1844, tendo sido agraciado em 1842 com a insígnia de cavaleiro da ordem do Cruzeiro.<sup>24</sup> Rápidas promoções indicam seu conceito que obteve entre seus superiores e as demais autoridades da província. A documentação atesta que Chico Pedro tinha o reconhecimento de seus chefes e recebia elogios com frequência. Na primeira menção a seu respeito encontrada na documentação pode-se ler:

Tenho de levar a presença de V.Ex.<sup>a</sup>, que ontem 27 do corrente, chegou até este ponto, a partida ao mando do valente tenente Francisco Pedro de Abreu, de cuja diligência conseguiu correr alguns rebeldes que dispersos de coxilha em coxilha, vigiavam a esta pequena expedição [...]. É do meu dever levar ao conhecimento de V.Ex.<sup>a</sup>, o comportamento, valor e coragem destes dois oficiais, o tenente Francisco Pedro e o alferes Julio José Vianna, soldados que nesta diligência empreguei ainda resta-me de fazer ver a V.Ex.<sup>a</sup> de que tenho a honra de comandar homens tão intrépidos, que se distinguem tanto a bem da pátria e da legalidade<sup>25</sup>.

Francisco Pedro de Abreu foi elogiado de forma semelhante por diversos oficiais gerais e por influentes autoridades do Império. Um brigadeiro escreveu que “o sargento-mor Francisco Pedro houvesse [sic] com aquela tranquilidade, bravura e felicidade que o caracterizam”<sup>26</sup> era chamado “oficial

---

<sup>24</sup> Arquivo Histórico do Exército, Cód. 91, Rio de Janeiro, 17/2/1842, José C. Pereira.

<sup>25</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares, Maço (M) 126, acampamento, 28 de janeiro de 1837, major Jerônimo Batista de Alencastro.

<sup>26</sup> Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, volume (v) 14, CV-6488, Porto Alegre, 11/4/1838, brigadeiro Felipe N. d'Oliveira.

vaqueano”<sup>27</sup>. No final da guerra, foi agraciado como oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro por derrotar Bento Gonçalves da Silva, nas palavras de um eminente ministro, em razão de “tão distinta ação, pelo denodo e bravura com que hão assinaladamente souberam coroar de novos louros as armas imperiais”<sup>28</sup>, etc. De outra parte, os republicanos descreviam-no como “façanhudo”, “perverso”, “facínora”, “orgulhoso”, “verdugo da humanidade”<sup>29</sup>. Umas e outras designações atestam a capacidade e a admiração obtida por Chico Pedro entre seus superiores e o temor, senão o ódio, de seus inimigos.

Em 1845, recebeu o título de barão do Jacuí em retribuição aos serviços que prestou durante a guerra e em referência toponímica ao rio Jacuí, que cruza o Rio Grande do Sul, muitas vezes utilizado por Chico Pedro para realizar suas surpresas ou “surpresas”, como escreveu. O literato Clemenciano Barnasque, ao explicar a designação de Jacuí no título de Francisco Pedro de Abreu, escreveu:

Nas tesouras, na Palmeira [das Missões] d’um olho d’água nasce um veiosinho que vai engrossando canhada afora, até entrar na serra... Aí parece que se acaba, desaparecendo entre os pinheirais. Engano. Passa ali para juntar-se aos companheiros à espera, na floresta. E, reforçado, majestoso, surge cá embaixo, imprevisto, rápido, galopando nas várzeas no rumo do Guaíba. Por sua semelhança com esse rio, foi Chico Pedro galardoado com o título de barão do Jacuí<sup>30</sup>.

---

<sup>27</sup> Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, v 14, CV-6488, Rio Pardo, 28/4/1841, brigadeiro Felipe N. d’Oliveira.

<sup>28</sup> Arquivo Histórico do Exército, Códice 91, palácio do Rio de Janeiro, 17/2/1842, José C. Pereira.

<sup>29</sup> Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, vol. 9, Rio Pardo, 9/12/1839, Duarte S. Gomes; vol. 5, Caçapava, 25/4/1839, São Gabriel 13/3/1840, José da S. Brandão; vol. 6, QG no Moreira, 21/03/1844, David Canabarro; vol. 17, Camaquã, 16/6/1860, Bernardo Pirez.

<sup>30</sup> *Jornal A Federação*, edição 288, 1926, página 3. O rio Jacuí nasce na região do Planalto e cruza boa parte do território do Rio Grande do Sul, passando por vários municípios até ajudar a formar o rio ou lagoa Guaíba em Porto Alegre (IBGE, 1950). É um dos maiores e mais importantes rios do estado em extensão e volume de água.

As ações de Moringue buscavam surpreender os inimigos em ataques rápidos de cavalaria e infantaria, permanecendo dias escondido nos matos, esperando a melhor oportunidade para atacar. Usava como base de operações a ilha da Pintada, no rio Guaíba, e utilizava barcos para agilizar os deslocamentos<sup>31</sup>, alcançando pontos diversos pelos caminhos fluviais, como Tapes, Petim, baixo rio Caí, Triunfo, Santo Amaro, baixo rio dos Sinos, costa do rio Guaíba ou da lagoa dos Patos (Franco, 2000). A velocidade de suas empreitadas inspirou que “Chico Pedro” fosse um apelido popular, utilizado, inclusive, para nomear cavalos que participavam de corridas em prados da capital.<sup>32</sup>

Nas incursões, ocupava-se também em reunir cavalos e mantimentos para o abastecimento de Porto Alegre ou simplesmente para minar os ânimos dos republicanos. Quase sempre usando a terceira pessoa do singular, registrou sobre uma dessas ações em suas *Memórias*... que:

o tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu nunca descansava as ideias de distrair, e de aniquilar por todos os modos o partido rebelde, e soube pelos seus bombeiros, que em distância da capital de Porto Alegre, pouco mais de três léguas [...] debaixo de uma guarda, o derrotado [general] Neto, e seus oficiais tinham deixado uma cavalhada de estimação de seus andares, e apesar desta diligência ser de grande risco, por ser distante meia légua do exército rebelde, contudo a propôs ao presidente da província [...] às oito horas da noite, em-

---

<sup>31</sup> A utilização de embarcações era crucial em sua estratégia. Em 1838, portanto, nos anos iniciais da guerra, solicitou à presidência da província a construção de uma barca maior, em que coubessem ao menos 100 homens e os respectivos cavalos para os deslocamentos. Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares, M. 131, Porto Alegre, 13/10/1838, major Francisco P. de Abreu.

<sup>32</sup> Num jornal de 1892, assim era descrito o cavalo Chico Pedro: “já conhecido pela boa carreira que deu ultimamente; é animal superior e, como tal, comprado por um entusiasta *sportman* por 4:000\$000”. *A Federação*, edição 053, 1892, p. 1.

barcou-se com 50 homens do 5º corpo de cavalaria da Guarda Nacional de seu comando e 200 homens de infantaria [...] e seguiu em duas barcas de vapor e três barcas de cavalos, nove léguas a Itapuã, aonde chegou às 2 horas depois da meia noite, mas vendo ser já tarde o efeito da diligência arribou para o outro lado do rio Guaíba [...] donde esteve o dia inteiro a dar pasto aos cavalos, e a noite embarcando foi dar outra vez em Itapuã às 10 horas da noite. E desembarcando imediatamente com os 50 homens de cavalaria [...] e caminhou de noite cinco léguas [até] amanhecer e [...] investindo a guarda a destroçou (1921b, p. 172).

No mesmo sentido, há relatos de que levava comida para dias, de seu conhecimento sobre a força e as direções do vento e das correntes fluviais, da construção de um forte provisório na ilha da Picada para refrear as incursões dos republicanos sobre Porto Alegre (Brasil, 1945, p. 154).<sup>33</sup> Enfim, apesar de não ter experiência pessoal e ser oriundo do principal centro urbano da província, revelou-se um grande estrategista, que usava muito bem as características do meio em que atuava. Além de ousadia, demonstrou muitas vezes sua valentia frente ao inimigo.

Um relato de época permite dimensionarmos a preparação das condições necessárias e os esforços necessários para o ataque ao cerro de Porongos:

O espaço de quase dois meses foi despendido no preparativo desta expedição, que em número de 1.700 praças de cavalaria e caçadores a mando do dito senhor coronel Abreu, se pôs em marcha ao escurecer do dia 7 do corrente [novembro de 1844], e continuando a aproveitar as trevas da noite, emboscando-se durante o dia, ficou a[o dia] 13 distante do inimigo duas léguas sem ser por este pressentido. [...] Na madrugada no dia 14 a força do coronel Abreu rompera alvorada no campo de Porongos; atacando Canabarro e seus imediatos [...], os quais vergonhosamente se deixaram surpreender, e sem fazerem a menor resistência atônitos e confusos trata-

---

<sup>33</sup> Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares, M. 133, Porto Alegre, 1/12/1839, brigadeiro Felipe N. de Oliveira.



ram unicamente de fugir (Ministério do Exército, 1943, p. 302-303).

Manoel Luis Osorio, depois barão do Erval, que lutou contra os republicanos durante a Revolução Farroupilha, assim como nas incursões ao Uruguai e ao Paraguai durante o século XIX, afirmou que, na realização de ataques-surpresa ao inimigo, Francisco Pedro de Abreu “não tinha rival”; era um mestre nesse tipo de ação (Osorio, 2008, p. 327).

É importante lembrar que Chico Pedro contou com o auxílio e o trabalho de vários homens. Certamente foi outro mérito seu comandá-los, mas a autoridade da liderança não se baseia apenas na hierarquia militar, sendo construída de diversas maneiras. Em razão disso, é fundamental refletir sobre as razões que fazia esses homens seguirem uma liderança exitosa e visada pelos adversários em empreitadas arriscadas e trabalhosas.

Começemos pela família. Francisco e três irmãos estavam envolvidos na defesa da legalidade imperial. Chamavam-se Antônio Pedro de Abreu, João Pedro de Abreu e Paulo José de Abreu. No início da guerra, os irmãos Abreu serviam como práticos ou vaqueanos na região de Porto Alegre. Pode-se imaginar que atuavam juntos nas lides contra os republicanos durante os anos de guerra, e é necessário analisar essas relações antes de ampliarmos o círculo dos indivíduos liderados por Chico Pedro. Leandro da Rosa Oliveira também evidenciou a importância da família na composição dos efetivos comandados por João da Silva Tavares, barão e depois Visconde de Serro Largo (2016).

Chico Pedro é muito referido na documentação, mas seus irmãos nem tanto. Ainda assim, é possível considerar os trabalhos de Antônio, João e Paulo no tempo em que Francisco se tornava um líder de destaque no sentido de se verificar quanto colaboraram nas realizações do irmão e como os laços familia-

res influíram no processo. Isso inclusive pode ser dimensionado pelas citações aos irmãos feitas nas *Memórias...*, onde João é citado duas vezes, Antônio três e Paulo quatro. Diferenças pouco significativas.

As informações genealógicas indicam que Francisco era o mais jovem desses irmãos militares. Suas trajetórias militares confirmam isso. Em 1836, Antônio e João eram oficiais de Milícia, e Francisco e Paulo, paisanos ou praças guardas nacionais. As Milícias eram organizações armadas de segunda linha do Exército, formadas por civis que desempenhavam atividades militares eventuais conforme a necessidade, o que no Rio Grande do Sul era algo quase constante. As Milícias e as Ordenanças foram extintas a partir de 1831 conforme foram sendo criadas as unidades da Guarda Nacional, que reunia civis com cidadania política no Império. Ou seja, Antônio e João eram mais velhos por ser milicianos, e Francisco e Paulo mais jovens por iniciar seus serviços posteriormente à extinção das Milícias e depois da criação da Guarda Nacional (Ribeiro, 2005).

Sabe-se que Antônio foi comandante da Presiganga<sup>34</sup> em Porto Alegre e de prisões de unidades militares entre 1836 e 1840, sendo considerado fora do serviço ativo desempenhando esses empregos. Continuou na função até que foi autorizado a passar dois meses de licença para tratar da saúde na cidade de Rio Grande em abril de 1841. Ainda há informações de que em 1845, sendo major, comandava um esquadrão de cavalaria na vila de Triunfo.<sup>35</sup>

---

<sup>34</sup> A Presiganga era um barco ancorado nas proximidades da capital da província, que servia de cárcere para presos civis empregados no serviço público (Franco, 2000).

<sup>35</sup> Respectivamente, Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares, M. 126, Porto Alegre, 17/1/1837, Francisco de C. Santos; M 137, Porto Alegre, 14/4/1841, marechal Thomás J. da Silva; Fundo Polícia (P), M 62, Porto Alegre, 21/4/1838; Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, v 2, Triunfo, 15/2/1845, Antônio P. de Abreu.

A primeira menção sobre João na documentação informa que o tenente era comandante de uma força de cavalaria atuante na região do Taquari em 1837 ao lado de Chico Pedro. Dois anos depois, solicitou ser empregado no comando do destacamento do Trem de Guerra, apesar do irmão, Francisco – então major comandante do 5º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional –, ter solicitado que João e Antônio P. de Abreu fossem incorporados à unidade. Em setembro de 1843, o major João foi dispensado do serviço de destacamento e recebeu ordens para se recolher ao distrito em que vivia.<sup>36</sup>

O primeiro sargento Paulo J. de Abreu foi proposto para tenente guarda nacional no mesmo documento que Moringue foi indicado para o posto de capitão em junho de 1837. Promovido, servia com Chico Pedro e permaneceu na unidade já capitão. Paulo ainda esteve sob o comando do irmão no 5º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional em 1841.<sup>37</sup> A inexistência de maiores informações sobre Paulo indica que atuou subordinado ao irmão ao menos durante a Guerra dos Farrapos sem desempenhar outras funções.

As relações entre os irmãos João, Paulo e Francisco estreitaram-se ainda mais depois que o último batizou os sobrinhos em 1845 e 1848, respectivamente.<sup>38</sup> Muito provavelmente

---

<sup>36</sup> Respectivamente, Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares, M, 129, Taquari, 6/1/1837, tenente João P. de Abreu; Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, v. 9, Triunfo, 21 e 24/2/1837, brigadeiro Manuel C. da S. e Fontoura; Fundo Autoridades Militares, M, 133, Porto Alegre, 9/9/1839, marechal e comandante da guarnição Thomas J. da Silva; Brasil, 1943, p. 36.

<sup>37</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares, M, 137, Porto Alegre, 18/2/1841, tenente-coronel Francisco P. de Abreu; Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, v 2, CV-47, acampamento da Picada, 9/11/38, major Francisco P. de Abreu; Centro de História da Família da Igreja de Jesus Cristo dos Últimos Dias, Porto Alegre (Madre Deus), Microfilme (Mf) 1390970 (Livro 2), 26/6/1845.

<sup>38</sup> Centro de História da Família da Igreja de Jesus Cristo dos Últimos Dias, Microfilme 1390970 (Livro 2, 12-1840/43), Porto Alegre (Madre Deus), 26/6/1845 e 09/5/1848.

te, quanto mais crescia sua notoriedade, o barão do Jacuí recebia mais convites para tornar-se padrinho de recém-nascidos. Entretanto, consultados os registros de batismos de Porto Alegre das décadas de 1830 e 1840, consta que, além dos sobrinhos, Francisco tornou-se compadre de apenas mais um homem no período, do tenente de infantaria Antônio Eduardo da Costa<sup>39</sup>, aparentemente um pernambucano que permaneceu no Rio Grande do Sul até pelo menos 1849<sup>40</sup>, mas as fontes não indicam qualquer proximidade com Abreu.

Além de seus irmãos, vários outros atuaram junto a Francisco nesses anos de guerra. Inicialmente, poder-se-ia pensar que a leitura das *Memórias...* permitiria verificar quem foram os homens de confiança de Francisco durante a Guerra dos Farrapos. Porém, como Benito Bisso Schmidt já destacou, “escrever a própria vida não significa representar uma realidade pré-existente; muito mais que do que isso, significa criar a vida narrada e o próprio autor” (2012, p. 233). Ou seja, como não poderia ser diferente, a produção autobiográfica do barão foi um exercício de seleção e ordenamento dos sucedidos com inclusões e exclusões motivadas por razões diversas.

Abreu menciona muitos nomes ao longo do texto de suas *Memórias...*, até mais vezes que seus irmãos. São os casos de Mariano Martins, Fidélis Paes da Silva e Claro José de Souza, todos oficiais reconhecidos pelo autor como companheiros nas lides da guerra nos grupamentos que comandou: o esquadrão da Barra (1836-1839), o 5º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional (1839-1844) e a 8ª Brigada de Cavalaria (1844-1845).

---

<sup>39</sup> Centro de História da Família da Igreja de Jesus Cristo dos Últimos Dias, Microfilme 1390970 (Livro 1, 12-1840/43), Porto Alegre (Madre Deus), 9/4/1842.

<sup>40</sup> Arquivo Histórico do Exército, código 91 (RS), Rio de Janeiro, 04/6/1849.

Há algumas outras informações sobre esses homens. Segundo o registro de batismo de um filho natural, Mariano, ou Marianito, Martins era originário de Mercedes, Argentina, e iniciou a guerra lutando nas Missões no posto de capitão, mas logo passou a atuar nas proximidades de Porto Alegre no chamado esquadrão das Lavras. Talvez por essa experiência, posteriormente foi o segundo de Abreu no comando do esquadrão da Barra (1921a, p. 39). Major, tornou-se homem de confiança do barão de Caxias (Brasil, 1945, p. 69) e, em março de 1844, foi promovido a tenente-coronel do 5º Corpo de Cavalaria, assumindo o comando da unidade em maio daquele ano. Nessa função recebeu elogios pelo “ardor” e “inteligência” liderando seus homens durante a batalha de Porongos (Brasil, 1943, p. 207, 305)<sup>41</sup>, integrando a brigada sob as ordens de Chico Pedro.

Fidélis Paes da Silva, membro do 5º Corpo da Cavalaria, é designado como “ativo” e “distinto” em batalha nas *Memórias...* (1921b, p. 183, 197). Em 1839, era cabo da unidade, foi promovido por “atos de valor” a tenente em novembro de 1843 e capitão por distinção em dezembro de 1844 por haver participado do ataque a Porongos (Brasil, 1943). Há informações de que recrutou desertores no distrito de Cima da Serra e que sofreu ferimentos em combate.<sup>42</sup> Parece ser o mesmo indivíduo mencionado numa reportagem de jornal, datada de 1850, relatando que estava reunido a cinquenta homens para incorporar-se às forças do barão do Jacuí na fronteira com o Uruguai.<sup>43</sup>

---

<sup>41</sup> Respectivamente, Centro de História da Família da Igreja de Jesus Cristo dos Últimos Dias, Mf 1390970, Porto Alegre (Madre Deus), 28/12/1839; Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares, M. 127, Porto Alegre, 10/10/1837, brigadeiro Francisco X. da Cunha; M. 129, Porto Alegre, 4/5, 1837, major Manoel L. Osório.

<sup>42</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares, M. 142, Porto Alegre, 5/1/1844, marechal comandante da guarnição Tomás J. da Silva.

<sup>43</sup> Jornal *O Rio-grandense*, 12/3/1950, edição 586, p. 3.

Em 1839, Claro José de Souza integrava o chamado esquadrão de Faxinal nas proximidades de Porto Alegre. Já sob o comando de Chico Pedro, no 5º Regimento de Cavalaria, foi destacado por “incansável” e bravura, recebeu menções e graves ferimentos por arma de fogo<sup>44</sup>, assim como é elogiado por seu valor frente ao inimigo em 1845 (Brasil, 1943, p. 328).

Esses são alguns dos homens mais mencionados nas *Memórias...* O autor cita vários outros em seus ofícios de época, mas que foram pouco ou nada referidos no texto que produziu. Sobre alguns dos citados também é possível conhecer um pouco mais. Assim como Claro, também serviu no esquadrão do Faxinal o tenente Isaías Antonio Alves, oficial do 5º Regimento de Cavalaria da Guarda Nacional em 1839. Nessa condição é referido apenas uma vez nas *Memórias...*, comandando um grupamento sob ataque dos republicanos nas proximidades da capital da província (Abreu, 1821b, p. 175). Ainda na unidade, no posto de capitão em 1845, foi incumbido de reunir vinte praças solteiros da unidade para policiar um dos distritos de Porto Alegre.<sup>45</sup>

---

<sup>44</sup> Respectivamente, Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, v. 2, Porto Alegre, 21/9/1839, major Francisco P. de Abreu; Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares, M. 142, Porto Alegre, 5/1/1844, marechal Thomás J. da Silva; Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, vol. 2, rincão de São Pedro, 10/8/1841, tenente-coronel Francisco P. de Abreu; Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares, M. 132, Porto Alegre, 11/1/1839, brigadeiro Felipe N. de Oliveira; Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares, M. 142, campo junto do Capivari, 12/12/1844, tenente-coronel José J. de A. Neves; Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, v. 2, rincão de São Pedro, 10/8/1841, tenente-coronel Francisco P. de Abreu.

<sup>45</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares, M. 132, Porto Alegre, 11/1/1839, brigadeiro Felipe N. de Oliveira; Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, v. 2, acampamento na Picada, 17/9/1839, tenente-coronel Francisco P. de Abreu; Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares, M. 143, Porto Alegre, 2/6/1845, comandante de guarnição José F. dos S. Pereira.

Como é evidente, muitos homens oriundos da região de Porto Alegre fizeram parte dos grupamentos e unidades comandados por Abreu. Algo bastante compreensível pelo fato dele ocupar-se, inicialmente, de incursões para defender e suprir a capital da província. Por exemplo, o alferes Manuel Patrício de Azambuja recebeu praças e cavalos de seu pai para o serviço da Campanha. Ao que se negou, “pois antes de irem já declararam passariam para a gente do coronel Francisco”<sup>46</sup>. O que, infere-se, pode ser apenas um exemplo de outros casos semelhantes.

Entretanto também ocorriam defecções nas tropas de Chico Pedro tanto pelos desejos de alguns oficiais como por resistências ao serviço. Foi o caso do tenente Francisco Joaquim Garces Cabeleira, que solicitou transferência do 5º Corpo para o esquadrão ligeiro para ficar junto do irmão. Curioso é que Cabeleira acabou integrando o 8º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional.<sup>47</sup> Ou seja, deixou o 5º Corpo, mas acabou integrando outra unidade com as mesmas funções. Em junho de 1837, o guarda nacional Rafael Pinto de Azambuja – provavelmente aparentado de Manuel P. de Azambuja citado acima – foi proposto para o posto de alferes do esquadrão da Barra, recebeu o posto e solicitou transferência para outra unidade nas redondezas de Porto Alegre no mês seguinte por razão desconhecida.<sup>48</sup> Já quase no final da guerra, o sargento Tristão de Souza e Silva solicitou deixar o 5º Corpo de Cavalaria para incorporar-se à polícia de Taquari, onde esperava chamar de

---

<sup>46</sup> Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, v. 9, CV-5334, Triunfo, 7/1/1845, major Fernando Kersting.

<sup>47</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares, M. 135, Porto Alegre, 21/2/1840, brigadeiro Felipe N. de Oliveira; M. 136, Aldeia dos Anjos, 22/2/1841.

<sup>48</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares, M. 126, Porto Alegre, 5/6/1837, João da C. L. Barreto; M. 127, Porto Alegre, 26/7/1837, brig. Francisco X. da Cunha.

volta desertores do corpo que viviam na região, escondidos nos matos.<sup>49</sup>

As defecções também ocorriam no 5º Corpo de Cavalaria por resistência ao serviço militar por meio da deserção. Além de outros<sup>50</sup>, sabe-se do caso dos soldados Francisco da Silva Dias, castigado e deportado, e Antônio Aurélio, que contou com o auxílio do pai para garantir que estava pronto para se reapresentar. Então não foi castigado por ser de “pouco juízo”, apenas entregue ao referido capitão Claro J. de Souza.<sup>51</sup> A deserção era uma característica bastante comum nas forças pouco profissionais, como era o Exército Imperial brasileiro, tão comum quanto o fato das unidades reincorporarem desertores (Ribeiro, 2013), ainda que nem sempre fossem dispensados de castigos exemplares.<sup>52</sup>

Muitos outros militares são citados na documentação produzida por e a respeito de Francisco Pedro de Abreu. Todavia é preciso reunir certo número de fontes para evidenciar algo, e apenas alguns documentos apresentam informações passíveis de ser utilizadas para os objetivos propostos. Na maior parte das vezes, os militares são citados apenas como participantes de alguma ação e/ou como sujeitos de arranjos administrativos diversos. E o esforço teórico e metodológico para a compreensão de como se constitui uma liderança não é fácil.

Como já referido, muitas vezes, constrói-se um imaginário a partir dos êxitos obtidos pela liderança, da importância

---

<sup>49</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares, M. 136, Rio Pardo, 11/4/1844, brigadeiro Felipe N. de Oliveira.

<sup>50</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares, M. 135, Porto Alegre, 31/12/1839, tenente-coronel Francisco P. de Abreu; M. 141, Canguçu, 11/2/1844, Francisco P. de Abreu.

<sup>51</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares, M. 140, Ponta Rasa, 26/1/1843, tenente-coronel Francisco P. de Abreu.

<sup>52</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares, M. 142, Pelotas, 23/1/1844, Francisco P. de Abreu.



adquirida em determinado contexto, da posição que alcançou no final da vida, dos testemunhos de admiradores, etc., o que influi na produção historiográfica. Soma-se a isso a dificuldade de obter fontes e interpretá-las no sentido de evidenciar como os processos se desenvolvem durante o percurso da vida do indivíduo analisado.

Essas dificuldades fizeram com que, durante muito tempo, os cientistas sociais brasileiros usassem conceitos como mandonismo, clientelismo, patrimonialismo, coronelismo para explicar a importância e a influência de grupos sociais, geralmente proprietários de terra e/ou lideranças políticas. O uso dessas ferramentas tornou-se tão usual, que, nas palavras de José Murilo de Carvalho, “o acúmulo de pesquisas passa a ter rendimento decrescente porque as ideias começam a girar em roda, sem conseguir avançar”, e a solução possível para sairmos dessa roda-viva seria apenas com “o avanço da pesquisa empírica, por mais árida e inglória que seja a tarefa”<sup>53</sup> (1998, p. 130). No sentido de contribuir nesse último sentido, o exercício é tentar compreender a construção da notabilidade de Francisco Pedro de Abreu a partir das evidências encontradas nas informações sobre alguns dos homens que serviram ao seu lado durante a Guerra dos Farrapos.

As inúmeras referências de Abreu a seus irmãos em suas *Memórias...* induzem a compreensão de que Antônio, João, Francisco e Paulo atuaram juntos durante a guerra contra os republicanos. Entretanto as evidências informam que a parceria entre os irmãos Abreu pouco durou, ao menos como havia sido. Apesar de continuarem a serviço do Império, Antônio e João seguiram caminhos distintos de Francisco e Paulo, que

---

<sup>53</sup> A principal referência da utilização desses conceitos para a compreensão das organizações militares no Brasil, tendo inclusive uma discussão específica sobre as lideranças do Rio Grande do Sul, é Uricoechea (1978).

continuaram atuando na companhia um do outro durante a guerra.

Não há indícios das razões dessas escolhas, mas as decisões dos irmãos mais velhos em dedicar-se a outras atividades que não ao lado de Francisco podem indicar preferência em não serem liderados pelo irmão mais jovem e menos experiente. Contudo o fato de Francisco ter batizado o filho de João indica que a relação entre os irmãos não era distante. Como evidenciado, Chico Pedro não era afeito a tornar-se padrinho de filhos de pessoas de fora da família.

No século XIX, o batismo de crianças era uma forma de estreitar laços entre indivíduos. Os padrinhos tinham a obrigação de zelar pelos afilhados, mas apadrinhar uma criança também significava estabelecer um forte elo com os pais. Os compadres tanto assumiam conjuntamente o dever de auxiliar no melhor encaminhamento dos pequenos, como estabelecia uma relação de reciprocidade e de solidariedade (Brügger, 2007).

Portanto, diferentemente do que era usual no período, quando os homens influentes utilizava o recurso do batismo para firmar alianças e estender clientelas (Hameister & Gil, 2007; Farinatti & Vargas, 2014), Francisco Pedro de Abreu parece ter sido muito seletivo nesse tipo de compromisso conforme se tornava uma personalidade respeitada e reconhecida, pois não utilizava o recurso do batismo para construir relações de camaradagem ou fidelidade com outros homens para além da família, preferindo construir proximidades e estreitar proximidades com seus contemporâneos de outras maneiras. Entretanto apenas um levantamento mais amplo de registros de batismo, para além de Porto Alegre, confirmaria essa inferência.<sup>54</sup>

---

<sup>54</sup> Depois que passou a fazer parte da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, passou a assumir a tutoria de alguns jovens órfãos, mas há diferença entre ser tutor e padrinho batismal. Centro Histórico da Santa Casa de Porto Alegre, Livro 1.

Naquele contexto, aspirantes à condição de lideranças tinham que construir e manter grupos de seguidores. Considerando que Chico Pedro não utilizava um dos recursos possíveis nesse sentido, os batismos, é preciso refletir sobre como sua liderança era construída. Pois, apesar de ser uma organização armada, que integrava um exército em guerra, as tropas comandadas por Abreu eram formadas por civis militarizados. Esses, além dos ideais políticos envolvidos, necessitavam de algum tipo de motivação para manter-se em armas. Sabina Loriga, refletindo sobre como o exército pode ser um laboratório disciplinador, entende que os comandos são suscetíveis às fragilidades decorrentes das tensões cotidianas, algo que se transforma em ocasiões de negociação ou de ruptura da ordem militar nas situações mais difíceis, e que o carisma é fundamental para que os superiores consigam mobilizar seus efetivos (1991).

Pode-se deduzir que as vitórias e o crescente reconhecimento obtidos por Chico Pedro tornavam-no um comandante carismático entre os efetivos imperiais. Se era assim, além da dificuldade de evidenciar carisma nas fontes, é preciso refletir se tal sentimento era suficiente para angariar apoio dos subordinados. Em razão disso, sem desconsiderar o carisma, pode-se tentar buscar outros instrumentos de motivação para os subordinados de Francisco Pedro de Abreu. A investigação pode começar considerando práticas evidenciadas naquele mesmo contexto por agentes semelhantes.

Vejam: há certo entendimento de que a possibilidade de saque era um importante instrumento de mobilização e obediência de grupos militares durante as guerras. O saque aos bens dos inimigos e mesmo às populações das áreas de atuação dos grupamentos era muito usual até o século XIX em maior ou menor grau. A prática era considerada inclusive como parte dos proventos das tropas e servia para mobilizar efetivos, especialmente porque as redes de abastecimento pouco funciona-

vam e os soldos eram recebidos com atraso de meses, senão de anos. Na documentação produzida por autoridades das tropas do Império do Brasil, são comuns as notícias de saques realizados por tropas farroupilhas.<sup>55</sup> O que não significa que soldados imperiais não o fizessem. Talvez apenas não era relatado por seus comandantes.

Em casos semelhantes ocorridos na atual Argentina, as tropas comandadas por Martín Güemes na província de Salta valiam-se do saque para subsistir, inclusive utilizavam-no como instrumento de coação aos adversários (Mata, 2008), e ao menos alguns liderados por Cipriano Benítez na província de Buenos Aires dos inícios do século XIX esperavam pagamentos resultantes dos saques de portugueses e galegos (Fradkin, 2006). Túlio Halperín Donghi concluiu que “el saqueo pasa ser un medio de guerra normal; sus formas son, por outra parte, infinitas e ingeniosas” (2005, p. 90). Entretanto, como será visto adiante, em nenhum desses casos, o saque foi a única ou a principal motivação dos homens liderados por Güemes ou Benítez.

Entre as tropas de Abreu não parece que essa tenha sido sua principal motivação durante a Guerra dos Farrapos, apesar de realizarem apreensões frequentes de cavalos e gêneros diversos. Mesmo porque, apesar da guerra, faziam parte de um grupamento que integrava uma instituição militar formal, o Exército Imperial brasileiro, e nessa condição tinham por dever considerar a existência de normas estabelecendo limites à sua atua-

---

<sup>55</sup> No início do conflito, relatou-se que moradores de São Leopoldo apoiaram os revoltosos farroupilhas com a promessa de que poderiam saquear as propriedades da rua da Praia em Porto Alegre. Mas também se pode encontrar registros do receio de comandantes de unidades em haver problemas disciplinares se soldados não fossem supervisionados (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares, respectivamente, M. 122, Porto Alegre, 26/7/1836, Francisco das Chagas Santos; M. 142, Quartel do comando da guarnição do Rio Pardo, 13/12/1844, comandante Luiz Manoel de Lima e Silva ).

ção, mesmo que houvesse comportamentos desviantes. Condição e objetivos diferentes das tropas mobilizadas para as chamadas “Califórrias”, que serão tratadas mais adiante.

Evidências da obediência ao regramento das normas vigentes podem ser encontradas analisando acontecidos em Porto Alegre. Em certa noite, um capitão e dois soldados do 5º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, liderado por Chico Pedro, adentraram uma residência e cometeram abusos. Descobertos, a autoridade policial afirmou que “um oficial do Império, que tem de rigorosa obrigação manter a ordem e fazer respeitar as leis, são dignos da mais severa punição”. Em outra ocasião, homens bateram à porta de uma casa dizendo-se da mesma unidade à procura de desertores. Foram recebidos e revelaram-se ladrões. Ou seja, ainda que houvesse casos de abuso, eram incomuns, e a população não os esperava dos integrantes do 5º Corpo.<sup>56</sup>

Há de se considerar também que a motivação de saque tinha mais sentido para os militares de baixa patente, normalmente oriundos de famílias pobres, que entendiam poder obter algum ganho com os espólios do inimigo. O próprio Francisco P. de Abreu relatou que, em novembro de 1840, sua unidade apreendeu “mais de 60 cavalos, [...] 3 carretas carregadas, uma de erva de mate, e duas de fazendas furtadas em Taquari e Triunfo, tendo repartido a maior parte entre si [*seus homens*] e as chinas que traziam em sua companhia” (grifos meus) (IHGRGS, 1921b, p. 174).

Aos oficiais essa possibilidade não era totalmente desconsiderada, mas servia para motivá-los quando as possibilidades de pilhagem eram mais significativas, por exemplo na

---

<sup>56</sup> Respectivamente, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, P, M. 64, Porto Alegre, 11/6/1844, chefe de polícia Manoel J. de F. Travassos; Porto Alegre, 6/12/1842, chefe de polícia, Manoel P. da S. Veloso.

forma de dezenas ou centenas de reses, importâncias maiores, bens valiosos, etc. Saint-Hilaire registrou situações desse tipo (1997). Isso até poderia ocorrer, especialmente contra inimigos estrangeiros, mas de forma eventual e não quando pudesse tornar-se do conhecimento público.

Além do saque, os integrantes das unidades militares poderiam ter outras motivações. Para os integrantes do corpo, além de estarem sob o comando de um oficial cada vez mais reconhecido por suas capacidades, sob o comando de Francisco contavam com a prerrogativa de maior liberdade de ação, por exemplo cruzando localidades sem dar satisfação às autoridades locais.<sup>57</sup> E ainda, se publicamente lutavam pela defesa da autoridade da monarquia e contra os ideais republicanos, também esperavam ser retribuídos pelos serviços prestados na forma de promoções, de reconhecimento social e de acesso a lugares melhor situados na sociedade da época. Essas condições permitiam lucros mais interessantes, como por exemplo superfaturar o preço dos gêneros para o abastecimento dos efetivos, desviar parte da cavalaria para a remonta das tropas, valer-se da autoridade dos postos militares para coagir adversários políticos ou concorrentes, etc.

Essas eram as retribuições esperadas por muitos homens dedicados ao serviço das armas do Império. Afinal, num raciocínio direto, nem sempre bem-sucedido, vitórias significavam reconhecimento, reconhecimento resultava em promoções, promoções atendiam os desejos de ascensão social e mercês, ascensão social e mercês podiam significar melhores condições para o aproveitamento de oportunidades futuras ou mesmo na divisão de espólios de guerra. Conforme as conclusões de Fari-natti (2010), de acordo com a posição do chefe, parentes, ca-

---

<sup>57</sup> ANAIS DO ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, v. 9, CV-5334, Triunfo, 7/1/1845, major Fernando Kerting.

maradas, subalternos recebiam favores ou benesses resultantes do poder de influência alcançado, mesmo que já não mais da forma como ocorrera até as primeiras décadas dos oitocentos, quando terras e rebanhos ainda não tinham marcas.

Márcia Eckert Miranda tratou da fiscalidade no Rio Grande do Sul dos inícios dos oitocentos e, entre outras conclusões, apontou as vantagens financeiras obtidas pela elite provincial civil e militar com a necessidade de manter exércitos numerosos naquele contexto (2009). Franco (2006) relacionou algumas ações do barão do Jacuí nesse sentido. Cita ocasiões em que, depois da Guerra dos Farrapos, debateu-se contra os rigores da administração fiscal da província, valeu-se de sócios e procuradores para vender cavalos e reses para o município das tropas a preços vantajosos, propôs determinadas vantagens para as forças sob seu comando antevendo benefícios pessoais.

Porém, se essas motivações eram comuns, não respondem por que alguns homens decidiram atuar sob as ordens de Francisco e não de outro oficial. Evidentemente, quando se tornou cada vez mais conhecida sua capacidade de liderança militar, fazer parte das unidades que comandava tornou-se uma opção interessante. Entretanto, antes disso, havia a necessidade de conseguir vincular-se aos grupamentos liderados por Chico Pedro e de demonstrar capacidade de atender suas exigências de comando.

Isso explica por que os militares passíveis de serem relacionados a partir das evidências da documentação como subordinados a Francisco P. de Abreu e que integraram o 5º Corpo, criado em 1839, eram oriundos dos vários esquadrões de cavalaria da região de Porto Alegre (esquadrão da Barra, esquadrão de Triunfo, esquadrão do Faxinal, esquadrão de São Leopoldo). Esses homens já haviam dado provas de seu valor em ação e, assim, obtinham o reconhecimento de Chico Pedro.

Num estudo já citado, que visou produzir uma análise realista e empiricamente fundamentada da constituição de bandos armados, Fradkin analisou a constituição de uma “montonera” de Buenos Aires. A partir de um conjunto diverso de fontes, o autor partiu de uma relação de indivíduos acusados de participar de uma reunião armada, que tinha por objetivo depor e substituir autoridades locais judiciárias e policiais, assim como apoiar a conquista do governo por Juan Manuel Rosas. Questionando as características normalmente atribuídas aos integrantes de reuniões semelhantes e a pertinência do conceito de caudilhismo<sup>58</sup>, Fradkin concluiu que as motivações dos integrantes da “montonera” decorriam, em boa medida, de laços de parentesco e vizinhança, sendo que a maior parte dos envolvidos ocupava-se como peão ou pequeno produtor autônomo, que nada indica que seguiam ordens de proprietários. Seu líder era um homem pobre, que utilizava sua influência em laços comuns aos integrantes do grupo para mobilizar conhecidos e na sua capacidade de transformar sentimentos e desejos em ação política (Fradkin, 2006).

Como já mencionado, o 5º Corpo de Cavalaria não era apenas um bando armado, mas uma fração organizada do Exér-

---

<sup>58</sup> Nas palavras do autor. “El diagnóstico de las montoneras era prácticamente unánime en las elites letradas y así fue absorbido por la historiografía posterior, que no podía distinguir el fenómeno de las montoneras del bandolerismo y enfatizó la supuesta centralidad que habrían tenido las bandas en la formación de esos liderazgos. En este sentido, la descripción ofrecida por John Lynch es emblemática de todo un itinerario historiográfico acerca del caudilhismo latinoamericano: la trama de relaciones jerarquizadas que suponía el caudilhismo tenía como núcleo central una ‘banda de hombres armados’ en torno al cual se conformaba una serie de círculos periféricos y dependientes. En esas condiciones, ‘el conjunto permanecía unido mediante el vínculo patrón-cliente, mecanismo esencial del sistema caudilhista’, y, de este modo, ‘la estructura de esas relaciones seguía el esquema terrateniente-campesino’” (2006, p. 198). Para Fradkin, não há como compreender a constituição da “montonera” estudada a partir desses referenciais.



cito Imperial. Entretanto é interessante verificar que, mesmo nesses grupamentos institucionalizados, havia a possibilidade das relações de proximidade influírem na constituição das unidades. E ainda que as decisões fossem no sentido das melhores escolhas possíveis, sempre há o risco de que as relações impliquem significativamente o futuro desses homens num sentido ou em outro. Os demais integrantes dos esquadrões que não foram transferidos para o 5º Corpo talvez tivessem a possibilidade de servir na unidade, mas preferiram não estar sob as ordens de Francisco e integrar grupamentos de menor importância que um corpo de cavalaria. Ou talvez não tivessem a mesma possibilidade. Seja como for, rejeitaram o comando de um tenente-coronel – posto alcançado por Francisco Pedro de Abreu pouco antes da formação do 5º Corpo – para servir sob as ordens de majores. As referências a esses comandantes e aos novos esquadrões praticamente desaparecem na documentação posteriormente.<sup>59</sup>

Todavia fidelidades também podiam ser construídas de outras maneiras. Não há evidências que permitam afirmar que Francisco tivesse qualquer preocupação em tornar-se deliberadamente admirado, reconhecido ou defender os interesses da população mais pobre ou em ter proximidade com seus soldados de baixa patente. Entretanto Chico Pedro algumas vezes usava sua influência para livrar alguns homens, inclusive índios, da prisão e incorporá-los a seu comando, quase sempre sob o argumento de que “podem prestar bons serviços à Legalida-

---

<sup>59</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares, M. 132, Porto Alegre, 19/7/1839, major comandante do esquadrão ligeiro José J. de A. Neves. Dos ex-comandantes dos esquadrões citados, o futuro barão do Triunfo é o único do qual se pode encontrar referências numerosas na documentação. Não foram encontradas referências posteriores a 1839 do major Antônio José de Lemos, que comandou o esquadrão do Faxinal.

de”<sup>60</sup>. Ainda que outros fizessem o mesmo, o conjunto das fontes permite concluir que Chico Pedro transformava prisioneiros em comandados mais frequentemente.

Por exemplo, na documentação há referência a certo Antônio Israel Ribeiro, que desertou dos republicanos e foi pego, em 1838, nas proximidades de Aldeia dos Anjos, próximo a Porto Alegre.<sup>61</sup> O barão do Jacuí também cita duas vezes esse nome como sendo um capitão, em 1840, e depois major, em 1844 (IHGRGS, 1921b, p. 166-201). Antônio I. Ribeiro aparece no restante da documentação como major do 5º Corpo (Brasil, 1945, p. 127). Não há como asseverar que o desertor republicano se transformou em major do 5º Corpo. Porém, com sua experiência militar, se demonstrasse capacidade e empenho na defesa do Império, alguém passado do inimigo poderia ter alcançado o posto de capitão em dois anos, e os exemplos de incorporação de ex-combatentes farrapos nas tropas de Chico Pedro reforçam essa possibilidade.

Ao reincorporar esses homens, Abreu colocava-os em proteção de outras autoridades e ofertava-lhes a possibilidade de usufruir das benesses de estar sob o comando de um oficial cada vez mais reconhecido. Diferentemente, também há documentos de sua autoria informando a prisão e o envio de outros homens às autoridades de polícia ou do Exército para as devidas punições.<sup>62</sup> Considerando isso, pode-se concluir que Fran-

---

<sup>60</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares, M. 127, Porto Alegre, 1/7/1837, brigadeiro Francisco X. da Cunha; M. 130, Porto Alegre, 17/12/1838, capitão João de S. A. Leitão; M. 133, Porto Alegre, 5/11/1839, marechal Thomás J. da Silva; P, Porto Alegre, 18/8/1840, chefe de polícia Manoel P. da S. Vellozo.

<sup>61</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, Fundo Autoridades Militares, M. 131, Porto Alegre, 8/2/1838, brigadeiro Thomás J. da Silva.

<sup>62</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, Fundo Autoridades Militares, M. M. 134, Lagoa dos Patos, 25/9/1840; P, Porto Alegre, 3/9/1840, chefe de polícia Manoel P. da S. Vellozo; Fundo Requerimentos, M. 85, Porto Alegre, 17/4/1837, Matheus do Carmos e Isidorio Vicente.

cisco P. de Abreu selecionava quais indivíduos poderiam integrar as forças que comandava.

Mesmo não sendo o que se podia esperar para um comandante militar de seu tempo – era cidadão, não tinha clientelas para mobilizar, não era herdeiro de um chefe militar ou político, etc. –, Chico Pedro possuía capacidades pessoais que lhe permitiam não reproduzir algumas estratégias para ascensão social usuais na época, administrando como pôde os efetivos sob seu comando, selecionando homens capazes e, por razões diversas, comprometidos com a luta que empreendiam. E mais importante do que isso, precisa diferenciar-se, criar formas de ação mais exitosas e notáveis, inclusive para superar aqueles que detinham os recursos usuais dos chefes militares do século XIX.

Essas considerações não negam o fato de que muitas lideranças guerreiras do Rio Grande do Sul do século XIX eram originárias da Campanha, proprietários de terras, fortaleciam suas posições apadrinhando gentes e estreitando relações pessoais e clientelares das várias formas já evidenciadas pela historiografia mais recente. Todavia, a trajetória de Francisco P. de Abreu sinaliza que outros caminhos podiam ser construídos para a notabilidade. No caso, essencialmente vinculados ao prestígio obtido nas lides da guerra.

Pelos diversos relatos de que dispomos, o principal recurso de Chico Pedro foram sua estratégia de guerra, suas movimentações, as surpresas das ações, os rápidos deslocamentos entre os matos, pelos rios, a cavalo, alternado agilidade e paciência pelo melhor momento. Talvez além do que Hélio Moro Mariante chama de “guerra à gaúcha”, baseada em grande medida no uso de cavalaria e das vastidões das planícies (1985), sem se valer de táticas de infantaria, de artilharia ou utilizar outras formas de movimentação.

Nesses esforços, Moringue nem sempre pôde contar com indivíduos de sua extrema confiança, como dois de seus irmãos,

mas suas conquistas lhe permitiram reunir os que julgava mais capazes de auxiliá-lo em tornar-se cada vez mais célebre numa relação de autocomplementação. Os guerreiros de Chico Pedro contribuíam para a notabilidade de seu líder com coragem e obediência. Eram homens que já haviam demonstrado valor em situações de combate – por isso foram selecionados – e acreditavam que sob as ordens do futuro barão do Jacuí teriam melhores oportunidades para também se notabilizar. Por isso o escolheram. Em troca esperavam ter acesso mais fácil e rápido ao reconhecimento público e às oportunidades de obter vantagens pessoais muito além das atividades militares, conforme o exemplo de Francisco Pedro.

Não obstante, numa situação diferente, sem conflitos armados, talvez não fosse possível o surgimento de lideranças do tipo ou ao menos que alcançassem tanta notoriedade. O cenário de guerra e a necessidade de guerreiros capazes oportunizaram o surgimento de militares como ele e seus liderados. Nisso o caso de Chico Pedro assemelha-se a outros casos ocorridos nas antigas possessões espanholas. Entretanto diferencia-se daqueles porque atuou dentro de um cenário de relativo ordenamento institucional, sem radicais alterações nas instituições militares ou na própria estrutura social. Adiante faremos algumas comparações com personagens semelhantes.

Em função disso, Francisco P. de Abreu teve algumas possibilidades e limitações no que se refere à construção de si mesmo como liderança militar. Por exemplo, teve muitas oportunidades para demonstrar suas capacidades e as de seus homens, porém dependia do reconhecimento dos superiores para ascender na hierarquia; não teve o privilégio de nascer numa família de guerreiros e precisava compensar isso demonstrando ainda mais qualidades; necessitava obter seguidas vitórias para conseguir reconhecimento, para o que contou com subordinados já experimentados depois que ele próprio demonstrara suas qualidades.

Mas a ascensão de Chico Pedro tem de ser entendida num contexto mais amplo, quando o Império necessita de efetivos e líderes militares para enfrentar revoltas em várias partes do território. Então manteve-se a prática de notabilizar militares por seus serviços, algo que ocorria no Brasil desde as lutas contra as tentativas de invasão no período colonial. Era um contexto em que importava a chamada nobreza civil ou política, que podia ser obtida pela vontade régia mediante solicitação sob o argumento de serviços à coroa, especialmente militares. Tal sistemática ocorreu a partir das guerras na Amazônia, em Pernambuco e na Bahia ainda no século XVII. E o recebimento de mercês era uma possibilidade inclusive para plebeus, que começavam a servir ao rei desde a condição de soldados na expectativa de alcançar outros postos e o reconhecimento por serviços prestados. Os trabalhos em tempos de guerra eram utilizados nas solicitações de notabilização em tempos de paz (Silva, 2005).

As mercês serviam como símbolo de reconhecimento da coroa pelos serviços prestados por seus detentores e contribuía para a ascensão social dos recebedores, assim como deviam estimular, pelo exemplo do reconhecimento, todos os demais súditos. Nas solicitações, eram comuns alusões aos serviços prestados, a trabalhos específicos, à participação em eventos de importância, aos ferimentos sofridos, ao empenho de posses e ao abandono de propriedades em favor dos interesses reais, à pureza de sangue, entre outros argumentos.

Conforme Thiago N. Krause, notadamente no século XVIII, os serviços militares eram “uma das principais vias de ascensão social legitimada, reconhecida e reforçada pelo centro político” do Império português, especialmente se os solicitantes vivessem nos lugares onde ocorreram mobilizações para a defesa do território. Entretanto, mesmo nas regiões que não sofreram invasões ou atentados à ordem, as solicitações de co-

mendas eram acompanhadas de informações sobre a participação ou a disposição dos requerentes em empunhar armas pela coroa (Krause, 2012, p. 107).

Com a independência não ocorreram alterações significativas nessa prática. O primeiro imperador do Brasil manteve os títulos nobiliárquicos e as ordens honoríficas, entre outros indicativos que notabilizam a nobreza (Silva, 2005). Como se pode ver pelo exemplo de Francisco Pedro de Abreu, a prática de reconhecimento através de promoções aos postos militares e da concessão de comendas de notabilização foi mantida durante o decorrer do Império. Isso permitiu a Chico Pedro deixar a condição de anônimo para transformar-se numa das figuras mais reconhecidas do Rio Grande do Sul depois da Revolução Farroupilha.

Considerando tudo o que foi explanado, acredito que o conceito da *carrera da revolución* pode ser utilizado para refletirmos sobre algumas lideranças envolvidas nos contextos de radicalização social no Brasil do século XIX. Entretanto se deve usá-lo com cuidado, pois, diferentemente do que ocorreu nas antigas possessões espanholas, não houve na história do Império rupturas longas e totais das instituições e da ordem hierárquica e social. Ainda assim, alguns indivíduos tiveram a possibilidade de demonstrar suas capacidades nos contextos beligerantes e podem ter alcançado reconhecimento valendo-se daqueles serviços depois de encerradas as situações de guerra na primeira metade do século XIX. Isso fazia parte da lógica herdada do período colonial e mantida depois da independência.

Mas, se assim foi por muito tempo, as conjunturas e a necessidades transformam-se. Como veremos a seguir, parece que o barão do Jacuí não aceitou ou não percebeu as mudanças dos contextos em que viveu.

## Francisco Pedro de Abreu, o barão do Jacuí: de líder incontestável a um problema para o Império

Se havia luta, muito melhor alcançar parte das recompensas resultantes do sucesso de seu líder.<sup>63</sup> Algo que dá a entender anos depois o coronel Manuel Lucas de Oliveira – líder farroupilha que viveu as consequências da derrota republicana – sobre a necessidade de homens para a guerra, oportunidade de ascensão e obtenção de prestígio. Em suas palavras:

Faz hoje anos que em Ponche Verde assinei as convenções da paz da república com o Império, e desde essa época tem tudo marchado aos trambolhões!!! Mas o carro há de tomar equilíbrio com a guerra atual, entre o Império, Montevidéu e Paraguai, por que se precisa de homens (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1997, p. 39).

Por suas vitórias, no final da guerra contra os republicanos, Francisco Pedro de Abreu havia alcançado tal reconhecimento. Tornara-se barão, ocupava o posto de coronel, o mais alto da Guarda Nacional, havia recebido a Ordem do Cruzeiro como dignatário (1841). De acordo com suas *Memórias...*, foi ainda agraciado com a comenda de oficial da Ordem do Cru-

---

<sup>63</sup> Em outra de suas ordens do dia, o barão de Caxias sugeriu a promoção de vários oficiais e praças da unidade comandada por Moringue com a seguinte observação: “com antiguidade e vencimento desde o 8 do presente mês por haverem partilhado no dito dia do brilhante feito d’armas de seu digno comandante o bravo tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu” (Ministério do Exército, 1943, p. 118).

zeiro, de oficial da Ordem de Rosa e de cavaleiro da Ordem de Cristo (IHGRGS, 1921). Posteriormente, também recebeu a medalha de ouro pela campanha no Uruguai (Carvalho, 1937).

Finda a Guerra dos Farrapos, conforme Sérgio da Costa Franco, o barão do Jacuí dedicou-se à criação e ao comércio de gado, algo que havia iniciado ainda durante o conflito. Evidências disso são os vários oficiais de Chico Pedro comunicando às autoridades provinciais a compra de milhares de cavalos e de mulas mansas para a nação; comprava-os de proprietários nacionais ou de comerciantes correntinos e entrerianos mediante o saque de vultosa importância do tesouro da província.<sup>64</sup> Além disso, também arrendou propriedades rurais no Uruguai e adquiriu outras posses, que eram administradas junto com as posses de sua esposa (Franco, 2006).

Na condição de militar reconhecido e membro de importante família, grande proprietário, Francisco Pedro de Abreu era um homem muito influente e reunia as condições que, segundo Jonas Moreira Vargas, compunham a estratégia dos grupos mais importantes no século XIX para manter-se como elite provincial. Eram tempos em que os que pretendiam alguma relevância tinham que tentar controlar alguns dos principais cargos de mando, fossem postos civis, fossem militares (Vargas, 2010). Apesar de reconhecido pelas autoridades do Império, Abreu não foi designado para qualquer posto de importância na estrutura de mando da província depois da guerra contra os republicanos. Talvez por isso, aproveitando-se de sua notoriedade, candidatou-se e foi eleito deputado provincial na legislatura de 1847, assim como outros militares (Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996). O êxito nos serviços de guerra possibilitava o acesso a

---

<sup>64</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Autoridades Militares, Maço 148, Santo Inácio, 13/7; Porto Alegre, 27/10, 9/11, 19/11/1848, barão do Jacuí.



lugares de maior influência social e política (Farinatti, 2010; Oliveira, 2016).

Pode-se compreender que nos anos finais da década de 1840 Francisco Pedro de Abreu estava no ápice de sua ascensão social. Da desconhecida condição de um dos filhos de um comerciante açoriano de Porto Alegre tornara-se célebre líder militar vitorioso, por quais serviços galgou todos os postos militares possíveis, tinha o uniforme adornado com comendas de reconhecimento do poder imperial, ostentava o título de barão e o mandato de deputado provincial, possuía terras e riquezas significativas e contraíra matrimônio com a herdeira de uma das maiores fortunas familiares do Rio Grande do Sul.

Entretanto nada permite inferir que Francisco Pedro de Abreu tenha deixado de ser um homem habituado a conquistar prestígio e poder, valendo-se de iniciativas próprias, especialmente se suas ações pudessem ser justificadas por necessidades outras. E tudo leva a crer que o contexto tumultuado de um e outro lado da fronteira entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai pode ter sido entendido por Chico Pedro como outra oportunidade para demonstrar suas capacidades e obter ainda mais prestígio e vantagens.

Essas escolhas reproduzem o que Helen Osório evidenciou analisando os perfis da elite econômica no final do período colonial do Rio Grande do Sul. Conforme a autora, normalmente, estancieiros não se transformavam em comerciantes, mas ocorria que comerciantes se transformaram em estancieiros (Osório, 2007). E Luís Augusto Farinatti evidenciou que muitos estancieiros também se dedicavam ao comércio de tropas, inclusive os estancieiros mais ricos (2010).

Então, assim como outros, Francisco Pedro de Abreu resolveu dedicar-se à exploração da atividade rural, adquirindo propriedades, que, reunidas aos vastos domínios da família de sua esposa, angariavam prestígio inconcebível para o filho de

um comerciante cidadão. Então Chico Pedro detinha características que permitiam que se tornasse uma figura de proeminência e notabilidade, mas que continuava desejando estar ainda mais integrado ao restante da elite provincial.

Em pesquisa recente, Vargas analisou os interesses das elites rio-grandenses vinculadas à produção do charque em Pelotas. Conforme o autor, a produção pecuária da província não era suficiente para abastecer as necessidades de animais para o abate na indústria. Em razão disso, o gado existente no Uruguai era fundamental para a existência das charqueadas. Isso, em boa medida, explica as iniciativas diversas para manter e aumentar o fluxo de animais da Banda Oriental para a província. Uma das iniciativas nesse sentido foi a aquisição, cada vez mais frequente, de propriedades além-fronteira por criadores brasileiros. Durante a Guerra Grande (1838-1851), o avanço de brasileiros em busca de terras no norte uruguaio foi maior do que em qualquer outro período, resultando que cerca de 428 estâncias na região se tornassem suas propriedades, muitas adquiridas por algumas das famílias mais importantes do Rio Grande do Sul (Vargas, 2016).

Resumidamente, a Guerra Grande foi uma crise séria e duradora. De um lado, havia os blancos – grupo enraizado no meio rural, que defendia a resistência contra as intervenções franco-inglesas e vinculava-se ao líder da Confederação Argentina, Juan Manuel Rosas, no projeto de algum tipo de unidade americana – e, de outro, os colorados – de origem urbana, que se identificavam com os interesses dos muitos imigrantes que viviam no país, inspiravam-se nas ideologias liberais europeias e tinham simpatia pela presença brasileira em oposição à influência de Rosas. Sob a liderança de Manuel Oribe, os blancos dominaram a campanha uruguaia, e os colorados de Fructuoso Rivera mantinham o controle sobre Montevideu (Barrán, 2007).

Conforme certo relato de época, a aliança entre Oribe e Rosas pôs em funcionamento várias estratégias para desestabilizar as autoridades e os interesses dos brasileiros no Uruguai e no Rio Grande do Sul. Estimulavam deserções nas tropas do Exército Imperial estacionadas na fronteira, incentivavam rebeliões escravas e confiscavam terras, animais, cativos e outros bens de proprietários brasileiros, especialmente no norte uruguaio (Titára, 1950). O governo blanco também proibiu a passagem de gado para o Rio Grande do Sul, fazendo com que as reses fossem beneficiar a produção dos saladeiros de Montevideú, e decretou a liberdade dos cativos que trabalhavam nas propriedades de brasileiros.

O clima de insatisfação foi tolerado pelas autoridades enquanto os saques, as agressões e os confiscos atingiam proprietários de menor notabilidade. Entretanto, quando alcançaram importantes famílias da elite rio-grandense, os acontecimentos tornaram-se relevantes para muitas lideranças da província e, por iniciativa dos proprietários que se entendiam prejudicados, bandos armados passaram a atuar na fronteira contra as tropas do governo blanco. Francisco Pedro de Abreu envolveu-se diretamente nessas ações depois de saques nas propriedades da família de sua esposa (Vargas, 2016).

Os acontecimentos na fronteira eram acompanhados em toda a província. Em março de 1850, o jornal *O Rio-grandense* publicou uma correspondência datada de Pelotas, em que estava escrito:

São tão repetidas e uniformes as notícias que temos da campanha que já não entra em dúvida a passagem do barão do Jacuí para o Estado Oriental, e seus felizes resultados. [...] Por ventura não será lamentável a situação do barão [do Jacuí], desse distinto rio-grandense que jamais se tornou digno de ser tratado como rebelde? [...] o que pretende pois o barão? Nada mais que tirar os seus bens do Estado Oriental, onde, além de não lhe serem garantidos pelo governo daque-

le estado nem pelo nosso governo, lhe estão sendo roubados de uma maneira insólita e bárbara<sup>65</sup>.

Ao mesmo tempo em que saudava os esforços de Chico Pedro, o jornal questionava o tenente-coronel Manoel Luis Osorio, futuro barão do Erval, enviado pelo governo central para manter a ordem na fronteira. Argumentava que ele nada mais tinha a fazer, “exceto se Osorio *anhela* a glória de concorrer com o estrangeiro para o extermínio desses seus patricios, que valiosos serviços já prestaram, e ainda poderão prestar à nossa pátria”<sup>66</sup>. Ao contrário, Osorio era simpático à defesa dos proprietários brasileiros no Uruguai. Entretanto cumpriu as ordens que recebeu para coibir as reações dos bandos liderados por Moringue, o qual, em retaliação, saqueou a propriedade daquele no Uruguai (Doratioto, 2008).

Esses acontecimentos na fronteira do Rio Grande do Sul e da República do Uruguai foram chamados de “Califórnia”. O nome aludia à facilidade com que participantes enriqueceram retirando gado do Uruguai para o Rio Grande do Sul, algo semelhante aos lucros obtidos pela corrida do ouro ocorrida na região da Califórnia nos Estados Unidos da América (Osorio, 2008).

Normalmente, as “Califórnia” são datadas entre 1849 e 1851. Entretanto é possível encontrar referências sobre acontecimentos relativos desde antes desse recorte. As fontes indicam que as reuniões de homens na fronteira começaram por iniciativa de um certo Cândido Figueiró ainda em 1847, contando com o apoio dos proprietários constrangidos a deixar o Uruguai, que se diziam cansados dos “dissabores, prejuízos incalculáveis e queimações de propriedades”<sup>67</sup>. Em sua biografia,

---

<sup>65</sup> Jornal *O Rio-grandense*, 12/3/1850, edição 586, p. 4.

<sup>66</sup> Jornal *O Rio-grandense*, 12/3/1850, edição 586, p. 4.

<sup>67</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares, M. 148, Santana do Livramento, 1/4/1847, José Inácio dos Santos.

Osorio informa que Figueiró era brasileiro e percorria a fronteira com seu grupo de cinquenta homens buscando enfrentar os partidários de Manoel Oribe, até que foi derrotado e preso por ordem do governo provincial em 1848 (Osorio, 2008).

É importante não perdermos de vista o contexto mais amplo. Apesar de saber dos acontecimentos e das violências ocorridas a partir das sucessivas representações das autoridades da província à corte, o governo imperial esquivava-se de agir decisivamente. Do paço imperial partiam respostas justificadas pela orientação de não ferir o princípio de neutralidade, de não desejar influir, ao menos tão claramente, nos assuntos internos da jovem república uruguaia. Isso se fundava na disposição de não intervenção que orientava a política de relações exteriores do Brasil desde a década de 1830 e, fundamentalmente, no cuidado em não dar motivos para reações de Juan Manoel Rosas. Então, formalmente, para o Império eram acontecimentos isolados, devidos às vinganças pessoais entre riograndenses e orientais e ao envolvimento daqueles nas questões políticas além-fronteira (Souza & Prado, 2004; Ferreira, 2006).

Nesse sentido, as autoridades imperiais determinaram que tropas fossem enviadas para combater as reuniões e as ações de grupos como o de Figueiró. O comandante da fronteira na época, coronel Francisco de Arruda Câmara, oficial pernambucano sem vínculos aparentes com os interesses dos proprietários locais, foi encarregado de resolver a situação e parece que tentou cumprir as ordens que recebera. Mas, envolvido por matrimônio com determinada facção local de poder, viu-se em meio às disputas entre interesses diversos e acabou sendo destituído da função (Farinatti, 2010).

Um dos integrantes dos grupos referidos acima era o capitão Hipólito Girio Cardozo. Sabe-se que era morador da região de Alegrete ou de Santana do Uruguai (Uruguiana), que

havia lutado durante a Revolução Farroupilha e fora dispensado dos trabalhos da guerra em maio de 1845 (Ministério do Exército, 1943). Preso, foi descrito pelo comandante da fronteira do Alegrete como

um dos mais reconhecidamente influentes nas reuniões turbulentas que se praticam na fronteira do Quaraí [...], que por interesses de momento, sem se importar nem com a política do governo, nem com os princípios de direito das gentes, só deseja desordem, a pretexto de ressentimento, brio nacional e provincial, para assim concitar correrias de força armada para o outro lado da linha e cometer vinganças brutais, levar animais vacum e cavalos para este lado; e é este objeto o que mais incita a cobiça de muitos de nossos concidadãos desta província<sup>68</sup>.

Conforme se pode ler, os homens que faziam parte do grupo de Cândido Figueiró e Hipólito G. Cardozo eram entendidos pelas autoridades por se valer das decisões dos apoiadores de Oribe para agir em benefício próprio, sem se importar com direitos e soberanias dos governos e dos habitantes dos dois lados da fronteira. Pelo que está escrito, o interesse real desses grupos era a cobiça pelos rebanhos existentes no Uruguai.

Entretanto, conforme Osorio, tais ações contavam com o apoio de muitos habitantes da fronteira (2008). Outro observador participante, Ladislau dos Santos Titára, também relata que os “ânimos dos habitantes da campanha, por onde repercutia um brado geral de indignação, achavam-se exaltados e belicosos pela fermentação e excitação” decorrente dos assassinatos, confiscos e depredações realizadas pelas forças a mando de Oribe (Titára, 1959, p. 52). Em razão desse contexto e da notícia de que a escolta que conduzia Cardozo seria atacada foram tomadas várias medidas para garantir sua prisão, como

---

<sup>68</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares, M. 148, Alegrete, 22/6/1848, Francisco de Arruda Câmara.

retirá-lo de perto da fronteira. Não obstante, instalado na cidade de São Gabriel, fugiu com o consentimento de um dos guardas da escolta.

A partir desse acontecimento, Francisco Pedro de Abreu torna-se uma figura cada vez mais referida nas evidências sobre as “Califórnicas”. Logo depois da fuga de Cardozo, o barão do Jacuí chegou a São Gabriel, atribuindo muitas qualidades ao prisioneiro, justificando sua fuga.<sup>69</sup> No mesmo dia, o barão mandou o capitão apresentar-se às autoridades e fê-lo portador de uma correspondência ao presidente da província, em que destaca os muitos serviços de Hipólito G. Cardozo ao Império e sua condição de pai de família, além de solicitar que o oficial pudesse tratar da saúde em casa. Além de proteção, pediu que o presidente libertasse Cardozo, afirmando que

é verdade que ele em princípios ajudou ao Figueiró nas suas reuniões desesperados pelas injustiças de Lamas, comandante da fronteira, que injustamente lhe tinha embargado três estâncias e prendendo o seu capataz e peonada e levantando sua cavalhada. Ora logo que eu cheguei na costa, mandei-o chamar e lhe disse que aquilo era um crime e um mal, e que era necessário dispersar aquelas reuniões, o que prontamente o fez<sup>70</sup>.

No dia seguinte, Chico Pedro escreveu novamente ao presidente da província garantindo que, pessoalmente, “responderei por qualquer falta que haja” por parte de Cardozo.<sup>71</sup> Já há algum tempo, era notória a proximidade entre o barão do Jacuí e Hipólito G. Cardozo, assim como o apoio que dava às reuniões dos grupos de homens na fronteira, dispostos a vingar as

---

<sup>69</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares, M. 148, Quaraí, 8/7/1848, Francisco de Arruda Câmara.

<sup>70</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares, M. 148, Grajuritan, 7/7/1848, barão do Jacuí.

<sup>71</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares, M. 148, Grajuritan, 8/7/1848, barão do Jacuí.

ações do governo de Oribe. No início de 1848, portanto antes da prisão do capitão Hipólito, o barão havia sido repreendido pela presidência da província a respeito de seu “irrefletido procedimento”. Moringue justificava suas ações e criticava os governos imperial e provincial, que perseguiram “seus patrícios honrados e do desprezo que dera a maneira por que eles são maltratados e vilipendiados pelos nossos vizinhos dos estados limítrofes”<sup>72</sup>.

Em suas *Memórias...* registrou:

Esta próxima cruel cena, agitou de tal maneira os brasileiros, que deliberaram de fazer conhecer e respeitar [o coronel uruguaio Diego E.] Lamas a lei e a dignidade do Imperador [...]. Para isso formaram reuniões, elegendo para comandante delas o barão do Jacuí, como um dos mais prejudicados, o qual anuiu a bem de sustentar a boa ordem a bem da província, do Império, e não brotar alguma arbitrariedade, em tais forças (IHGRGS, 1921b, p. 205; 207).

A necessidade da economia rio-grandense em refazer os rebanhos depois dos dez anos da Guerra dos Farrapos, a continuidade das ações do governo blanco em prejuízo dos interesses de proprietários brasileiros no Uruguai e a indefinição do governo imperial sobre a questão fortaleciam os ânimos mais belicosos. Quando, em abril de 1848, Oribe proibiu a passagem de gado para o Rio Grande do Sul e determinou que milícias patrulhassem a fronteira para reprimir as desobediências às suas ordens, sendo o embargo das propriedades uma das mais usuais punições aos transgressores, assim como também contra qualquer inimigo político (Souza & Prado, 2004), os ânimos tornaram-se ainda mais exaltados. Conforme Manoel Luís Osorio, a ordem resultou que 101 estâncias de brasileiros fossem embargadas e 87 fossem abandonadas; as 814 mil reses, 16.950 cava-

---

<sup>72</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares, M. 148, Quaraí, 18/7/1848, Francisco de Arruda Câmara.



los e 49 escravos que reuniam desapareceram. Em suas palavras: “Em fins de 1849, a vida para os brasileiros era impossível na campanha oriental” (Osorio, 2008, p. 386).

Apesar do cenário, o governo imperial ainda não demonstrava disposição para tomar qualquer atitude. Mas a manutenção da política de não intervenção tornava-se mais difícil a cada dia. Considerava-se que Francisco Pedro de Abreu tinha grande capacidade de reunir homens, mas mandar um exército contra os estancieiros poderia provocar uma nova guerra civil no Rio Grande do Sul. Enquanto a corte entendia que o Brasil não dispunha de um exército preparado, a melhor opção parecia desarmar os insurgentes e tentar resolver os problemas por meio de negociações com Oribe (Ferreira, 2006).

Na falta de medidas efetivas do governo, o barão do Jacuí decidiu conclamar publicamente brasileiros e uruguaios que estivessem dispostos a agir contra as ações do governo de Manuel Oribe.<sup>73</sup> Proclamações para a reunião de homens em armas podem ser relacionadas a algo bastante recorrente na América meridional no contexto mediado pelas lutas de indepen-

---

<sup>73</sup> Numa proclamação do barão lia-se: “Brasileiros!! É tempo de correr às armas, e despertar o letargio em que jazeis. Uma série não interrompida de fatos horrorosos, que têm cometido esses selvagens invasores no Estado limítrofe para com nossos patrícios e propriedades, não vos são ocultos; e reconhecendo o vosso valor, e patriotismo, o chefe que firma vos convida a reunir-vos ao ponto marcado, e destarte salvarmos a Honra Nacional, e as nossas propriedades extorquidas; e creio que não sereis indiferentes a este sagrado dever. Brasileiros! Marchemos em socorro de nossos irmãos, ali mostraremos que somos dignos das bênçãos da pátria. Orientais! Vós que emigrastes para um país hospitaleiro, ajudai a libertar a vossa pátria desses assassinos degoladores, que têm manchado a vossa história de independência, com atos os mais atrozes, que jamais foram vistos em todo o orbe: contai com a proteção do Deus das vitórias e se vencerdes a esse inimigo comum, a pátria vos será grata. Viva a Nação brasileira. Viva S.M.I. Viva a constituição do Império! Quartel-general em marcha, 26/12/1849. Francisco Pedro de Abreu, comandante em chefe (Titára, 1959, p. 231). Consultar outras manifestações do barão do Jacuí na imprensa no jornal *O Rio-grandense*, 4/4/1850, edição 594, p. 3.

dência. Refiro-me ao que foi chamado de “montonera” e “caudilhismo”, expressões simbióticas de um mesmo fenômeno. Conforme Raúl Fradkin, mesmo havendo entendimentos diversos e conflitantes, caudilho seria uma forma de descrever um chefe político, atribuindo-lhe uma origem ilegítima e um estilo bárbaro de liderança; “montonera” designaria uma forma igualmente bárbara de ação armada, que utilizava certos recursos para enfrentar exércitos regulares – conhecimento do terreno, flexibilidade organizacional, fácil dispersão, etc. (Fradkin, 2006).

Entretanto, no entendimento do autor, estudos mais recentes têm apontado para uma diversidade de manifestações igualmente designadas “montoneras”. Em suas palavras:

las montoneras no parecen asociar-se con un determinado (y menos inalterable) alineamiento político y la evidencia latinoamericana muestra que hubo ‘patriotas’ y ‘realistas’, ‘liberales y conservadoras’, ‘federales’ y ‘centralistas’. [...] Tampoco puede afirmar-se que tuvieran una composición social o étnica exclusiva y decir campesinas está lejos de ser suficiente sin indagar los rasgos específicos de esos campesinos. [...] Por último, estos estudios muestran que no siempre las montoneras eran pelotones ‘irregulares’ de caballería sino que frecuentemente las integraban fuerzas milicianas<sup>74</sup> (Fradkin, 2006, p. 21).

Ou seja, as motivações para as ocorrências dos fenômenos das “montoneras” podiam ser diversas, inclusive políticas, mas não apenas. E ainda que a composição desses grupos fosse igualmente distinta, podendo reunir indivíduos de múltiplas

---

<sup>74</sup> No caso estudado, acontecido na província de Buenos Aires em 1826, Fradkin encontrou evidências de motivações diversas para a disposição dos integrantes de uma “montonera”. Havia a motivação para depor as autoridades judiciárias locais e substituí-las; seus participantes alinhavam-se e entendiam defender os interesses do partido federal; parte dos montoneros tomou parte no movimento pela possibilidade de saque seletivo, restrito aos pretensos inimigos de suas bandeiras.

origens, seus integrantes eram tanto homens originários dos segmentos mais pobres como indivíduos que faziam parte de organizações militares formais.

Os relatos de época informam que cerca de 250 brasileiros e em torno de cinquenta orientais reuniram-se ao barão do Jacuí e cruzaram a fronteira, sendo derrotados por forças uruguaias (Titára, 1959). Então, ao saber das iniciativas do barão, o governo imperial determinou sua prisão. As autoridades tinham muitas informações sobre as reuniões de Chico Pedro, inclusive sabiam quem eram vários dos integrantes de seu grupo. Numa relação nominal foram listados 28 oficiais, sendo 22 brasileiros, cinco orientais e um originário da província de Entre-Rios na Argentina. Três desses homens foram assinalados como “colorados”, em alusão ao partido de oposição aos “blancos”, e um deles era o tenente-coronel Cândido Figueiró. O capitão Hipólito G. Cardozo também tem seu nome na relação. Ou seja, Francisco Pedro de Abreu conseguiu mobilizar homens de um lado e outro da fronteira, tanto inimigos políticos do partido Blanco como desgostosos com os acontecimentos na Banda Oriental.

Além das nacionalidades desses homens, não existem muitas outras informações. Sabe-se que vários deles tinham vínculos com organizações militares formais, sendo os brasileiros guardas nacionais, militares do Exército, assim como os argentinos e uruguaios tinham vínculos com os grupos militarizados envolvidos na Guerra Grande. Algo, entretanto, que explica pouco num cenário em que boa parte dos homens de alguma forma fazia parte de uma organização armada de forma voluntária ou nem tanto.

Não obstante, esse perfil nos permite entender que os homens que formavam o bando sob as ordens de Francisco Pedro de Abreu não eram “bárbaros”, no sentido de ignorantes, submissos à liderança de um chefe carismático – muitas

vezes, descrito simplificadaamente como caudilho – que se ajustasse à característica como as descritas muitas vezes.<sup>75</sup> Ainda que o barão do Jacuí pudesse encarnar uma liderança importante e se fizesse representante de interesses regionais naquele contexto, não era seguido por homens que possam parecer vasallos e dependentes de sua autoridade carismática. No geral, pode-se entender que eram indivíduos experientes nas lides da guerra e nos assuntos de fronteira, sabiam os riscos de punição a que estavam sujeitos por agir contra as determinações do governo imperial ou de outras autoridades; alguns podiam ser proprietários. Tinham interesses, que podiam ser políticos, ao levantar-se contra o governo Blanco, o que podia ser estimulado pela possibilidade de saquear propriedades tidas como de apoiadores do inimigo.

#### No entendimento de Manuel Luis Osorio,

o barão do Jacuí, depois de derrotado, não desistiu e nem desiste das reuniões que, aliás, promove sem poupar meios, esforçando-se especialmente em reunir os orientais emigrados nesta província. Ele tem dirigido próprios para diferentes direções na província, procurando interessar no movimento a quantos homens julga úteis para o coadjuvarem. A uns diz que vai prestar serviços ao país sem sacrificio da Nação e que pretende incorporar ao do Império o território de Quaraí e Arapeí. Aos os que só pensam no gado, fala-lhes na conveniente linguagem, isto é, em trazê-los à força d'armas. Aos orien-

---

<sup>75</sup> Atualmente, John Lynch é um dos autores referenciais para as reflexões sobre o caudilhismo nas Américas. Em suas palavras: “O caudilho era antes de tudo um guerreiro, um homem capacitado para liderar e defender; nas guerras de libertação, nas guerras civis, nas guerras nacionais, o caudilho foi o homem forte que podia recrutar soldados, controlar os recursos e proteger sua gente. Ao caudilho era inerente a associação de poder militar e autoridade pessoal. Respondia, no entanto, não apenas às necessidades militares, mas também às pressões civis. Era muitas vezes o agente de uma família ampliada, que, na prática, constituía uma dinastia governante; *era às vezes o representante de interesses econômicos regionais necessitados de um defensor contra outras regiões ou contra o centro* [grifos meus] (Lynch, 2004, p. 642).

tais que reúne promete fazer ressurgir a sua causa decaída (Osorio, 2008, p. 392).

Num documento manuscrito, Osorio informa ainda que “as forças do governo não contam com a simpatia dos habitantes, e é notável que muitos antigos servidores do governo mesmo de suas casas protegem os revoltosos”<sup>76</sup>. Essa simpatia ajuda a compreender o fato do barão ter sido libertado por um ataque à escolta do Exército imperial que o conduzia preso a caminho de Porto Alegre, permitindo que voltasse a reunir homens sob seu comando.

Não era fácil aprisionar esses homens, pois, além de contarem com o apoio da população, cruzavam a fronteira com facilidade, sem que as guardas pudessem impedi-los. Porém as dificuldades impostas pelas ações coordenadas nos dois lados da fronteira entre as forças do Império e das tropas brancas – as correspondências trocadas entre Osorio e Diogo Lamas são evidências disso – desgastaram o ânimo dos “revoltosos” liderados pelo barão, e aos poucos o grupo foi sendo reduzido.<sup>77</sup> Até que o próprio Francisco Pedro de Abreu os desmobilizou e apresentou-se às autoridades com a garantia de que nenhum dos participantes fosse punido (Osorio, 2008). Mas não sem antes ter conduzido para o Rio Grande do Sul milhares de cabeças de gado uruguaio (Vargas, 2016).

Em suas *Memórias...*, Francisco Pedro de Abreu relatou o seguinte da ocasião:

os brasileiros, que deliberaram de fazer conhecer e respeitar Lamas a lei e a dignidade do Imperador brasileiro, e a lei da nacionalidade, que garante a propriedade individual por ele

---

<sup>76</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares, M. 154, campo na estância do coronel Mingote, 18/2/1850, tenente-coronel Manoel Luis Osorio.

<sup>77</sup> A imprensa acompanhou e relatou algumas dessas negociações entre as autoridades provinciais e o barão do Jacuí. Consultar o jornal *O Rio-grandense*, 23/4/1850, edição 602.

violada [...]. Para isto se formaram reuniões, elegendo para comandante delas o barão do Jacuí, como um dos mais prejudicados, o qual anuiu a bem de sustentar a boa ordem a bem da província, e do Império, e não brotar em alguma arbitrariedade, em tais forças, que encaminhavam desunião entre brasileiros; fazendo ver as forças reunidas que o fim a que se encaminhavam provisoriamente era o fazer respeitar Lamas os direitos do Império do Brasil, e que [...] ninguém se embaraçasse com um só casto de animal (IHGRGS, 1921, p. 205-206).

Não obstante, crescia a pressão parlamentar no sentido do Império intervir militarmente na região. Essencialmente, o governo brasileiro preocupava-se com a expansão da influência de Juan Manuel Rosas sobre o Uruguai e o Paraguai. Caso esses países se alinhassem à política da Confederação Argentina, estariam em risco o processo de definição das fronteiras no Prata, a pacificação do Rio Grande do Sul, a livre navegação pelos rios Paraná e Paraguai e a condição do Império de maior potência regional. Por essas razões, a corte tinha como aliados os colorados opositores dos blancos e de Rosas, assim como o líder da província de Entre Rios, Justo José de Urquiza, que também fazia oposição ao desejo de Rosas de centralização política e de monopólio do comércio com o exterior a partir de Buenos Aires e de seu porto.

O fim da política de neutralidade do Brasil pode ser evidenciado, a partir de 1851, com o rompimento das relações com o governo de Manuel Oribe e a Confederação Argentina, assim como a formulação de estratégias para pactuar a deposição de Oribe e Rosas com Urquiza, o governo colorado e o Paraguai. Firmado o pacto, foram enviadas instruções para o conde de Caxias, presidente do Rio Grande do Sul, obrigar Oribe a retirar o cerco a Montevideu e enfrentar apenas as tropas argentinas que estivessem no Uruguai. Depois de várias batalhas e negociações políticas, as forças de Oribe e Rosas foram derrotadas e ambos retirados do poder.

Desse contexto conhecido interessa-nos, especialmente, a participação de Francisco Pedro de Abreu. Sabe-se que o barão do Jacuí participou do esforço de guerra comandando uma brigada de cavalaria formada por voluntários uruguaiois e corpos de cavalaria de localidades da fronteira. Não obstante, o barão não foi citado na ordem do dia do Exército em alusão à vitória final do Exército aliado em fevereiro de 1852, a exemplo de vários outros oficiais e praças referidos (Titára, 1959). Em sua autobiografia, Francisco Pedro de Abreu não relata a campanha. Encerra o texto afirmando obediência às ordens que recebeu para recolher-se em Porto Alegre, menciona também que seus prejuízos não foram compensados pelas ações das reuniões na fronteira e que muitos de seus bens ficaram sujeitos às ações das tropas de Oribe.

Francisco Pedro de Abreu utilizou esse prestígio no pós-guerra tanto para casar dentro de uma das melhores famílias da província como para ser eleito deputado provincial e reunir homens para uma causa que poderia resultar em mais prestígio e a obtenção de reses para o aumento de rebanhos; valia-se do reconhecimento que obtivera para todas essas realizações. Mas Chico Pedro era um homem audacioso. Suas vitórias, suas promoções, suas comendas, seu sucesso advinham justamente das iniciativas que empreendera durante a guerra contra os farroupilhas. Nesse tempo, o Império carecia de homens com tais iniciativas e qualidades.

Contudo o contexto mais amplo havia mudado. Na luta de pacificação da província, seus arroubos eram saudados pela corte do Rio de Janeiro, suas façanhas resultavam em rápidas promoções, lutava contra rebeldes, enfim, as ações de Chico Pedro interessavam à ordem imperial. Apesar de contar com o apoio de muitos segmentos da província, no contexto das “Califórnicas”, as ações de Francisco Pedro de Abreu contrapunham-se às orientações do poder imperial, seus arrebatamen-

tos dificultavam a resolução dos complexos problemas observados desde o Rio de Janeiro. O Império já não precisava de homens que tivessem iniciativa própria ou que agissem em desacordo com as orientações do governo. Tornou-se um problema para os gestores do Império.

E se antes, como afirma em inúmeros momentos de suas *Memórias...*, Chico Pedro causava inveja e admiração entre os demais comandantes militares (IHGRGS, 1921), salvo a admiração dos seguidores, Moringue era visto como um insano por outros militares. O coronel Manuel Lucas de Oliveira registrou em seu *Diário...* que certo oficial afirmou: “O Moringue andava já louqueando!”, e o próprio Oliveira concluiu: “Não me admira isso, porque ele tem um caco de porongo na cabeça, e dali de fato lhe provêm esses acessos de loucura ou demência” (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, p. 1997, p. 57).

Então as ações que empreendeu a partir de 1850 minaram sua capacidade de angariar benefícios e, apesar de ter participado das ações contra Oribe e Rosas, deixou de ser alguém da confiança das autoridades imperiais e foi colocado no ostracismo político. Não há como saber se era ao barão do Jacuí que Osorio se referia ao afirmar que as “Califórnicas” causaram o “sacrifício de muitas vidas e reputações” (2008, p. 402) [grifos meus]. Francisco Pedro de Abreu pode ter obtido mais riqueza pelas ações na fronteira, mas sua reputação havia mudado no fim das ações contra Oribe e Rosas.

Paola Natalia Laux historiou a opinião do presidente da província sobre o barão do Jacuí anos depois, como alguém que não era “possível sujeitá-lo aos princípios inflexíveis de uma lógica rigorosa para ir de acordo às leis que regulam os serviços”, quando o barão solicitou alguns contos de réis para as despesas de mobilização contra as tropas paraguaias em 1865, tendo o presidente também se sentido coagido a aceitar a indicação de Chico Pedro de pessoa com “pés-



simos créditos” para abastecer as tropas sob o risco de insucesso da reação ao ataque.<sup>78</sup>

Dessa forma pode ser entendida a observação registrada pelo Cond’Eu anos depois ao apontar a condição do barão do Jacuí por ocasião da reunião de forças para a expulsão dos paraguaios da província:

O barão [...] é pessoa extremamente simpática. [...] agora a invasão estrangeira na sua província natal fê-lo sair do seu retiro: foi ele que, percorrendo os diferentes municípios, chamou às armas e organizou a maior parte da Guarda Nacional, que se acha reunida sob seu comando. [...] nos três exércitos aliados, não há oficial mais vigilante nem mais decidido do que Chico Pedro, barão do Jacuí (EU, 1981, p. 83).

Na verdade, tudo leva a crer que não foi um autorretiro, mas um afastamento decidido pelos responsáveis pelo governo do Império. Algo que deveria servir de alerta e aprendizado para os que pretendiam demonstrar suas capacidades em troca de reconhecimento sem considerar os interesses e orientações da ordem imperial, centralizada depois de derrotar as revoltas provinciais e capaz de impor sua autoridade aos interesses particulares localizados. No caso do Rio Grande do Sul, a corte contava com muitos oficiais tão capazes quanto o barão do Jacuí para necessitar relevar atitudes imponderadas de um militar altamente condecorado, que demonstrara muitas capacidades, mas não a disciplina exigida. Nem seus serviços tampouco seus vínculos familiares livraram Francisco Pedro de Abreu do ostracismo em que foi colocado em razão de suas ações.

Outros personagens importantes daquele cenário também sofreram as consequências de suas atitudes valorizadas em certos contextos, mas que se tornaram desinteressantes

---

<sup>78</sup> AHRS, A-2.43, ofícios reservados números 6 e 9, respectivamente de 18 e 28/11/1865. Apud Laux (2020).

para grupos influentes em panoramas distintos. A seção seguinte compara as semelhanças e as distinções entre Francisco Pedro de Abreu e outras lideranças político-militares surgidas na primeira metade do século XIX.

## **Um paralelo entre lideranças político-militares no contexto dos conflitos na região do rio da Prata na primeira metade do século XIX: Francisco Pedro de Abreu, Martin Güemes e Manuel Dorrego**

Para considerar como situações de guerra podem ser oportunidades para a obtenção de notabilidade e para a ascensão social, é interessante comparar personagens diversos com traços assemelhados. Nesse sentido, optou-se por analisar três personagens sem experiência militar, nem originários de famílias de tradição castrense, mas que se incorporaram nas movimentações militares resultantes de crises políticas e, graças ao serviço nas armas, alcançaram significativa notoriedade pública. Ou seja, indivíduos que viveram em contextos de enfrentamentos armados e valeram-se da necessidade de guerreiros e líderes militares para demonstrar suas capacidades e para construir prestígio além das forças armadas: Francisco Pedro de Abreu, Martin Güemes e Manuel Dorrego.

Depois da retirada do rei Fernando VII do trono espanhol, ocorreram inúmeros e diversos movimentos políticos em várias partes de seu domínio na América. Há entendimento de que as respostas aos acontecimentos europeus surtiram efeitos mais radicais em Buenos Aires, o que daria origem à chamada “Revolução de Maio” em 1810. Então grupos organizados em

unidades milicianas, setores populares, entre outros, criaram uma junta para administrar o vice-reinado do Prata sem incluir o vice-rei. A partir do exemplo portenho, outras juntas foram criadas em diversos outros lugares do mundo colonial hispano-americano, e não tardou muito para que eclodissem manifestações a favor da independência total da metrópole.

A junta de Buenos Aires conseguiu que sua autoridade fosse reconhecida, à exceção de Montevideu e de Assunção. Não obstante, a atenção do novo governo direcionou-se, inicialmente, para o Alto Peru devido à importância da prata de Potosí, mas os exércitos patrióticos não obtiveram sucesso. Depois de tentativas de impor a autoridade de Buenos Aires ao Paraguai, a junta dedicou-se a garantir a manutenção de sua autoridade sobre regiões mais próximas, como o Uruguai, onde a influência de José Artigas e a ameaça luso-brasileira de anexação eram muito fortes (Bushnell, 2004). Todo esse cenário transformou a realidade portenha e das províncias, resultado da constante instabilidade política, da formação e movimentação de tropas militares, do surgimento de lideranças diversas, etc. Manuel Dorrego e Martín Güemes foram dois exemplos de lideranças surgidas no período.

No Brasil, não houve um processo revolucionário no contexto da independência. Ainda que no período colonial tenham ocorrido movimentos, inclusive alguns bastante radicais, contra o domínio português [Inconfidência Mineira (1789), Conjuração Baiana (1798), entre outros], à exceção da Guerra de Independência da Bahia, o fim do domínio português ocorreu em 1822 sem grandes derramamentos de sangue, mesmo que tenha havido tensionamento político. A instalação da família real na colônia e a preservação da monarquia depois da independência demonstram a natureza bem menos abrupta do rompimento brasileiro com a metrópole em relação ao rompimento com a coroa de Madri.

Entretanto, logo nos primeiros anos, ocorreram revoltas importantes, como a Confederação do Equador (1824), e o cenário tornar-se-ia ainda mais confuso na década seguinte com a eclosão de revoltas de sentidos diversos em várias partes do Império – Cabanada (1832-1835), Farroupilha (1835-1845), Cabanagem (1835-1840), Sabinada (1837-1838), Balaiada (1838-1840), entre outras. A autoridade da corte foi garantida pelo uso da repressão e da negociação com os diferentes grupos revoltosos (Ribeiro, 2013). Francisco Pedro de Abreu foi um personagem desse processo, lutando pela preservação da autoridade imperial.

Depois dessa muito breve revisão dos contextos em que os personagens do estudo viveram, podemos considerar as respectivas trajetórias dos personagens escolhidos para o exercício comparativo analítico.

### **Martin Güemes e seus “gauchos”**

Os jovens melhor situados na sociedade colonial espanhola podiam conceber dedicar-se ao comércio, ao clero, aos estudos superiores, a alguma posição na estrutura de mando do aparelho administrativo colonial, entre outras possibilidades. Entretanto Güemes, Manuel Dorrego e muitos outros homens fizeram parte de uma geração de jovens que tiveram seus destinos imaginados completamente transformados em decorrência da Revolução de Maio de 1810. A radicalização do processo alterou completamente seus horizontes.

Martins Miguel Güemes, conhecido simplesmente como Martin Güemes, nasceu na província de Salta em 1785. Era filho de um importante funcionário colonial e cresceu desfrutando dos benefícios dessa condição. Algumas irmãs casaram com membros de importantes famílias ricas da província. A boa condição financeira da família permitiu que os filhos ho-

mens pudessem escolher entre as possibilidades. O irmão mais velho formou-se doutor em leis, e Martin optou por tornar-se cadete de um regimento do Exército. Nessa condição participou da luta contra as invasões inglesas em Buenos Aires (1806 e 1807) e era tenente quando a Revolução de Maio eclodiu, à qual prontamente aderiu.

A frente de milícias saltenhas participou de algumas batalhas no Alto Peru. As tensões políticas e as disputas entre oficiais do Exército eram consideráveis (Morea, 2017). Desavenças com alguns superiores e boas relações com outros resultaram em afastamentos e reincorporações do jovem oficial ao Exército Patriótico. Em 1814, Salta foi invadida por tropas realistas, e Güemes foi designado para comandar a defesa da região. Reuniu milicianos voluntários e populares denominados *gauchos*. Assim lutou até 1821, liderando um exército que passou a ser conhecido como *Los gauchos de Güemes* ou *Los infernales de Güemes*.

Conforme Sara Mata, os homens que seguiam Martin Güemes

ninguno de ellos pertenía a la elite. Por el contrario algunos eran hijos iletísimos y todos eran mestizos. [...] Encontraron en la resistencia armada al ejército realista las posibilidades de alcanzar no sólo reconocimiento social sino también una cuota de poder político negado por el sistema colonial, para el cual constituían tan sólo las castas, la plebe, los vasallos de la corona a quienes solamente les restaba obedecer. Su lucha por la patria significará para ellos la posibilidad de reclamar por aquello que consideraban les correspondía, es decir no pagar los arriendos, no prestar servicios al patrón y no abonar los aranceles eclesiásticos. Pero también significaba libertad para elegir sus representantes y para negociar su adhesión (Mata, 2008, p. 182-183).

Conforme alguns pesquisadores, além de suas qualidades como comandante militar, a fidelidade da tropa a Guêmes devia-se a uma espécie de foro militar que protegia os homens da justiça local, mas também havia a ascensão e o reconheci-

mento social obtido pelo serviço na tropa e as possibilidades de acessar terras sem custos, possibilidades que faziam muitos aderirem à causa revolucionária sob seu comando. O líder dos *infernales* também construiu um sistema de alianças com outros chefes de menor influência e impediu o estabelecimento de qualquer outro sistema disciplinar para as tropas que não fosse o seu. Não obstante tenha enfrentado muitas pressões de Buenos Aires para subordinar suas tropas às autoridades portenhas e, por essa autonomia, ter sido obrigado a enfrentar sozinho as forças espanholas, sua capacidade de mobilizar homens, especialmente dos setores mais humildes, tornaram-no o único chefe militar e político da província.

Apesar das várias denúncias de abusos cometidos por seus *gauchos* – roubos, adultérios, estupro, violências diversas –, as ameaças de invasões de tropas espanholas faziam com que boa parte da elite da província se submetesse à autoridade de Martín Güemes, o único líder capaz de controlar seus próprios homens. Como resultado disso, foi eleito governador da província em 1815. Entretanto a autonomia e o poder de Güemes desagradavam vários oficiais superiores e membros da elite, inclusive da vizinha província de Jujuy. Mas nem enfrentamentos diretos resultaram na sua dissolução antes o contrário. Até 1816, havia se imposto tanto aos adversários de Buenos Aires como à elite provincial, assim como às incursões realistas.

Não obstante, os anos de guerra obstaculizaram consideravelmente a manutenção das atividades produtivas e comerciais em Salta, dificultando a obtenção de recursos inclusive para a manutenção dos exércitos. Recorreu-se até mesmo à emissão de uma moeda provincial para minimizar as dificuldades, resultando em mais prejuízo para os comerciantes obrigados a converter ao dinheiro oficial. A situação tornou-se ainda mais difícil quando o governador provincial passou a exigir empréstimos dos proprietários locais para custear os soldos da tropa e

permitiu que os soldados realizassem requisições de animais e do que mais necessitassem quando não recebiam os pagamentos.

Entretanto Güemes tinha de negociar constantemente a fidelidade de seus comandados, considerando as disputas internas e seus interesses diversos. A eventual necessidade de punir algum de seus homens, especialmente os mais influentes, poderia ser entendida como o fim da relação de confiança e proteção estabelecida entre o líder e seus comandados. Houve casos em que isso aconteceu, ocasionando tentativas de assassinato do governador. As constantes dificuldades econômicas, as crescentes tensões na tropa, a oposição cada vez maior da elite provincial e a pressão das forças espanholas fragilizaram o poder de influência e a autoridade de Martín Güemes, dificultando a defesa da região contra iniciativas realistas. Em 1821, retornando de outra província, encontrou Salta ocupada por forças realistas e na luta foi fatalmente ferido, morrendo dias depois.

### **A liderança popular de Dorrego**

Manuel Crispulo Bernabé Dorrego nasceu no dia 11 de julho de 1787 em Buenos Aires, sendo o último dos cinco filhos da família. Seu pai era português e prosperou no comércio; os lucros da atividade profissional tornaram-no parte da elite portenha. A condição da família possibilitou que Dorrego tivesse professores particulares, até que ingressasse no colégio mais importante da cidade, o Real Colégio de San Carlos, onde eram formandos os filhos das famílias mais importantes.

Concluídos os estudos iniciais em 1809, Dorrego foi estudar direito na Real Universidade de San Felipe em Santiago do Chile, instituição das mais conceituadas entre as existentes, onde um de seus irmãos já estava. Sinal da importância que seus pais atribuíam à formação intelectual dos filhos e da capacidade fi-



nanceira da família. Em Santiago, no contexto da organização dos movimentos decorrentes da retirada do rei espanhol do trono, formou-se um governo que criou corpos militares para sustentar sua própria autoridade. Em dezembro de 1810, mesmo sem experiência ou formação militar, Dorrego abandonou os estudos e incorporou-se numa dessas unidades como tenente.

Nas primeiras ações frente ao inimigo, Manuel Dorrego tornou-se reconhecido pela dedicação à causa revolucionária e por sua capacidade de comando. Demonstrações de coragem, iniciativas e vitórias renderam-lhe promoções na hierarquia militar. Sendo capitão, retornou a Buenos Aires e solicitou alguma função num dos lugares em que houvesse combates contra os realistas. A oportunidade surgiu com o envio de unidades ao norte para fazer frente ao exército espanhol desembarcado no Peru (Di Meglio, 2014).

Desde o início de sua carreira militar, Dorrego foi um oficial de caçadores, uma espécie de elite da infantaria. Nessa especialidade militar serviam, normalmente, os soldados originários dos segmentos mais pobres da sociedade platina. Então o jovem capitão tinha sob suas ordens, em geral, homens negros, pardos, índios, todos pobres, alguns originários da escravidão, mas, sendo caçadores, já haviam demonstrado capacidades militares superiores.

Além dos fatores resultantes das condições sociais, na maioria dos exércitos modernos, as promoções dos oficiais eram diretamente relacionadas à qualidade dos serviços prestados e à capacidade de comando demonstrada (Loriga, 1991). Em várias ocasiões, Dorrego comprovou ser dotado de extrema coragem, iniciativa e um líder respeitado pelos subordinados. Foi ferido mais de uma vez, inclusive seriamente. Além disso, construiu extrema popularidade entre os soldados mais humildes, estabelecendo com eles relações de proximidade inimagináveis para outros oficiais (Fradkin, 2008).

Não obstante, suas qualidades de liderança, a popularidade na tropa e as iniciativas pessoais nem sempre estavam de acordo com as orientações superiores; ao mesmo tempo, as críticas que proferia resultaram em muitas inimizades com outros oficiais e desavenças com superiores. Apesar disso, as necessidades e a centralidade da guerra fizeram o governo encarregá-lo de organizar reforços para as tropas que lutavam no Alto Peru.

Promovido coronel, cada vez mais era reconhecido por sua extrema popularidade entre as tropas e por criar atritos entre autoridades civis, militares e religiosas. Foi punido e desligado mais de uma vez. Entretanto, referindo-se a uma dessas situações, Gabriel Di Meglio descreve-o como alguém cuja “posición de militar en el contexto revolucionario le permitía desafiar a una autoridad, mostrar modales ofensivos para alguien de su posición social y expresar abiertamente una posición anticlerical sin mayores consecuencias” (2014, p. 107).

Entre mobilizações e punições, Dorrego liderou tropas para impor a autoridade de Buenos Aires na Banda Oriental contra Artigas e na província de Santa Fé. Durante essas ações ocorreram várias denúncias contra seus subordinados, relatando pilhagens generalizadas e violências diversas, inclusive abusando de mulheres. Tais notícias e novos desentendimentos com superiores resultaram no desterro do coronel em 1816.

A decisão motivou-se por várias questões. Então Manuel Dorrego atuava nos movimentos de caráter federalista na capital portenha e contava com o apoio do chamado *bajo pueblo* da cidade. Sua importância política, somada ao apoio social que recebia, tornavam-no um adversário temível. Percebendo que pretendiam retirá-lo da capital pela influência que exercia, Dorrego afrontou Juan Martín de Pueyrredón, o Diretor Supremo, que o deportou. Meses depois, o líder popular chegava aos Estados Unidos da América, onde permaneceu anônimo

por alguns anos. Há milhares de quilômetros, observou as mudanças nos destinos das Províncias Unidas do Rio da Prata.

Em princípios de 1820, com a queda do governo que o havia deportado, Dorrego retornou a Buenos Aires. O sistema político criado pela Revolução de Maio havia ruído, as províncias tornaram-se autônomas, sem um poder soberano central. Mesmo recém-chegado, passou trabalhar pela reconstrução da ordem pública, objetivando tornar-se um líder político da província de Buenos Aires, afastando-se do federalismo no matiz defendido pelas lideranças das províncias do litoral.

Para dimensionarmos a intensidade das reviravoltas políticas na cidade, em julho daquele mesmo ano, havendo sido convocado para comandar forças para impedir uma invasão à cidade por tropas federais, Dorrego valeu-se de sua popularidade para obter apoio de grande parte da população. Entretanto mais impressiona é que as disputas entre outros vários grupos resultaram na escolha de Manuel Dorrego para ser o novo governador da província. De exilado transformara-se em líder máximo de Buenos Aires em poucos meses.

A ascensão deveu-se a duas razões principais. Inicialmente, porque era preciso administrar a cidade e, segundo, porque se tornara cada vez mais evidente que apenas Dorrego controlava os setores mais pobres, de onde se originavam os homens que formavam os regimentos cívicos, algumas das poucas forças disponíveis para a defesa e o controle urbano. Por essas razões, o cabildo e a elite portenha confiaram o governo a Dorrego, seguido fervorosamente pela plebe. Passado o receio de um levante popular, enquanto estava fora ocupado na luta contra forças federais, foi retirado do governo depois de uma nova eleição para a função de governador. Meses depois, em decorrência do receio de sua popularidade pelo novo governo, sofreu um novo desterro, dessa vez para a Banda Oriental.

Entretanto, tempos depois, em 1822, foi convocado para usar seu prestígio na defesa do governo frente a novas ameaças. Findo o temor, reinseriu-se na vida política e reforçou sua condição de porta-voz dos grupos menos privilegiados, como crítico da lei do recrutamento, a favor da consolidação da ideia de república federal, protecionismo dos trabalhadores, entre outras medidas. Em pouco tempo era reconhecido como líder do partido popular ao lado de Juan Manuel Rosas, ídolo da gente do campo. Enfim, tornara-se alguém muito influente e detentor de considerável apoio social nas lutas partidárias, políticas e militares que viriam nos anos seguintes.

Em 1827, a importância política do partido federal e o apoio popular com que contava resultaram na eleição de Dorrego para governador da província de Buenos Aires e liderança da Confederação Argentina. A guerra contra o Brasil foi uma de suas questões que mais ocupou seus esforços nesse período. Era necessário mobilizar recursos, homens, equipar o exército e a marinha de guerra. Apesar do empenho, resignou-se a aceitar a paz mediada pela Inglaterra com a solução da criação de um novo país na região: o Uruguai. Em decorrência, acabou o bloqueio do porto da cidade, a crise econômica foi controlada, os soldados puderam voltar para casa, etc.

A decisão, entretanto, desgostou muitos comandantes militares e foi utilizada pela oposição. Em razão disso, sob o argumento de que Dorrego havia ocupado o poder através da violência e que muitos direitos civis haviam sido violados, alguns comandantes militares e chefes do partido unitário iniciaram um motim em setembro de 1828 para depor o governo. Combates sucederam-se. Em uma dessas situações, Dorrego foi aprisionado por tropas que julgava partidárias e fuzilado em dezembro de 1828.

## **Um paralelo entre Martin Güemes, Manuel Dorrego e Francisco Pedro de Abreu**

São muitas as semelhanças entre Güemes, Dorrego e Chico Pedro. A primeira delas é o fato de terem nascido em famílias com condições econômicas muito favoráveis e que integravam as elites de suas respectivas localidades de origem. Tais condições permitiram que esses homens tivessem amplas possibilidades de escolha para seus futuros. Na falta de outros interesses, poderiam ter seguido as ocupações dos genitores, dedicando-se ao comércio ou à administração pública. Tal condição oportunizou que Dorrego frequentasse excelentes instituições de ensino e que um dos irmãos de Güemes se tornasse doutor, mas essa possibilidade não parece ter sido atraente aos olhos do jovem saltenho ou de Chico Pedro.

Outra semelhança, talvez a mais importante, é o fato de que os inícios de suas vidas se deram em contextos de intensas convulsões sociais, e esses homens tornaram-se ativos participantes dos acontecimentos, assim como vários outros jovens. Isso é especialmente interessante porque nenhum deles era originário de famílias vinculadas aos serviços dos exércitos e ainda assim construíram vidas com estreitas relações com os serviços militares. Entre os personagens somente Dorrego escolheu a carreira das armas antecipadamente; Güemes e Chico Pedro apresentaram-se ao serviço das armas voluntariamente. Nesse sentido, uma distinção importante é que, enquanto Güemes e Dorrego alinharam-se junto àqueles que atuavam pela transformação da ordem política, Moringue perfilou-se ao lado dos defensores da preservação da autoridade monárquica vigente no Brasil e da unidade da antiga colônia portuguesa na América.

Não obstante, a notoriedade que alcançaram com suas qualidades de chefes militares, com valentias demonstradas,

vitórias, capacidades de mobilizar e liderar homens tornaram-nos personalidades reconhecidas. Mesmo considerando o caso de Chico Pedro, que começou lutando na condição de simples soldado guarda nacional, pode-se concluir que esses personagens alcançaram rapidamente postos superiores e em poucos anos lideravam unidades com intensa participação em combates. As capacidades que demonstraram explicam suas promoções, porém somente em parte.

Poderíamos inferir que, mesmo detentores dessas capacidades, mesmo empenhados em tornar-se líderes respeitados, mesmo visando alcançar notoriedade, se os contextos fossem diferentes, poderiam não ter se tornado indivíduos tão reconhecidos e influentes. Ainda que seja apenas uma conjectura, isso nos ajuda a dimensionar melhor suas trajetórias, reduzindo o risco de torná-los mais excepcionais do que foram. Ou seja, suas qualidades pessoais encontraram contextos favoráveis para que fossem demonstradas. Mais do que isso, eram cenários em que homens com essas qualidades eram imprescindíveis.

Foram realidades violentas, marcadas por enfrentamentos armados, mortes, saques, pela defesa de alternativas políticas não conciliáveis, nas quais era difícil ser indiferente ou omissos aos acontecimentos. Mais uma vez, foram realidades sociais que estimularam o surgimento de indivíduos detentores de certas capacidades, como iniciativa, comprometimento e valentia, mas também ambição, senso de oportunidade e autoridade. Como já mencionado, uma das principais características desses homens era a habilidade de mobilizar homens para o serviço das armas e fazer com que se mantivessem arriscando suas vidas num tempo em que as deserções eram muito comuns entre as tropas, normalmente recrutadas forçosamente (Fradkin, 2008; Ribeiro, 2005, 2013).

A coragem e a liderança em combate eram fundamentais para conquistar o respeito de todos. Entretanto tais predi-

cados podiam não ser suficientes para manter a subordinação de comandados, e cada um dos personagens em análise utilizou formas distintas para exercer domínio sobre suas tropas. Martin Güemes protegia seus homens impedindo que estivessem sujeitos a qualquer outra autoridade, inclusive formalizou isso através de um foro especial que dava a eles direitos exclusivos, permitindo-lhes, por exemplo, realizar requisições forçadas e outras violências. Assim como Güemes, Manuel Dorrego, mesmo tendo nascido na elite, parece ter feito questão de defender interesses dos grupos mais populares e desconsiderar as distinções sociais que separavam os extratos sociais da sociedade colonial espanhola. O barão de Jacuí era menos sutil. Não há nada que permita deduzir que a subordinação de seus homens ocorria por algo além das possibilidades de ascensão ao lado do comandante ou da obtenção de riquezas, como os saques ocorridos nas “Califórnia”.

Entretanto há uma questão que não pode ser desconsiderada a respeito do campo de alternativas desses homens. Güemes e Dorrego atuavam no contexto de redefinição política e social. Lutavam justamente pela reordenação das instituições e estavam inseridos num contexto em que foi necessário mobilizar segmentos normalmente excluídos das lutas entre as facções políticas. A necessidade de efetivos fez com que tais segmentos tivessem de ser mobilizados, e novas formas de participação e valorização social se tornaram necessárias sob o risco desses indivíduos – negros, pardos, indígenas, pobres em geral – não atenderem as necessidades de soldados. Ao contrário, os esforços de Chico Pedro eram no sentido de preservar uma ordem estabelecida, que só permitia a inclusão dos grupos menos privilegiados segundo parâmetros vigentes e estabelecia certas possibilidades de retribuição aos serviços prestados à coroa.

Outra semelhança entre os personagens é que obtiveram significativa notoriedade junto aos exércitos. Certamente há

distinções importantes. Güemes e Chico Pedro tiveram atuações na política de suas respectivas províncias, e o barão nunca chefiou um governo, mas, ainda que Salta fosse a província mais importante do norte argentino, Dorrego ocupou postos de muito maior importância e destaque. Entretanto há de se considerar que aqueles homens viveram e atuaram em regiões periféricas, enquanto esse nasceu e passou boa parte de sua vida adulta na cidade que fora o centro do poder colonial de um vice-reinado e depois viria ser a capital da Confederação Argentina.

Contudo, apesar de suas atuações políticas, nenhum deles deixou o serviço das armas, seja em função da continuidade dos enfrentamentos ou de novas fases do mesmo processo que custava a encerrar, como Güemes e Dorrego, seja em função de interesses sem relação direta com contextos passados, como o barão do Jacuí. Comparativamente, esse último se envolveu menos na política no sentido de ocupar cargos de representação ou gestão, ainda que não tenha deixado de participar dos embates e movimentações da época. Ainda assim, pode-se concluir que todos viveram conciliando posições políticas e serviços das armas durante suas existências.

Güemes, Dorrego e Chico Pedro eram homens intrépidos, dispostos a arriscar suas vidas e, por inúmeras vezes, demonstraram ter muita iniciativa pessoal. Características fundamentais para que se tornassem figuras reconhecidas e influentes, distinguindo-os de seus muitos contemporâneos. Entretanto essas mesmas características não foram amenizadas com o passar do tempo e as mudanças dos contextos e das condições ocupadas por esses homens. Dessa forma, mesmo quando se tornaram personalidades públicas e envolvidas com questões diferentes da atuação junto aos exércitos, por exemplo, no campo da disputa política, tais características continuaram sendo evidenciadas por atitudes.



Güemes continuou valendo-se da necessidade de suas tropas e do poder que exercia sobre seus subordinados para manter-se na função de governador, mesmo que tivesse de tomar medidas em desacordo com as normas institucionais em vigor. Dorrego utilizava a proximidade com os segmentos mais pobres para mantê-los radicalizados, dando-lhes o apoio necessário para o enfrentamento de outras lideranças. Mesmo num contexto de estabilidade dos poderes constituídos, o barão do Jacuí manteve a disposição de agir com a mesma autonomia que o distinguira durante a Guerra dos Farrapos, ao que parece, por acreditar serem os resultados dos feitos mais valorizados do que as ações cometidas para alcançá-los.

Finalmente, há algo que aproxima os destinos desses três homens de outra forma: os resultados da intrepidez que os caracteriza. Martin Güemes e Manuel Dorrego pagaram com suas vidas a oposição de seus inimigos. Chico Pedro viveu muito e morreu de causas naturais, mas foi punido com o ostracismo por desconsiderar que, num contexto de estabilidade política, homens com demasiada iniciativa e pouca consideração pelas autoridades constituídas causavam problemas ao invés de mais reconhecimento. Sofreu uma morte política.

Em síntese, foram indivíduos que na juventude se viram inseridos em contextos de intensa mobilização militar e enfrentamentos políticos. Assim como muitos outros, não foram indiferentes aos acontecimentos e tomaram partido incorporando-se nas organizações militares diretamente empregadas nos combates. Suas qualidades tornaram-nos comandantes prestigiados, e os reconhecimentos obtidos nos conflitos serviram como instrumentos para a atuação em outros campos, como a política. Não obstante, as mesmas características que os distinguiram em contextos diferentes resultaram no fim de suas vidas de fato ou simbolicamente.

Finalmente, nesses casos, a guerra permitiu o surgimento de lideranças que talvez não tivessem surgido em outros contextos. A manutenção dos enfrentamentos admitiu a preservação de certas iniciativas, mas as mudanças das conjunturas resultaram no fim da necessidade de lideranças com personalidades antes tão imprescindíveis. Não há como saber se Güemes, Dorrego e Chico Pedro perceberam as nuances dos processos em que estavam inseridos.

Se tal percepção não é alcançável, podemos tentar refletir qual imagem Chico Pedro tentou construir a seu respeito analisando as *Memórias...* que escreveu.

## **Imagem e autoimagem no Brasil do século XIX: uma análise das *Memórias de Francisco Pedro de Abreu, barão do Jacuí***

Francisco Pedro de Abreu viveu muito; viveu mais tempo do que a maioria de seus contemporâneos, e sua autobiografia relata em detalhes sua participação nos esforços da guerra contra os republicanos. Dentre muitos outros aspectos interessantes destaca-se o fato de ter deixado um texto autobiográfico. Não há informação objetiva sobre quando ou como o texto foi escrito, mas o objetivo neste momento é analisar o conteúdo explícito e nem tão evidente do material.

### **Aspectos formais das *Memórias...***

As *Memórias...* foram publicadas em duas partes nas primeiras edições da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul no primeiro e segundo semestres de 1921. Constitui o texto inicial do primeiro número da revista entre as páginas 02 a 44, sendo apresentado como um documento, seguido de outros textos de autoria de alguns sócios do Instituto sobre assuntos sem qualquer relação com o conteúdo das *Memórias...* A parte final, intitulada “Conclusão”, foi publicada na última sessão da revista entre as páginas 166 e 208, precedida por textos igualmente não relacionados (IHGRGS, 1921a, b).

Com esse tipo de publicação o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul pretendia cumprir uma de suas principais missões, ou seja, divulgar documentos históricos considerados relevantes para a história do Rio Grande do Sul. Segundo Daniela O. Silveira, “a partir da seleção de fatos e de documentos, através da publicação de documentos, memórias e biografias, o Instituto definia o que era uma verdadeira fonte para a reconstrução da história do Rio Grande do Sul” (Silveira, 2008, p. 69).

Nesse sentido, o texto das *Memórias...* é precedido de uma breve apresentação assinada por J. B. H. – provavelmente o sócio João Batista Hafkemeyer –, em que é destacada a necessidade de evitar o esquecimento das fadigas e das façanhas de Francisco Pedro de Abreu, designado como “um dos mais ativos combatentes da legalidade, [pois] não houve talvez outro comandante que fizesse tanto prejuízo à causa da revolução” (IHGRGS, 1921a, p. 12).

A publicação é justificada pelo desejo de motivar que documentos existentes em acervos particulares sejam publicados para que se conheça mais das ações do barão do Jacuí e da própria Guerra dos Farrapos. No final da última parte, o mesmo J. B. H. informa que o texto havia sido guardado pelo único filho homem do barão, Pedro Brusque, que só autorizou a publicação após seu próprio falecimento, o que foi realizado quase trinta anos depois. A razão da exigência não é informada.

O texto inicia descrevendo os princípios dos esforços da luta contra os republicanos, mas o epílogo é pouco preciso. No final, Francisco Pedro informa a patente e as graças honoríficas recebidas da seguinte forma: “O barão [...] é tenente-coronel honorário com soldo da patente; dignitário da Imperial Ordem do Cruzeiro; oficial do mesmo Cruzeiro; oficial da Rosa; cavaleiro do Hábito de Cristo” (IHGRGS, 1921b, p. 208). Esses dados podem indicar que as *Memórias...* foram escritas an-

tes de Francisco ser promovido a coronel entre 1839 e 1844. Entretanto o título de barão do Jacuí foi recebido somente por decreto imperial em março de 1845 (Carvalho, 1937). Portanto, nas *Memórias...*, não há exatidão entre a cronologia seguida no texto e ao menos alguns dos acontecimentos narrados.

O parágrafo inicial denota o sentido de todo o texto: “Francisco Pedro de Abreu sendo paisano entrou na primeira ação que as forças legais do Império tiveram no dia 31 de março de 1836, nas imediações do Arroio dos Ratos, contra o chefe dos rebeldes Bento Gonçalves da Silva, aonde ele deu provas de coragem”. Esse pequeno trecho resume o conteúdo das *Memórias...* (IHGRGS, 1921a, p. 22).

Em linhas gerais, pode-se entender que o relato é uma sequência cronológica de relatos sobre demonstrações de fidelidade à coroa, valentias, capacidades diferenciais, desprendimentos, ferimentos recebidos em combate, comparações a outros oficiais menos competentes, sem que haja, por exemplo, alusões a derrotas sofridas, como a acontecida em abril de 1844 na localidade de Candiota – desfecho que, nas palavras do barão de Caxias, animou os farroupilhas a não aceitar uma pacificação antes de 1845<sup>79</sup> –, ou a dificuldades não resolvidas pelas capacidades do barão.

Além disso, o conteúdo do texto dá a entender que havia muita afinidade entre Francisco e os irmãos na luta contra os farroupilhas, proximidade com alguns integrantes das forças sob seu comando, suspeitas de intrigas, entre outros assuntos. Afora as menções às patentes e às comendas recebidas, no último parágrafo do texto, é destacada a resignação do barão às ordens de voltar a Porto Alegre depois de março de 1846, dei-

---

<sup>79</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares, Maço 142, Rio Grande, 10/4/1844, brigadeiro Luis M. de Jesus, comandante do Rio Grande ao Presidente da Província; Brasil, 1950, p. 113.

xando sujeita aos ladrões uma propriedade do outro lado da fronteira de Quaraí com trinta mil reses. Realça, dessa maneira, o que é entendido pelo autor como reconhecimento inferior aos prejuízos sofridos e aos trabalhos que realizou durante a guerra (IHGRGS, 1921b, p. 22-208). A referência ao contexto do final da década de 1840 não pode ser desconsiderada e será discutida adiante.

As características do texto das *Memórias...* são marcantes e assemelham-se às produções de outros participantes daquele mesmo contexto dos inícios do século XIX, apresentando versões dos acontecimentos, insinuando arranjos conspiratórios, atacando adversários, etc. – vejam-se os textos de Brito (1985), Marinho (1978), Oliveira (1986 [1842]), Osorio (2008), entre outros. Diferencia-se, no entanto, por ser um texto cujo autor é alguém menos habituado ao uso das normas cultas de redação. Assim, pode-se deduzir que foi escrito pelo barão sem a intervenção de um amanuense ou um revisor, ainda que boa parte do texto tenha sido redigida na terceira pessoa do singular e, em algumas poucas vezes, na primeira pessoa.

Pode-se acreditar que o redator não era alguém muito experiente nas lides ortográficas em razão dos frequentes erros de ortografia e dos vários trechos em que foram utilizadas expressões usuais da oralidade. Por exemplo, quando deseja destacar que foi preterido no reconhecimento dos feitos que realizava, destaca entre parênteses: “os seguimentos destes feitos cada vez engrossaram a fumaça que fazia desfa[r]rar a ordens do dia, quando alguma aparecia muito escura” ou “ficando estas e quase todas as ações envolvidas no escuro da fumaça” (IHGRGS, 1921b, p. 36, 145).

Em muitas partes do texto, há alusões à inveja que o desempenho de Chico Pedro causava entre vários outros oficiais imperiais, como no seguinte trecho: “consta que o marechal Barreto dissera que o capitão Abreu mostrava ser um oficial

ativo e desembaraçado e que precisava puxar por ele e que lhe responderam que não convinha por então bem depressa ficariam debaixo das ordens dele” (IHGRGS, 1921a, p. 32).

O desencontro entre os dados factuais, alusões extemporâneas, críticas a autoridades imperiais, entre outras questões, permitem entender que o texto foi escrito vários anos depois da Guerra dos Farrapos, apesar do relato estar limitado quase exclusivamente ao período. Portanto o texto das *Memórias...* não é apenas uma descrição, mas um documento com objetivos mais amplos, que não são evidentes e permitem interpretações diversas. Ainda que também possa ser entendido com o objetivo de preservar do esquecimento a imagem do barão do Jacuí, senão também como forma de defesa contra impressões causadas por algumas de suas ações.

### **Aclarando as *Memórias...***

O conteúdo das *Memórias...* faz referência à participação do barão do Jacuí nos esforços de guerra contra os republicanos e aos anos imediatamente posteriores ao conflito, período relativo aos acontecimentos das “Califórnia”. Ao destacar esse recorte, Francisco permite entender que desejava ser lembrado por seus feitos nesse período e não pelo que realizou na metade final de sua vida. Resta a indagação sobre as razões dessa preferência.

Certamente, um documento como as *Memórias...* é bastante parcial, talvez ainda mais do que muitas outras fontes, haja vista o sentido apologético evidente do autorretrato. Talvez por isso jamais tenha sido utilizado pelos pesquisadores do período de outra forma senão como uma fonte questionável, ainda que informativa. Não obstante, é um documento que não deve ser desconsiderado, mas sim utilizado, considerando suas peculiaridades na construção de reflexões possíveis, seja por

seu caráter de autorretrato, seja por seu caráter político. Entretanto há pouco sentido em simplesmente cotejar o conteúdo das memórias com outras fontes em busca de uma pretensa verdade absoluta.

No sentido de refletir sobre a utilidade das *Memórias...* para um melhor entendimento sobre o passado do Rio Grande do Sul, não há como negar que se trata de um documento que apresenta várias possibilidades de análise. Uma dessas possibilidades é justamente entender as razões que motivaram o autor a produzir o texto, inclusive valendo-nos de outras fontes, se assim for indicado para uma melhor compreensão do conteúdo das *Memórias...* Num sentido geral, se forem utilizadas as informações factuais do documento, assim como os juízos de valor feitos pelo autor, pode-se tentar construir algumas inferências sobre o sentido e as motivações do texto.

Nesse sentido, optou-se por comparar as datas em que o autor afirma ter recebido suas promoções militares, criando a possibilidade de averiguar a rapidez da ascensão hierárquica de Chico Pedro em relação a outros militares e melhor dimensioná-lo comparativamente a seus contemporâneos. E ninguém se presta melhor à comparação do que os próprios irmãos do autor. Isso é especialmente pertinente porque os quatro irmãos Abreu tinham a mesma origem social, atuaram numa mesma realidade local, e é dado a entender nas *Memórias...* que passaram boa parte da Guerra dos Farrapos servindo juntos. Já foi visto que isso não foi exatamente a verdade.

Esse é um primeiro exercício. Adiante se pode ampliar a comparação perfilando Moringue ao lado de outros oficiais rio-grandenses, inclusive alguns seus superiores hierárquicos, indivíduos possuidores de melhores redes de relação e originários de famílias social e financeiramente melhor situadas. Talvez analisando essas questões, consiga-se construir inferências sobre as motivações gerais de Chico Pedro. Vamos ao exercício.



Ao menos nos anos iniciais, senão em boa parte de sua vida, Chico Pedro afirma ter contado com a parceria de seus três irmãos nas ações que desempenhara. Todos estavam envolvidos na defesa da legalidade imperial desde os princípios da Guerra dos Farrapos. Na época, o tenente de Milícias Antonio Pedro de Abreu comandava uma companhia de lanceiros; o tenente de Milícias João Pedro de Abreu era ajudante de ordens das forças de Caçapava, e Paulo Pedro de Abreu tornou-se tenente da Guarda Nacional em 1837. Os quatro irmãos Abreu serviam como práticos ou vaqueanos na região de Porto Alegre. Como destacado anteriormente, em 1836, Francisco liderava um grupo de homens dedicados ao combate de partidas republicanas, realizando trabalhos na defesa de Porto Alegre e engendrando ações contra os republicanos até tornar-se um oficial inferior da Guarda Nacional.

Essas poucas referências sobre João e Antonio informam-nos que tinham experiência militar antes do início do conflito por ser mais velhos, enquanto Francisco não passava de um guarda nacional sem graduação, assim como pode ter sido a condição de Paulo. Francisco foi promovido tenente em 1836 e capitão em 1837, assumiu o comando do esquadrão da Barra nesse ano em substituição ao irmão João. É dessa época a primeira referência encontrada na documentação de origem militar sobre o então tenente Francisco Pedro de Abreu. Referia-se a seu “comportamento, valor e coragem” frente ao inimigo.<sup>80</sup> Poucos meses depois, foi proposto para capitão no mesmo documento em que seu irmão, o sargento Paulo, é sugerido para ocupar o posto de tenente.<sup>81</sup> As propostas foram aceitas; em

---

<sup>80</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, Fundo Autoridades Militares, M 126, acampamento, 28/1/1837, Marechal Jerônimo B. de Alencastro.

<sup>81</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, Fundo Autoridades Militares, M 126, Porto Alegre, 5/6/1837, Francisco das Chagas Santos.

1838, Francisco recebeu a patente de major, posto que seus dois irmãos mais velhos só obtiverem pouco antes de 1843, sendo que Paulo foi promovido a capitão por volta de 1839. João tornou-se tenente-coronel até 1848<sup>82</sup>, mas Francisco foi promovido a tenente-coronel ainda em 1839 – destacado várias vezes por comportar-se “com a bravura e sangue frio que costuma”<sup>83</sup> – e coronel chefe de legião da Guarda Nacional em 1844.

Essas informações estão sistematizadas no quadro abaixo.

**Figura 2:** Carreiras militares dos irmãos Abreu (1835-1845)

	1835	1836	1837	1838	1839	1843	1844	1845
<b>Antonio P. de Abreu</b>	Tenente Milícias	–	–	–	–	Major Guarda Nacional	–	–
<b>João P. de Abreu</b>	Tenente Milícias	–	–	–	–	Major Guarda Nacional	–	–
<b>Francisco P. de Abreu</b>	Soldado Guarda Nacional	Tenente Guarda Nacional	Capitão Guarda Nacional	Major Guarda Nacional	Tenente-Coronel Guarda Nacional	–	Coronel Guarda Nacional	Barão do Jacuí
<b>Pedro P. de Abreu</b>	Soldado Guarda Nacional	Sargento Guarda Nacional	Tenente Guarda Nacional	–	Capitão Guarda Nacional	–	–	–

Fonte: IHGRGS, 1921a e b

Como já foi dito, no início da Revolução Farroupilha, Antonio e João já detinham algum tirocínio nas lides militares; eram, portanto, mais experimentados do que os jovens Francisco e Paulo, formalmente recém-iniciados nos trabalhos das

<sup>82</sup> Centro de História da Família da Igreja de Jesus Cristo dos Últimos Dias, Porto Alegre (Madre Deus), Micro-filme 1390970, livro 2, registro de batismo, 29/10/1848.

<sup>83</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, Fundo Autoridades Militares, M 140, campo na Coxilha do Fago, 26/10/1843, coronel Francisco F. da F. P. Pinto.

armas. Não obstante, com alguma rapidez Francisco alcançou os mesmos postos ocupados por seus irmãos e superou-os na hierarquia da Guarda Nacional.

Aí há uma questão interessante. Apesar de assinalar em várias partes das *Memórias...* a atuação de seus irmãos, sempre mencionados como valorosos e fiéis cumpridores de suas obrigações na defesa da autoridade imperial, também merecedores de maior conceito, Francisco Pedro de Abreu não discute o fato de tê-los sobrepujado na hierarquia militar nem destaca a rapidez com que ele próprio obteve os diferentes postos em relação ao tempo em que Antonio e João alcançaram as diferentes patentes.

Parece óbvio que o contexto de guerra influenciou significativamente para isso. A necessidade de lideranças militares e o aumento dos efetivos militares imperiais durante a guerra fizeram com que as promoções ocorressem mais rapidamente do que em outros momentos da história do Império (Ribeiro, 2013). Em ocasiões como essas, indivíduos que obtivessem êxito, por exemplo, garantindo a proteção e o suprimento das populações, combatendo adversários, mobilizando efetivos, sustentando estruturas de poder, podiam ser recompensados de diversas formas e alçados a lugares sociais que não ocupavam anteriormente, como os casos de Manuel Dorrego e Martín Güemes também exemplificam. Recebiam retribuições financeiras ou auferiam reconhecimento social por seus trabalhos. Então ascender aos postos mais altos foi uma possibilidade aberta para todos. Entretanto um dos critérios tácitos de seleção, e o mais importante deles, era a capacidade dos candidatos de vencer adversários e de angariar recursos necessários.

Todos os quatro irmãos Abreu detinham essas capacidades. Mas a rapidez da ascensão de Francisco na hierarquia é impressionante. Isso faz pensar que se diferenciava inclusive de seus irmãos talvez por demonstrar mais habilidades, mais ini-

ciativa, mais comprometimento, mais inteligência. Na falta de melhores evidências, a rapidez com que foi promovido aos postos que ocupou e os frequentes elogios encontrados na documentação confirmam que Moringue demonstrou maiores capacidades do que seus irmãos naquele contexto, e isso foi reconhecido.

O cotejamento das promoções recebidas por Chico Pedro e seus comentários no texto deixam pistas que talvez as *Memórias...* tenham sido escritas depois da Guerra da Tríplice Aliança. Essa inferência resulta do fato de Francisco Pedro de Abreu fazer várias menções a um contemporâneo que durante a Revolução Farroupilha não figurava entre as lideranças legalistas mais proeminentes, mas que alcançou grande notoriedade posteriormente. Várias partes do texto desqualificam a capacidade militar de Neves. Numa das passagens, Moringue relata que “Neves por atroado se tinha desvareado [sic] à toa, campo fora, atrás de uns rebeldes que por astucias o puxaram”, enquanto “abriu o combate o capitão Abreu com a superior força inimiga, tão por mais de uma hora, que os destroçou” (1921a, p. 30).

Foi justamente por sua atuação durante a guerra contra Solano Lopes (1864-1870) que José Joaquim de Andrade Neves recebeu o título de barão do Triunfo, sendo a vanguarda de inúmeros ataques às trincheiras inimigas, morrendo em Assunção em 1869. Seu passamento causou grande comoção em todo o Império (Antunes, 2008).

Não há uma razão clara para isso, especialmente se considerarmos que Francisco e Neves atuaram juntos na defesa da legalidade imperial, tendo Abreu inclusive elogiado o futuro barão do Triunfo em vários ofícios.<sup>84</sup> Mas em vários tre-

---

<sup>84</sup> Dentre outros consultar ANAIS DO ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, v. 2, acampamento da Picada, 9/11/1838; v. 17, Arroio dos Ratos, 7/11/1838, Salustiano S. dos Reis.

chos das *Memórias...* Abreu afirma que durante a Revolução Farroupilha foi preterido de reconhecimentos em favor de Andrade Neves. Tais comentários permitem deduzir que Chico Pedro sentia-se profundamente ressentido pelo fato de alguém que tinha como menos capaz tenha sido protegido e recebido promoções.

Relacionando o conteúdo das *Memórias...* e os sucedidos posteriores nas vidas desses dois homens, pode-se entender que, pelo fato de não ter recebido o mesmo reconhecimento que Andrade Neves, Francisco produziu o texto para demarcar seus serviços, destacar as incapacidades de Andrade Neves e as benesses recebidas por esse nos primeiros anos de sua carreira. Assim, com as *Memórias...* tinha por objetivo ajustar contas e reafirmar as qualidades do barão do Jacuí em um tempo em que outros eram alçados à condição de heróis. Algo que, em seu entendimento, era muito injusto. Reservemos o assunto por agora.

Considerando o destaque que Chico Pedro deu a Andrade Neves nas *Memórias...*, é interessante também realizar a comparação das trajetórias de ambos, perfilando, então, dois importantes agentes da legalidade imperial. Essa comparação é relevante porque o barão do Jacuí e o barão do Triunfo eram originários de realidades sociais bastante distintas e desenvolveram suas carreiras em situações diversas, sendo o último inclusive mais velho.

Comparando esse dois oficiais, tem-se que Andrade Neves ingressou no serviço militar como 1º cadete aos 19 anos, jovem, mas nem tanto se considerados outros 1ºs cadetes na época (Ribeiro, 2013). Essa forma de ingresso era comum aos filhos de oficiais militares, e o pai de Andrade Neves era major. Quase um ano antes de Francisco Pedro de Abreu ser promovido a tenente, Andrade Neves já era capitão do Exército Imperial em 1836. Então, por razão não revelada por seus biógrafos ou

encontrada na documentação<sup>85</sup>, Andrade Neves tornou-se alferes e, dois meses depois, major da Guarda Nacional. Permaneceu nesse posto até que reclamou ao presidente da província ser o único comandante de corpo que não havia sido promovido e, então, recebeu a promoção de tenente-coronel – apenas com um mês de diferença quando Francisco Pedro de Abreu recebeu a mesma patente –, ocasião em que era descrito como “digno certamente de toda a contemplação, por seu valor, discernimento e gênio empreendedor”<sup>86</sup>.

Sobre essa situação Abreu escreveu nas *Memórias...*:

mostrava-se interesse que o major José Joaquim de Andrade Neves comandasse o major Abreu sempre? E por isso com bastante força se mandou o d[it]o Neves buscar umas éguas e cavalos de um potreiro perto de Aldeia para sair ambos tenentes-coronéis (IHGRGS, 1921a, p. 41).

A seguir está a sistematização em paralelo das promoções de Chico Pedro e Andrade Neves até 1845.

---

<sup>85</sup> Há um documento em que Andrade Neves manifesta seu descontentamento com a notícia que de havia sido reformado apesar dos seus muitos anos de serviço. O documento não menciona se a reforma foi do serviço no exército, mas isso pode explicar a mudança para a Guarda Nacional (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, M 130, Porto Alegre, 27/9/1838, Joaquim José de Andrade Neves). Nesse mesmo ano, respondeu a um conselho de guerra como major da Guarda Nacional, do qual não existe notícia do resultado (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Maço 131, Porto Alegre, 27/9/1838, visconde de Castro). Conforme Achilles Porto Alegre (1917), Andrade Neves alistou-se como cadete e deixou o Exército para auxiliar o pai na subsistência da família. Retornou às fileiras devido à eclosão da luta contra os republicanos em 1835.

<sup>86</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, Fundo Autoridades Militares, M 133, Porto Alegre, 2/12/1839, marechal de campo Thomás J. da Silva.

**Figura 3:** Comparativo dos anos das promoções recebidas por Francisco Pedro de Abreu e José Joaquim de Andrade Neves (1826-1845)

	1826	1835	1836	1837	1838	1839	1844	1845
<b>Francisco Pedro de Abreu</b>	–	–	Tenente Guarda Nacional	Capitão Guarda Nacional	Major Guarda Nacional	Tenente-Coronel Guarda Nacional	Coronel Guarda Nacional	Barão do Jacuí
<b>José J. de A. Neves</b>	1º Cadete Exército	Capitão Exército	Alferes Exército/ Major Guarda Nacional	–	–	Tenente-Coronel Guarda Nacional	–	–

Fontes: Carvalho, 1937; IHGRGS, 1921a

Na documentação relativa à Guerra dos Farrapos, pode-se encontrar elogios à atuação de Andrade Neves<sup>87</sup>, ainda que em volume muito menor às citações de Francisco Pedro de Abreu. Entretanto seus méritos ou os méritos de Chico Pedro não serão avaliados ou questionados nesta análise. O objetivo não é verificar se Francisco Pedro de Abreu tinha mais ou menos razão em seus registros, mas tentar entender o sentido do conteúdo não explicitado de sua autobiografia, se há algum.

Continuando – Nos anos seguintes, Andrade Neves foi nomeado coronel da Guarda Nacional dois anos depois da Guerra dos Farrapos em 1847 (Antunes, 2008), enquanto Chico Pedro recebeu essa mesma patente ainda em 1844 e em 1845 foi titulado barão do Jacuí. Os dados informam que Francisco Pedro de Abreu ascendeu mais rapidamente na hierarquia dos postos da Guarda Nacional do que outro prócer da luta contra os republicanos rio-grandenses, José Joaquim de Andrade Ne-

<sup>87</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares, M 132, Porto Alegre, 3/8/1839, brigadeiro Felipe N. de Oliveira; maço 133, Porto Alegre, 7/12/1839, marechal Thomás J. da Silva.

ves, apesar desse ser filho de um oficial, ter iniciado a carreira antes e na privilegiada condição de 1º cadete. Esse cenário altera-se depois nos anos posteriores à Guerra dos Farrapos; está sistematizado abaixo.

**Figura 4:** Comparativo dos anos das promoções recebidas por Francisco Pedro de Abreu e José Joaquim de Andrade Neves (1847-1891)

	1847	1858	1868	1869	1870	1891
<b>Francisco P. de Abreu</b>	–	–	–	–	Brigadeiro Honorário Exército	Morte
<b>José J. de A. Neves</b>	Coronel Guarda Nacional	Brigadeiro Honorário Exército	Barão do Triunfo	Morte	–	–

Fontes: Carvalho, 1937; IHGRGS, 1921a

Apesar da vertiginosa ascensão até a derrota dos republicanos, depois disso Francisco Pedro de Abreu não recebeu novas promoções, inclusive no período da guerra contra Solano Lopes, da qual participou desempenhando a função de comandante da província do Rio Grande Sul. Então, comparando os dois quadros, percebe-se que Andrade Neves alcançou o barão do Jacuí, inclusive com um título de baronato no decorrer da segunda metade do século XIX.

A carreira do barão do Jacuí ficou estagnada depois de 1845. Esse marco coincide com a nova conjuntura de mobilização de efetivos militares imperais, dessa vez no Uruguai, que recebeu inicialmente o nome de “Califórnia”, já discutidas anteriormente. Sobre esse contexto as *Memórias...* são breves, pouco mais de três páginas, nas quais Francisco historia rapidamente os prejuízos e os desrespeitos sofridos por proprietários brasileiros na fronteira.



Não foram encontradas as razões que motivaram o mencionado “retiro” de Francisco Pedro de Abreu, registrado pelo Cond’Eu (1981). Contudo, relacionando os sucedidos nas “Califórnicas” e a falta de novas promoções, mesmo que nesse intervalo de tempo Moringue tenha participado das ações no Uruguai em 1851 e 1852, pode-se deduzir que o barão do Jacuí deixou de contar com a confiança das autoridades provinciais por agir em desacordo aos interesses da corte. Assim, as saudadas ousadas iniciativas no contexto da Revolução Farroupilha tomaram-se autonomia excessiva e indisciplina em um contexto em que não havia guerra ou inimigos declarados.

E não ficou apenas nisso. Apesar do reconhecimento público da colaboração que prestou nos esforços de mobilização de tropas e da simpatia despertada pelo barão no esposo da herdeira do trono imperial, Francisco Pedro de Abreu não teve oportunidade de participar dos eventos mais importantes daquele contexto no cenário da guerra. Mesmo tendo liderado a reação à invasão inicial paraguaia, enquanto o grosso das tropas imperiais era enviado para lutar contra as forças de Solano Lopes no Paraguai, o barão permaneceu no Rio Grande do Sul, responsabilizado pela defesa da província, coordenando efetivos menos capacitados, no caso pouco provável de novos ataques ao território brasileiro. No final da guerra, em retribuição aos serviços prestados, Andrade Neves recebeu o título de barão do Triunfo com grandeza, enquanto Chico Pedro ascendeu à condição de brigadeiro honorário do Exército, mas não foi agraciado com outro título ou outras honrarias.

Talvez aí estejam as razões das críticas que o barão do Jacuí proferiu às graças e aos reconhecimentos obtidos por Andrade Neves. Se isso está correto, os comentários desabonadores a respeito do barão do Triunfo nas *Memórias...* foram escritos muito tempo depois de 1839, quando ambos foram promovidos a tenentes-coronéis, e não em função desse contexto, mas

sim do que aconteceu durante a Guerra da Tríplice Aliança. Aliás, não há indícios de que durante os anos da luta contra os republicanos Abreu e Neves tenham tido qualquer desentendimento. Antes o contrário. Inclusive atuaram juntos, sendo o primeiro capitão e o segundo major.<sup>88</sup>

Em função disso, é mais provável que esses julgamentos reflitam o desgosto de Chico Pedro com o fato de Andrade Neves ter construído uma carreira de considerável sucesso nas forças imperiais até a guerra contra Solano Lopes, quando faleceu, tendo feito parte do Exército Imperial na condição de oficial honorário em vários postos. Portanto essas críticas podem ter sido uma manifestação de indignação contra a injustiça da qual entendia ter sido vítima, apesar dos serviços prestados durante a Guerra dos Farrapos, quando Andrade Neves não teve o mesmo destaque.

Pelo conteúdo das *Memórias...* pode-se entender que a mágoa do barão do Jacuí era grande. Ainda se referindo aos acontecidos durante as “Califórnia”, registrou na terceira pessoa do singular o seguinte: “descobriu o barão, toda a casta de traidores não só os seus patrícios brasileiros, como o mesmo Imperador” (1921b, p. 207). Esse comentário é muito significativo. Parece confirmar que o texto foi escrito no final da vida do barão, portanto depois da Guerra da Tríplice Aliança. Tempo em que Francisco Pedro de Abreu já não tinha mais nada a perder ou a esperar. Se não fosse assim, não haveria motivos para deixar registradas tão duras críticas a D. Pedro II e às autoridades militares da província. Isso talvez explique, inclusive, porque seu filho, Pedro Brusque, determinou que o texto só fosse publicado após sua própria morte. Afinal, como filho e

---

<sup>88</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, Fundo Autoridades Militares, M 127, Porto Alegre, 26/7/1837, brigadeiro Francisco X. da Cunha; Ordem do Dia, Porto Alegre, 14/8/1837, major Antonio F. Lobo.

herdeiro do barão, também poderia estar sujeito às consequências da resolução de dissabores do passado.

### **Para além das *Memórias...*: esforço teórico para a compreensão de uma autobiografia**

No Brasil, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, houve um surto de produção e difusão de memórias, biografias e autobiografias devido às influências das produções de alguns países europeus. Na elite brasileira despertou certa preocupação em preparar para a morte que encerrava a velhice, sendo bastante comum a produção de testamentos, encomendas de missas e rosários, assim como poderia haver o cuidado de produzir avaliações sobre a vida (Gomide, 2009; MUAZE, 2008; COSTA, 2009). Nesse sentido, se as *Memórias...* foram produzidas depois do final da Guerra do Paraguai (1864-1870), quando Francisco Pedro de Abreu já contava com mais de sessenta anos, sendo uma autobiografia, o texto pode ser entendido como um instrumento cujo objetivo principal era edificar uma imagem definitiva do barão do Jacuí, rebatendo as críticas que recebera.

Como já destacou Benito B. Schmidt:

escrever a própria vida não significa representar uma realidade pré-existente; muito mais que do que isso, significa criar a vida narrada e o próprio autor, já que implica selecionar, ordenar e hierarquizar experiências dispersas; conferir sentido ao passado a partir de um futuro já tornado presente; imprimir coerência e constância a múltiplas vivências que, no pretérito, tiveram pouca ou nenhuma ligação entre si; desenhar e dar ver, enfim, os contornos de um autor-narrador-personagem que assume a condição não apenas de protagonista da trama, mas da própria vida (Schmidt, 2012, p. 233).

Entretanto há outra possibilidade de entendimento. Se for considerado que o texto concentra-se exclusivamente em retratar um período limítrofe – relativo aos primeiros anos da trajetória militar do barão, correspondente à Guerra dos Farras

pos –, pode-se inferir que as *Memórias...* foram produzidas logo depois do final do período em questão, senão alguns poucos anos depois, na sequência das incursões brasileiras no Uruguai a partir de 1851, resultantes, em grande medida, das “Califórnia” lideradas pelo barão.

Mas, então, o texto pode ter outro sentido. Como é sabido, Moringue era alguém cioso de sua autonomia em decidir estratégias e ações militares, como também era um homem que construiu sérias inimizades entre os antigos farrapos, assim como entre seus camaradas defensores da legalidade imperial (Franco, 2006; Doratioto, 2008; Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1997). E o entendimento generalizado sobre as ações de Francisco Pedro de Abreu agravou sua má fama entre outros oficiais militares da época e os responsáveis pela administração dos assuntos políticos e militares da província.

Nesse sentido, pode-se concluir que o texto das *Memórias...*, ao destacar as qualidades, os esforços e os sucessos do barão, teria o objetivo de contrapor críticas e julgamentos desabonadores generalizados, alguns para além da discordância sobre ideias e, inclusive, bastante enfáticos, como os citados anteriormente.

Dessa forma, as *Memórias...* podem ter sido produzidas não como escritura definitiva, mas como um registro para a lembrança de um contexto recente que não deveria ser esquecido em contraposição aos comentários e entendimentos proferidos e difundidos por outros militares de prestígio na província. Ou seja, ao destacar a coerência de seus atos e os resultados de suas realizações, o autor da autobiografia assinalou a incapacidade e a falta de atividades dos demais (Mendonça, 2009).

Tenha sido escrita num contexto ou noutro, a produção de uma autobiografia tem sentidos em si mesmo. A redação de memórias resulta na construção de uma autoimagem que aspira a ser reconhecida publicamente.

Trata-se, pois, de um exercício de história da memória; memória aqui entendida como fenômeno coletivo cuja consolidação e perpetuação não derivam automaticamente da existência e permanência de uma ‘comunidade afetiva’, mas da participação ativa de atores sociais que – através de estratégias, suportes e construções narrativas variadas – intervêm no processo de constituição e formalização de recordações (Schmidt, 2009, p. 42).

Documentos como as *Memórias...* do barão do Jacuí são fontes bastante interessantes por ter sido produzidos com o objetivo de registrar e divulgar uma versão sobre uma versão própria do passado. Entretanto o caráter das *Memórias...* não pode induzir que tratemos o personagem também de forma excepcional, especialmente porque foi esse o objetivo do autor. Como alerta Schmidt (2012), tomar a ideia de excepcionalidade como instrumento de análise significa distinguir o personagem retratado de seus contemporâneos, atribuindo a esses últimos características de “normalidade”, ou seja, comuns.

Através das *Memórias...* Francisco Pedro de Abreu fez o que podia no sentido de tentar consolidar uma autoimagem de si em contraponto à imagem construída por seus detratores. Talvez esperasse que a ela se juntassem testemunhos e reconhecimentos públicos de suas realizações e que a soma dessas memórias fosse maior do que os entendimentos que não se ajustassem à imagem que tentava consolidar. É interessante considerar que, de certa forma, o trabalho do historiador que se dedica ao estudo de biografias ou de autobiografias contribuiu para que a vontade do autor da autoimagem parcialmente se realize, ainda que um e outro tenham objetivos distintos.

Assim como Osorio, Chico Pedro percebeu que não apenas bastavam seus feitos, mas que também era necessário deixar algum tipo de registro na forma de um discurso sobre suas vidas. A autoimagem retratada por Chico Pedro em suas *Memórias...* era a forma como desejava ser lembrado.

## Considerações finais

Tratei de questões distintas nas várias partes do texto. Acredito que o objetivo de demonstrar as possibilidades de mobilidade social em cenários conflagrados por situações de guerra foi alcançado. Assim como espero ter demonstrado suficientemente os esforços, as dúvidas, as oportunidades, os equívocos, as vicissitudes, etc., que podem caracterizar as iniciativas de um personagem que teve por objetivo ocupar um lugar social de destaque na sociedade em que vivia. Talvez a conclusão mais óbvia a partir das descrições e da análise de vários aspectos da vida de Francisco Pedro de Abreu foi seu evidente desejo de tornar-se uma personalidade influente, apesar dos riscos e dos trabalhos necessários no contexto em que viveu.

Não obstante, foi um personagem que não se ajustou a algumas práticas vigentes e reproduziu outras, ao mesmo tempo em que foi muito pragmático na escolha das possibilidades existentes. Por necessidade, rompeu com a tradição dos líderes político-militares da província de ser originários de famílias proprietárias rurais, herdeiros de patrimônios econômicos e de reconhecimento social. Inicialmente, não tinha clientela para oferecer e ajudar a formar as tropas milicianas tão importantes naquele contexto. Mas dispunha de vontade, muita coragem e grande ousadia.

Isso não pode ser entendido equivocadamente no sentido de entendermos que o mundo fronteiriço do século XIX era uma realidade aberta às iniciativas dependentes apenas dos esforços individuais. Não era assim. Chico Pedro rompeu certos

paradigmas sociais para incluir-se na elite de uma sociedade ciosa da hierarquia que o excluía em princípio. Seu objetivo nunca foi questionar tais valores, mas sabia que teria que compensar com muitos empenhos o fato de não fazer parte do grupo ao qual desejava pertencer.

De outra parte, Moringue não teve problema em ajustar-se às lógicas que diferenciavam os níveis daquela sociedade hierárquica. Com orgulho ostentou os símbolos que o poder imperial lhe concedeu, como o título de barão e as várias comendas. Tais reconhecimentos capacitaram-no a ampliar seu grupo familiar e estabelecer novos vínculos e interesses. A valorização da família, como grupo de pertencimento e apoio, é outra característica que reproduziu, mas estimava fidelidades alheias a esse circuito, como seus subordinados. Não é por acaso que alguns acompanharam-no por muitos anos em lides muito difíceis.

Viveu muito tempo – 80 anos – mais do que a maioria de seus contemporâneos, apesar de todas as canseiras das guerras e conflitos em que se envolveu. Muito interessante foi a preocupação em escrever uma autobiografia. Sendo alguém sempre reconhecido pelas ações, não parece ter tido qualquer apego às letras. Ainda assim, fez questão de registrar sua versão da parte que julgava mais significativa da própria trajetória: a juventude. Os anos posteriores, casamento, filhos, propriedades na fronteira, a atuação na ocupação de novas terras, enfim, a parte final de sua vida não lhe pareceu tão importante. Talvez julgasse que aquelas primeiras décadas poderiam novamente lhe atribuir o reconhecimento necessário para figurar entre as celebridades.

Outros aspectos da vida de Francisco Pedro de Abreu ainda estão para ser analisados, e aqui não há a pretensão de esgotar as análises possíveis sobre esse personagem. Ao contrário. O objetivo é apresentar contribuições iniciais e provisórias

que poderão ser aproveitadas ou melhor desenvolvidas por outros trabalhos, dado a importância do personagem.

Nesse sentido, por exemplo, seriam contribuições importantes pesquisas que analisassem a atuação do barão do Jacuí na comercialização de terras para a colonização de terras próximas a Porto Alegre. Nos acervos estaduais, talvez municipais, é possível encontrar muitas evidências dos trabalhos de Chico Pedro nos processos de ocupação dessas localidades.

Igualmente interessante poderiam ser análises da atuação política do conservador Francisco Pedro de Abreu numa província de hegemonia liberal. Ainda nesse contexto, em razão da importância estratégica do Rio Grande do Sul para o Império, como Chico Pedro administrou seus interesses de proprietário na fronteira depois das “Califórnicas” e da subsequente invasão ao Uruguai, considerando a alternância dos gabinetes ministeriais.

O Centro Histórico da Santa Casa de Porto Alegre dispõe de registros diversos sobre a Irmandade da Santa Casa, da qual o barão do Jacuí era membro. Desconheço que haja estudos sobre membros da irmandade ou os usos e significados possíveis para alguém nessa condição.

Enfim, há muitas possibilidades para estudar personagens com trajetórias tão expressivas e com atuação tão diversa como foi Francisco Pedro de Abreu, o barão do Jacuí.



## Referências

ABREU, Francisco Pedro. “*Memórias de Francisco Pedro de Abreu, barão de Jacuhy*”. In: *INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. 1º e 2º trimestres, ano I. Porto Alegre: Barcellos, Bertaso & Cia. – Livraria do Globo, 1921a e b.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. de. O significado das pequenas coisas: história, prosopografia e biografemas. In: SCHMIDT, Benito B.; AVELAR, Alexandre (org.). *Grafia de vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra e Voz, 2012.

ANTUNES, Álvaro de A. Pelos pés de Francisco: caminhos e encruzilhadas da instrução escolar na segunda metade do século XVIII em Minas Gerais. In: FONSECA, Thais N. de L. e (org.). *As reformas pombalinas no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

ANTUNES, Deoclécio de Paranhos. *Andrade Neves: o vanguardeiro!* 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Diário Coronel Manoel Lucas de Oliveira 1864/1865*. Porto Alegre: EST, 1997.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Parlamentares gaúchos das cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996*. Porto Alegre: ALERS, 1996.

AVELAR, Alexandre; SCHMIDT, Benito B. (org.). *Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra e Voz, 2012.

AYROLO, Valentina; LANTERI, Ana Laura; MOREA, Alejandro. Repensado la “Carrera de la Revolución”. Aportes a la discusión sobre las trayectorias políticas entre la Revolución y la Confederación (Argentina. 1806-1861). *ESTUDIOS HISTORICOS*. CDHRP. Número 7. Montevideo, Outubro 2011.

AZAMBUJA, Graciano Alves de. *Anuario do Estado do Rio Grande do Sul para o ano de 1901*. Porto Alegre: Krahe & Cia, 1900.

BARRÁN, José Pedro. *Historia uruguaya: apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudilhismo*. Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental, 2007.

BERUTE, Gabriel S. *Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850)*. Tese (Doutorado em História), Porto Alegre, UFRGS, 2011.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta M. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE (1943). *Guerra dos Farrapos: ordens do dia do general barão de Caxias (1842-1845)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

BRASIL, MINISTÉRIO DA GUERRA (1945). *Ofícios do barão de Caxias (1842-1845): como presidente da província do Rio Grande do Sul e comandante em chefe do Exército em operações contra os farrapos*. Rio de Janeiro, 1950.

BRITO, F. de S. *Memória da Guerra dos Farrapos*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, 1985.

BRÜGGER, Sílvia. M. J. Escolhas de padrinhos e relações de poder: uma análise do compadrio em São João Del Rei (1736-1850). In: CARVALHO, J. M. (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BUCHBINDER, Pablo. *Caudillos de pluma y hombres de acción: estado e política en Corrientes en tiempos de la organización nacional*. Buenos Aires: Prometeo Libros; Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2004.

BUSHNELL, David. A independência da América do Sul espanhola. In: BETHEL, Leslie (org.). *História da América Latina: da independência a 1870*. São Paulo: Editora da USP; Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004. v III.

CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Fronteira da liberdade: experiências negras de recrutamento, guerra e escravidão* (Rio Grande de São Pedro, c. 1835-1850). (Doutorado em História Social), Rio de Janeiro, UFRJ, 2013.

CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Nas fronteiras da Liberdade: experiências negras de recrutamento, guerra e escravidão* (Brasil Meridional – 1830-1850). Rio de Janeiro, Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

CARVALHO, José M. de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

CARVALHO, Mário Teixeira de. *Nobiliário sul-rio-grandense*. Porto Alegre: Livraria Globo, 1937.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). *Nova História militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

COMISSOLI, Adriano. *A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro* (1808 c. 1831c.). Tese (Doutorado em História Social), Rio de Janeiro, PPGHIS/UFRJ, 2011.

CORUJA, Antônio A. P. *Antigualhas: reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros, 1983.

COSTA, Marcelo T. da. Entre a precocidade e o silêncio: a “escrita de si” cristã – os casos de Thomas Merton e Alceu Amoroso Lima. In: GOMES, Angela C.; SCHMIDT, Benito B. (org.). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

DI MEGLIO, Gabriel. *Manuel Dorrego: vida e muerte de un líder popular*. Buenos Aires: Edhasa, 2014.

DORATIOTO, Francisco. *General Osorio: a espada liberal do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: USP, 2009.

EU, Luis Filipe Maria Fernando Gastão de Orléans, Conde d'. *Viajem Militar ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: ITATIAIA; São Paulo: USP, 1981.

FARINATTI, Luís A. E.; VARGAS, Jonas M. Elites regionais, guerra e compadrio: a família Ribeiro de Almeida e suas redes de relações (Rio Grande do Sul, 1816-1844). *Topoi* (Online): revista de história, v. 15, p. 389-413, 2014.

FARINATTI, Luís Augusto. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira do sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: UFSM, 2010.

FERREIRA, Gabriela N. *O rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *Letras, ofícios e bons costumes: civilidade, ordem e sociabilidades na América portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FRADKIN, Raúl. *¡Fusilaron a Dorrego!* Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2008.

FRADKIN, Raúl. *La historia de una montonera: bandolerismo y caudillismo en Buenos Aires, 1826*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2006.

FRANCO, Sérgio da Costa. *As "califórnicas" do Chico Pedro*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2006.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Dicionário político do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2010.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Gente e espaços de Porto Alegre*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre sitiada: um capítulo da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Sulina, 2000.

FREGA, Ana. *Pueblos y soberanía en la Revolución artiguista: La región de Santo Domingo Soriano desde fines de la colonia a la ocupación portuguesa*. Montevideú: Ediciones de la Banda Oriental, 2007.

FREITAS, Denize T. L. *Alianças consagradas: os laços matrimoniais nos extremos meridionais* (Freguesia de Madre de Deus de Porto Alegre, séc. XVIII e XIX). Curitiba: Editora Prismas, 2016.

GOMIDE, Bruno B. Monte Castelo em dezembro: a guerra em surdina de Boris Schnaiderman. In: GOMES, Angela C.; SCHMIDT, Benito B. (org.). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata*. Porto Alegre: LINUS, 2013.

GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

HALPERIN DONGHI, Túlio. *Revolución y guerra*. Formación de una elite dirigente en la Argentina criolla. 2. ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005.

HAMEISTER, Martha D.; GIL, Tiago L. Fazer-se elite no extremo-sul do Estado do Brasil: uma obra de três movimentos. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII). In: FRAGOSO, João L. R.; ALMEIDA, Carla M. C. de; SAMPAIO, Antonio C. J. de (orgs.). *Conquistadores e mercados: história de elites no Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Conselho Nacional de Geografia. *Vocabulário geográfico do Estado do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1950.

KLAFKE, Álvaro Antonio. *Antecipar essa idade de paz, esse império do bem*. Imprensa periódica e discurso de construção do Estado unificado (São Pedro do Rio Grande do Sul, 1831-1845). Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

KRAUSE, Thiago N. *Em busca da honra*. A remuneração dos serviços da Guerra Holandesa e os hábitos das ordens militares (Bahia e Pernambuco, 1641-1683). São Paulo: Anablume, 2012.

KÜHN, Fábio. *Gente da Fronteira: família e poder no Continente do Rio Grande (Campos de Viamão, 1720-1800)*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

LAUX, Paola Natalia. *Logística para o combate: as relações político-militares no âmbito do Arsenal de Guerra de Porto Alegre durante a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870)*. Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre, UFRGS, 2020.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da História Oral*. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

LORIGA, Sabina. A experiência militar. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *História dos jovens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LORIGA, Sabina. *O pequeno X: da biografia à História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LORIGA, Sabina. *Soldats. Un laboratoire disciplinaire: l'armée piémontaise au XVIII siècle*. Venice, Italy: Marsilio Editori S.p.A.; Paris: Éditions Mentha, 1991.

LYNCH, John. As repúblicas do Prata da independência à Guerra do Paraguai. In: BETHEL, Leslie (org.). *História da América Latina: da independência a 1870*. São Paulo: Editora da USP/Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004. v III.

MARIANTE, Hélio Moro. *Farrapos, guerra à gaúcha*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

MARINHO, J. A. *História da Revolução de 1842*. Brasília: Senado Federal, 1978.

MATA, Sara E. *Los gauchos de Güemes: Guerras de independencia y conflicto social*. Buenos Aires: Sudamericana, 2008.

MENDONÇA, Joseli M. N. Abolicionismo e militância operária: construção da identidade militante de Evaristo de Moraes. In: GO-

MES, Angela C.; SCHMIDT, Benito B. (org.). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

MIRANDA, Márcia E. *A estalagem e o Império: crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro (1808-1831)*. São Paulo: Hucitec, 2009.

MOREA, Alejandro. El Ejército Auxiliar del Perú y la Revolución en el río de La Plata. In: VARGAS, Jonas Moreira (org.). *Belicosas fronteiras: contribuições recentes sobre política, economia e escravidão em sociedades americanas (século XIX)*. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: FAPERJ/ZAHAR, 2008.

NEUMANN, Eduardo S.; GRIJÓ, Luiz A. (orgs.). *O Continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

OLIVEIRA, Leandro da Rosa. *Nas veredas do Império: guerra, política e mobilidades através da trajetória do Visconde de Serro Largo (Rio Grande do Sul, c. 1790-1870)*. Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre, PUCRS, 2016.

OLIVEIRA, Saturnino de S. *Bosquejo histórico e documentado e negócios do Rio Grande*. Porto Alegre: CORAG, 1986 [1842].

OLIVEN, Ruben G. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. 2. ed. revisada e ampliada. Petrópolis: Vozes, 2006.

OSORIO, Fernando Luis. *História do general Osorio*. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Talagarça; Fundação Trompowsky, 2008.

OSÓRIO, Helen. As elites econômicas e a arrematação dos contratos reais: o exemplo do Rio Grande do Sul (século XVIII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria F. B.; GOUVÊA, Maria de F. S. (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

PONT, Raul. *Campos realengos: formação da fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Edigal, 1986.

PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1994.

POSSAMAI, Paulo Cesar (org.). *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas: UFPel, 2010.

PUIGMAL, Patrick. *¡Diablos, no pensaba en Chile hace tres años!:* cartas inéditas sobre la independencia de Chile, Argentina e Perú (1817-1825), Joseph Albert Bacler D'Albe, estudio Biográfico y Prosopográfico. Osorno: Editorial Universidad de Los Lagos, 2006.

PUIGMAL, Patrick. Los organismos de formación de los ejércitos de Argentina y Chile bajo la influencia militar napoleónica (1810-1830). In: GUERRERO-LIRA, Cristian *et al.* *El lazo de los Andes: Diálogos cruzados sobre las campañas de la independencia: de argentinos y chilenos civiles y militares*. Osorno: Universidade de Los Lagos, 2007.

RIBEIRO, Gladys S. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos anti-lusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2002.

RIBEIRO, José Iran. *O Império e as revoltas: Estado e nação nas trajetórias dos militares do Exército Imperial brasileiro no contexto da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço os chamava: Milicianos e Guardas Nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845)*. Santa Maria: UFSM, 2005.

RODRIGUES, Francisco F. *Santo Amaro, QG de Chico Pedro: fragmentos da História Rio-Grandense*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2003.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

SCHMIDT, Benito B. (org.). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

SCHMIDT, Benito B. “Grades invisíveis para rebentar”: memórias de um militante de esquerda brasileiro sobre as prisões argentinas (1975-1979). In: SCHMIDT, Benito B.; AVELAR, Alexandre (org.). *Grafia de vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra e Voz, 2012.



SCHMIDT, Benito B. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SCHMIDT, Benito B. Nunca houve uma mulher como Gilda? Memória e gênero na construção de uma mulher “excepcional”. In: GOMES, Angela C.; SCHMIDT, Benito B. (org.). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Flavio Koutzil*. Biografia de um militante revolucionário de 1943 a 1984. Porto Alegre: Libretos, 2018.

SCHMIT, Roberto. *Ruina y resurrección en tiempos de guerra: sociedad, economía y poder en el Oriente entrerriano posrevolucionario 1810-1852*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004.

SCOTT, Ana Sílvia Volpi. *Famílias, formas de união e reprodução sociais no noroeste português (séculos XVIII e XIX)*. São Leopoldo: Oikos/Unisinos, 2012.

SILVA, Maria B. N. da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: UNESP, 2005.

SILVEIRA, Daniela O. “O passado está prenhe do futuro”: a escrita da história no Instituto histórico e geográfico do Rio Grande do Sul (1920-30). Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

SOARES, Luiz Carlos; VAINFAS, Ronaldo. Nova História Militar. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SOUZA, Adriana Barreto. *Duque de Caxias: o homem por trás de monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SOUZA, Susana Bleil de; PRADO, Frabício Pereira. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. In: GRIJÓ, Luiz A. et al. (orgs.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

SPALDING, Walter. *Revolução Farroupilha: história popular do grande decênio, seguida de efemérides principais de 1835-1845*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

TEIXEIRA, Nuno S. A história militar e a historiografia contemporânea. In: *A Defesa Nacional*. Revista de assuntos militares e estudos de problemas brasileiros. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1995. n. 768, abr./maio/jun.

TITÁRA, Ladislau dos Santos. *Memórias do grande exército libertador do sul da América na guerra de 1851 a 1852*. Rio de Janeiro: Gráfica Lamermt, 1959.

URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial*. A burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX. São Paulo/ Rio de Janeiro: Difel, 1978.

VARGAS, Jonas M. *Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Coleção ANPUH-RS. Santa Maria: UFSM, 2010.

VARGAS, Jonas M. *Os barões do charque e suas fortunas: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX)*. São Leopoldo: Oikos, 2016.

VERISSIMO, Erico. *O tempo e o vento, parte I: o Continente I e II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

WEBER, Beatriz T. *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-grandense – 1889-1928*. Bauru: EDUSC, 1999.

A partir da trajetória de Chico Pedro pretendo refletir como, num contexto de guerra ou de desordem social, surgem oportunidades que poderiam ser aproveitadas por indivíduos para alcançar proeminência e destaque social, se forem capazes de desempenhar os esforços exigidos nesses contextos. Os contínuos contextos de guerra no Rio Grande do Sul possibilitaram que alguns homens construíssem patrimônios, riquezas, prestígios, reconhecimentos. O desejo de ocupar lugares mais altos na hierarquia social era o que mais os motivava, ainda que não unicamente. Algo passível numa sociedade de estrutura social não tão rígida como era a sociedade brasileira dos oitocentos, mas uma condição almejada por muitos, que, além de alcançada, deveria ser preservada constantemente, aproveitando-se as oportunidades, avaliando-se as possibilidades, apostando nas próprias capacidades e no êxito das próprias iniciativas.

